

Documento explicativo

sobre o

Critério de Comércio Justo Fairtrade para Organizações de Pequenos Produtores



Associação de produtores de Cacau Toledo, Belize © James A. Rodríguez

Versão atual: 03.04.2019_v2.3

Contato para comentários: standards-pricing@fairtrade.net

Para obter mais informação e baixar os Critérios:
www.fairtrade.net/standards.html



Conteúdo

Introdução	3
Objetivo	3
O que é o Comércio Justo Fairtrade?	3
Como uma organização de produtores(as) pode obter a certificação Fairtrade?	3
Estrutura do presente documento	4
1. Requisitos gerais	5
1.1 Certificação	5
1.2 Definição de Organização de Pequenos Produtores	6
2. Comércio	9
2.1 Rastreabilidade	9
2.2 Abastecimento	12
2.3 Contratos	13
2.4 Uso dos selos da marca registrada FAIRTRADE	14
3. Produção	16
3.1 Gestão das práticas de produção	16
3.2 Desenvolvimento ambiental	24
Gestão ambiental	24
Manejo das pragas e uso de materiais perigosos	24
Solo e água	35
Biodiversidade	38
Resíduos	45
Organismos geneticamente modificados (OGM)	47
Adaptação e mitigação da mudança climática	49
3.3 Condições de trabalho	52
Livres de discriminação	52
Livres de trabalho forçado e obrigatório	55
Trabalho infantil e proteção à infância	57
Liberdade de associação e negociação coletiva	62
Condições de emprego	64
Saúde e segurança no trabalho	66
4. Negócios e desenvolvimento	70
4.1 Desenvolvimento potencial	70
4.2 Democracia, participação e transparência	78
4.3 Livres de discriminação	83



Introdução

Objetivo

Este documento explicativo fornece orientação, esclarecimentos, conselhos práticos e exemplos para ajudar a decifrar os aspectos mais complexos do Critério de Comércio Justo Fairtrade para Organizações de Pequenos Produtores e, por este meio, torná-lo ainda mais compreensível e fácil de entender. Este é um documento de referência que pode servir como um guia prático para os membros, o pessoal, o conselho da administração, os(as) trabalhadores(as) e os comitês das Organizações de Pequenos Produtores (OPP), tanto para quem tem a certificação Fairtrade como para quem deseja obtê-la.

Leve em consideração que, para fins de conformidade, o Critério para Organizações de Pequenos Produtores é o documento oficial onde as organizações de produtores são auditadas.

Para esclarecimentos adicionais, conselhos práticos ou específicos para uma região, as organizações de produtores(as) devem entrar em contato com sua rede regional de produtores.

Todos os Critérios Fairtrade estão disponíveis para baixar de forma gratuita no site de Fairtrade International, em: <https://www.fairtrade.net/standard/spo>

O que é o Comércio Justo Fairtrade?

Fairtrade muda a forma em que funciona o comércio por meio de melhores preços, condições de trabalho dignos e ofertas mais justas para agricultores(as) e trabalhadores(as) dos países em desenvolvimento.

A visão de Fairtrade International é um mundo em que todos(as) os(as) produtores(as) podem desfrutar dos meios de vida seguros e sustentáveis, desenvolver seu potencial e decidir sobre seu futuro.

É uma relação comercial que busca a equidade e conectar os(as) produtores(as), em desvantagem, e consumidores(as). Permite os(as) produtores(as) alcançar os mercados de exportação em condições mais justas, fortalecer sua posição no comércio internacional, dispor de um melhor acesso de financiamento, formar parte de programas de capacitação e, de forma geral, tenham um maior controle sobre suas vidas. No comércio justo Fairtrade há respeito, transparência e diálogo entre produtores(as), comerciantes e consumidores(as).

Para poder ser parte do sistema de Comércio Justo Fairtrade os comerciantes e produtores(as) devem cumprir certos requisitos definidos nos Critérios de Comércio Justo Fairtrade, que estabelece Fairtrade International. FLOCERT (a empresa de certificação independente de Fairtrade) administra o processo de auditoria e certificação nos países produtores para garantir os cumprimentos dos princípios de Fairtrade.

Como uma organização de produtores(as) pode obter a certificação Fairtrade?

FLOCERT é o organismo de certificação global para Fairtrade. No seguinte link <https://www.flocert.net/solutions/fairtrade-resources/how-it-works/> você encontrará informação sobre os procedimentos de auditoria e certificação.

Se você deseja solicitar a certificação Fairtrade, preencha o seguinte questionário *online* <https://www.flocert.net/start-trading-fair-today/>.



Em caso de dúvidas, você pode entrar em contato diretamente com a FLOCERT:
<https://www.flocert.net/about-flocert/contact/>.

Estrutura do presente documento

O presente documento respeita a estrutura por capítulos do Critério para Organizações de Pequenos Produtores.

Em cada seção os requisitos serão apresentados em formato de tabela e repartidos de acordo com os anos em que o(a) produtor(a) deve cumprir cada exigência 0, 1, 3 e 6. As colunas mostram o número do requisito, o nome do requisito (uma breve descrição do que exige), se o requisito está dirigido para a organização ou para os membros e se o requisito é básico ou de desenvolvimento*. Em seguida, um exemplo de como será apresentado o requisito:

Requisito básico		Requisito de desenvolvimento	
1	Requisitos gerais	Aplica-se a	Ano
1.1	Certificação		0 1 3 6
1.1.1	Aceitar auditorias, anunciadas e não	Organização	

Após a tabela de requisitos, é detalhado uma explicação sobre os requisitos específicos ou sobre os temas abordados nessa seção, juntamente com exemplos e maneiras pelas quais os(as) produtores(as) podem obter o cumprimento. Além disso, serão proporcionados referências e links de documentos externos com informação prática complementar.

*Conforme explicado na página 5 do Critério, os requisitos básicos refletem os princípios de Fairtrade e são obrigatórios cumprir em todos os casos; os requisitos de desenvolvimento referem-se às melhorias contínuas que as organizações certificadas devem realizar, em média, de acordo com um sistema de pontuação definido pelo organismo de certificação. Você cumpre o Critério Fairtrade para Organizações de Pequenos Produtores, se cumprir com todos os requisitos básicos e atingir a pontuação mínima nos requisitos de desenvolvimento, de acordo com o organismo de certificação. Para obter mais informação sobre como você será auditado de acordo com os requisitos básicos e de desenvolvimento, consulte a informação de FLOCERT: <https://www.flocert.net/wp-content/uploads/2017/09/certification-procedure.pdf>



1. Requisitos gerais

1.1 Certificação

Requisito básico Requisito de desenvolvimento

1	Requisitos gerais	Aplica-se a	Ano			
1.1	Certificação		0	1	3	6
1.1.1	Aceitar auditorias, anunciadas ou não	Organização				
1.1.2	Designar uma pessoa de contato para todos os assuntos relacionados com a certificação	Organização				
1.1.3	NOVO 2019 Demonstrar que você é uma organização estabelecida	Organização				
1.1.4	NOVO 2019 Demonstrar potencial de mercado Fairtrade	Organização				
1.1.5	NOVO 2019 Unir-se a Fairtrade é uma decisão coletiva e democrática	Organização				
1.1.6	NOVO 2019 Cumprimento da lei nacional	Org e Membros				
1.1.7	NOVO 2019 Direito legal e legítimo de uso da terra e da água e a posse da terra	Org e Membros				
1.1.8	NOVO 2019 Comercializar com integridade	Org e Membros				

Por que é importante?

A seção de certificação estabelece as bases para que sua organização de produtores(as) possa realizar o processo de certificação. Os requisitos facilitam os procedimentos administrativos para a certificação (organiza auditorias, etc.), esclarecem alguns princípios básicos e garantem que sua organização de produtores(as) seja viável e possa se beneficiar com o sistema Fairtrade. Principalmente, os requisitos garantem que sua organização tome, democraticamente, a decisão de unir-se a Fairtrade e, portanto, os membros conhecem as responsabilidades que assume ao se tornar parte do sistema Fairtrade.

O que devo fazer?

Você tem que garantir que sua organização de produtores(as) seja uma organização estabelecida (seja como cooperativa, uma associação ou outro tipo de entidade legal) capaz de empreender atividades comerciais e com potencial para vender seus produtos como Fairtrade (ou seja, a um comprador certificado Fairtrade). É importante conhecer que todos os produtos que a organização vende como Fairtrade devem vir dos membros e não é permitido nenhuma certificação parcial de uma organização de produtores(as) – todos os membros de uma organização de produtores(as) decidem coletivamente afiliar-se, contribuir e se beneficiar de Fairtrade.

O requisito sobre o cumprimento da legislação nacional (1.1.6) enfatiza que a organização de produtores(as) deve cumprir com a legislação nacional nos temas cobertos pelo Critério. O direito legal e legítimo do uso da terra e da água e a posse da terra (1.1.7) garante que qualquer disputa sobre as



terras dos membros esteja resolvida antes da certificação ou possa ter solução, nos casos onde haja disputas em andamento. Comercializar com integridade (1.1.8) visa que as organizações de produtores(as) respeitem princípios básicos de práticas comerciais honestas. Os requisitos 1.1.6 – 1.1.8 são requisitos reativos, isto significa que não serão avaliados de maneira proativa, e sim que FLOCERT realizará medidas se houver indícios de problemas. No caso do direito sobre a terra e a água, Fairtrade não interviria como mediador em disputas, mas poderia tomar medidas no caso de que haja acusações fundamentadas.

1.2 Definição de Organização de Pequenos Produtores

1	Requisitos gerais	Aplica-se	Ano			
1.2	Definição de organização de pequenos produtores		0	1	3	6
1.2.1.	NOVO 2019 2/3 dos membros de sua organização são pequenos produtores	Organização				
1.2.2	NOVO 2019 O limite máximo de terra cultivada por um pequeno produtor individual é de 30 hectares	Org e Membros				
1.2.3	NOVO 2019 50% do volume vendido pela organização procede de pequenos produtores	Organização				

Por que é importante?

Os(as) pequenos(as) produtores(as) são o coração de Fairtrade. A definição de Fairtrade de organização de pequenos produtores visa, acima de tudo, apoiar os(as) pequenos(as) produtores(as) membros, ao mesmo tempo que permite as organizações de produtores(as) crescer e produzir suficiente para o mercado internacional.

Para entender se sua organização de produtores(as) é qualificada para obter (ou manter) a certificação de acordo com o Critério de Comércio Justo Fairtrade para Organizações de pequenos produtores, é importante que você saiba se a composição de seus membros atende a definição de Fairtrade.

Como define Fairtrade uma organização de pequenos produtores?

Aqui estão as principais regras que os membros Fairtrade devem cumprir em uma organização de pequenos produtores(as)*:

- Pelo menos dois terços (66%) dos membros são de propriedades rurais pequenas / familiares**.
- Pelo menos a metade (50%) dos produtos que vende como Fairtrade provêm de propriedades rurais pequenas / familiares.
- Até um terço dos membros (33%) podem ser propriedades rurais médias**.
- Até a metade (50%) dos produtos que vende como Fairtrade pode vir dessas propriedades rurais médias.
- Não são permitidas grandes propriedades rurais (30 hectares ou mais de terra cultivada) como parte dos membros.

* Nota 1: Refere-se as organizações de pequenos(as) produtores(as) de primeiro grau. Portanto, as organizações de produtores(as) de segundo e terceiro grau devem saber se seus membros de primeiro grau correspondem à definição.



** Nota 2: As definições de propriedades rurais pequenas / familiares e de propriedades rurais médias estão apresentadas nas páginas seguintes.

Em seguida, apresentamos um exemplo da composição dos membros de uma organização de pequenos produtores Fairtrade potencial:

Propriedade / membro e tamanho da terra	Pequena	Volume de produtos (TM) vendidos como Fairtrade	Média	Volume de produtos (TM) vendidos como Fairtrade
Propriedade A – 5 ha	1	15		
Propriedade B – 6 ha	1	15		
Propriedade C – 20 ha			1	25
Propriedade D – 3 ha	1	5		
Propriedade E – 5 ha	1	10		
Propriedade F – 8 ha	1	15		
Propriedade G – 15 ha			1	25
Propriedade H – 10 ha	1	15		
Propriedade I - 15 ha	1	20		
Propriedade J – 8 ha	1	15		
TOTAL	8	110 TM	2	50 TM

Como dois dos dez membros são propriedades médias, 20% da organização de produtores(as) é média, inferior ao terço (33%) permitido.

Com 50 das 160 TM da produção provenientes dessas duas propriedades médias, 31% da produção vendida como Fairtrade provém das propriedades médias, inferior ao limite máximo de 50%.

Conclusão: Este exemplo de propriedade se encaixa na definição de uma organização de pequenos produtores Fairtrade.

Qual é a diferença entre uma propriedade pequena / familiar e uma propriedade média?

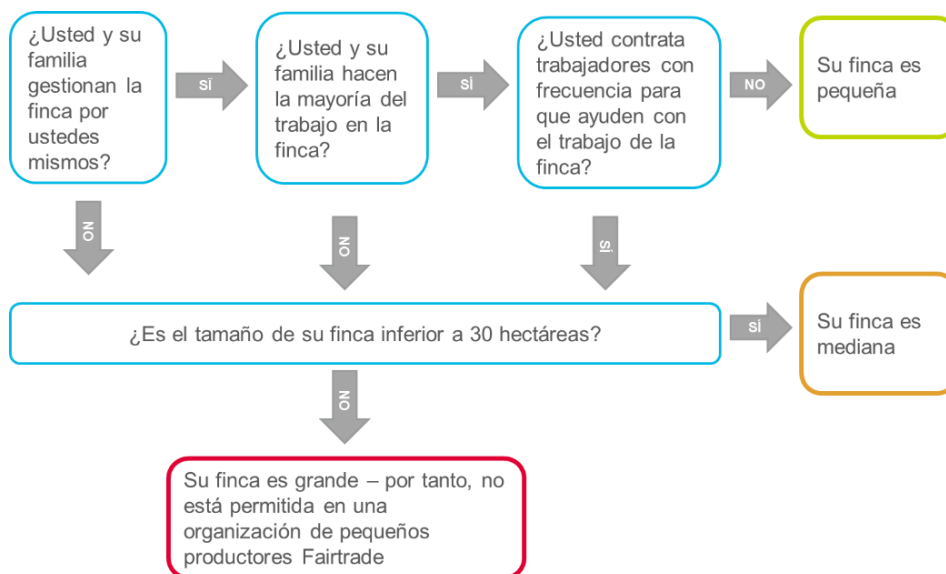
Em uma propriedade pequena / familiar, os(as) agricultores(as) e suas famílias administram e realizam a maioria do trabalho da propriedade por conta própria, enquanto que em uma propriedade média, pode estar menos focada na família e mais no aumento da produção. Fairtrade reconhece, no entanto, que cultivar determinados produtos exige mais trabalho que outros e, que inclusive essas propriedades pequenas / familiares, podem precisar contratar mão de obra suplementar para cobrir uma parte do trabalho da propriedade. Além disso, Fairtrade reconhece que, devido à escassez de trabalhadores(as), alguns(as) produtores(as) e seus familiares podem se dedicar a agricultura rotativa para a colheita. Em tais circunstâncias, Fairtrade poderia considerá-los(as) como mão de obra se não trabalham nas



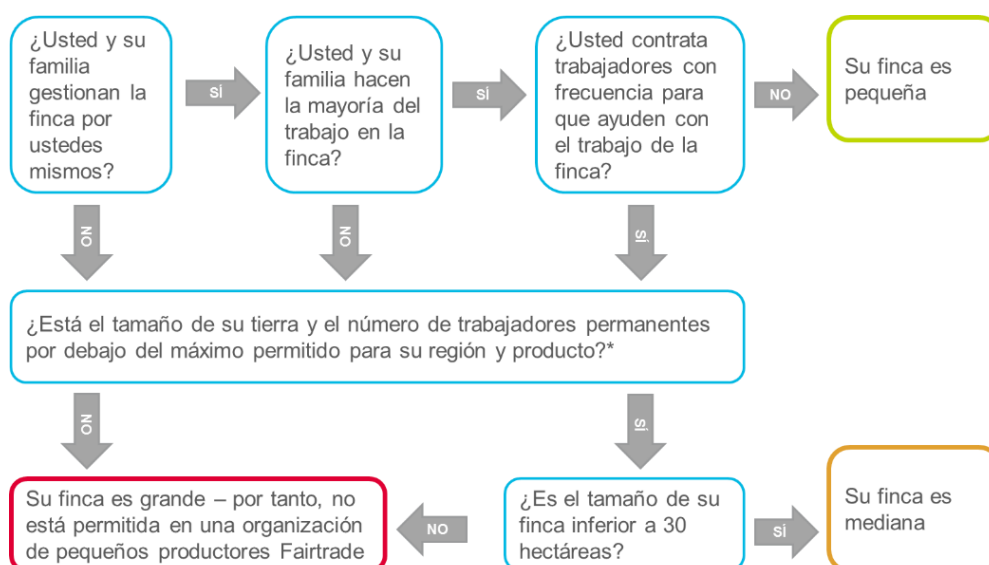
propriedades de suas próprias famílias. As definições Fairtrade dependem, portanto, da intensidade do trabalho que um produto exige e das diferenças regionais e de produto em termos de tamanho da terra.

Para saber se sua propriedade é pequena ou média, você pode usar o esquema a seguir e responder às perguntas.

Para as propriedades que produzem **cacau, café, ervas aromáticas, infusões de ervas, especiarias, mel, nozes, sementes e frutos oleaginosos, cereais** ou **plantas para fibras**:



Para as propriedades que produzem **açúcar da cana, frutas e verduras preparadas e conservadas, fruta fresca, vegetais** ou **chá**:



*Consulte https://files.fairtrade.net/standards/2019-08-05_Indicator_table_EN-v2.0_final.pdf para conhecer sobre os indicadores das OPP.



2. Comércio

2.1 Rastreabilidade

Requisito básico Requisito de desenvolvimento

2	Comércio	Aplica-se a	Ano			
2.1	Rastreabilidade		0	1	3	6
2.1.1	Separação física de produtos Fairtrade	Organização				
2.1.2	Documentar o fluxo do produto	Organização				
2.1.3	Manter registros dos produtos obtidos de seus membros	Organização				
2.1.4	Documentar as vendas Fairtrade	Organização				
2.1.5	Manter registros das vendas Fairtrade	Organização				
2.1.6	Manter registros de insumos e produção (se você processa produtos Fairtrade)	Organização				
2.1.7	Identificar os produtos como Fairtrade tanto na documentação como fisicamente*	Organização				
2.1.8	Manter a rastreabilidade física na etapa de processamento**	Organização				

* 2.1.7: Não se aplica se você vende cacau, açúcar de cana, suco ou chá para operadores sem rastreabilidade física.

**2.1.8 Apenas aplica-se para organizações de produtores(as) que processam seus próprios produtos sem rastreabilidade física (permitido apenas para produtores(as) de cacau, açúcar de cana, suco ou chá).

O que é a rastreabilidade?

A rastreabilidade tem a ver com a capacidade de identificar produtos individuais como Fairtrade em todos os passos da cadeia de fornecimento e em todos os documentos e empacotados pertinentes. Isso significa que os produtos vendidos como Fairtrade provêm realmente de produtores(as) que produzem de acordo com os Critérios Fairtrade. A certificação garante a autenticidade e integridade dos produtos Fairtrade que os(as) consumidores(as) compram.

O que é a rastreabilidade documental?

A rastreabilidade documental – registros escritos de rastreabilidade – é obrigatória para todos os operadores Fairtrade. Isso significa que a organização deve anotar e manter registros de como o produto passa dos membros até os(as) compradores(as). Os membros trazem seus produtos a um centro de armazenagem ou a organização coleta os produtos nas propriedades dos membros? O que acontece com o produto dentro da organização (processamento, armazenamento) e como é vendido para o primeiro comprador (como o produto é entregue)? Para poder identificar claramente quanto



entrega os membros, tanto individual quanto coletivamente, você deve manter registros do produto que é coletado dos membros. No caso de que haja membros que também sejam membros de outra organização certificada Fairtrade para o mesmo produto certificado, é importante prestar atenção especial para a rastreabilidade dos produtos provenientes desses membros. Os produtos Fairtrade devem ser identificados em todos os documentos com uma marca de identificação, por exemplo, com as palavras “Fairtrade International” e o FLO ID do comprador. Contratos, conhecimentos de embarque, notas de entrega, faturas, etc. demonstrarão os volumes de produtos Fairtrade manuseados. Devem manter registros das seguintes informações:

- Venda do produto Fairtrade: O que foi vendido (forma, volume)? Quando?
- Processamento do produto: Tipo de processamento, rendimentos

O objetivo final da rastreabilidade documental é garantir que aqueles que produziram os produtos Fairtrade sejam os mesmos que recebam os pagamentos Fairtrade, o Prêmio e outros benefícios que traz ser parte do sistema Fairtrade.

O que a rastreabilidade física?



A rastreabilidade física em uma cadeia de fornecimento Fairtrade é a capacidade de rastrear um produto específico em toda a cadeia de fornecimento e através de todas as etapas de produção e processamento. Os produtos Fairtrade sempre devem ser segregados daqueles que não são Fairtrade (com exceção do açúcar de cana, o chá, o cacau e os sucos de fruta – consulte a seção anterior para mais explicações). Por exemplo, o café Fairtrade, quando transportado, não pode ser misturado com o café que não seja Fairtrade e o arroz Fairtrade não pode ser armazenado no mesmo silo com arroz que não seja Fairtrade.

Quando se trata de processamento, os produtos Fairtrade e não Fairtrade devem ser processados em linhas de processamentos diferentes. Se isso não for possível, os produtos Fairtrade terão que ser processados em outro momento diferente dos produtos que não são Fairtrade. Você deve garantir que não haja risco de que os produtos Fairtrade sejam substituídos com produtos que não são Fairtrade.

Você tem a liberdade de escolher como será garantido a rastreabilidade física. Você deve garantir que o produto esteja claramente identificado ou rotulado como “Fairtrade International” com o ID de Fairtrade Internacional, número do lote e/ou marcas de identificação do produto.

A rastreabilidade física é obrigatória?

Em princípio, os Critérios de Comércio Justo Fairtrade International exigem a rastreabilidade física para todos os produtos e operadores.

Fairtrade International não deseja impor exigências pouco realistas para os(as) produtores(as) e comerciantes Fairtrade. A rastreabilidade física nas etapas de processamento do cacau, chá, açúcar e suco não seria possível sem excluir a um número significativo de produtores(as) e trabalhadores(as), muitas vezes os(as) mais vulneráveis, dos benefícios Fairtrade e sem aumentar significativamente os custos dos produtos finais. Solicitar rastreabilidade física nos produtos em que os(as) produtores(as) não controlam o processamento pode significar que agricultores(as) e trabalhadores(as) sejam impedidos(as) da oportunidade de vender seus produtos em condições Fairtrade, se as empresas que processam seus produtos não mantêm o produto Fairtrade separado. Por esse motivo, cacau, açúcar de



cana, suco de frutas e chá estão isentos dos requisitos de rastreabilidade física, a partir da etapa de processamento.

Se você produz e processa cacau, chá, suco ou açúcar, você pode escolher se sua produção tem ou não tem rastreabilidade física. Se você, como produtor(a) de cacau, chá, suco ou açúcar, deseja que seus produtos tenham rastreabilidade física em toda a cadeia de fornecimento, você deve garantir que os operadores Fairtrade que você vende tenham sido auditados satisfatoriamente no que diz respeito aos requisitos de rastreabilidade física dos Critérios Genéricos Comerciais.

Como produtor(a) de cacau, chá, suco e açúcar, você pode solicitar ao organismo de certificação que realize uma auditoria com relação aos requisitos de rastreabilidade física. Se você cumprir com os requisitos, poderá vender aos operadores que mantêm a rastreabilidade física em toda a cadeia de fornecimento.

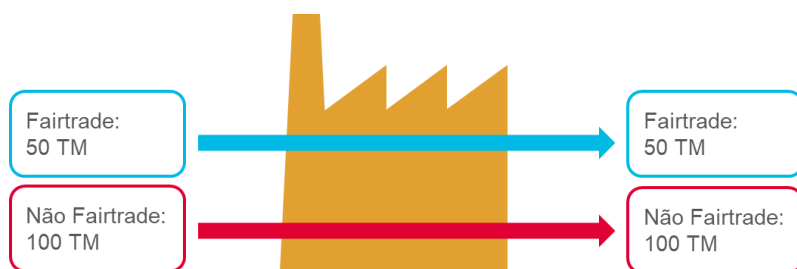
O que é balanço de massa?

O Balanço de massa só se aplica para os operadores de cacau, açúcar de cana, suco e chá que não possuem rastreabilidade física.

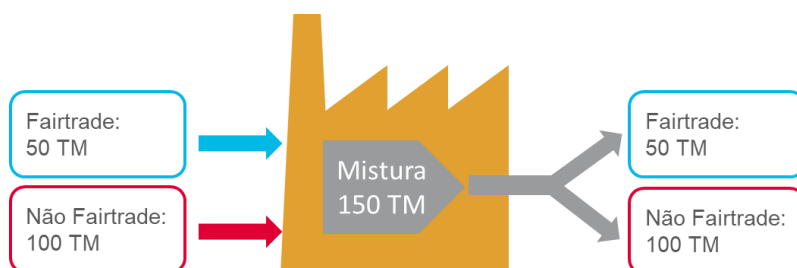
O balanço de massa em um único lugar de produção significa que, quando uma quantidade de ingredientes Fairtrade é entregue a uma fábrica ou local de produção, apenas poderá vender como Fairtrade o volume equivalente do produto processado Fairtrade que saia desse mesmo local de produção. Por exemplo, se você entrega uma tonelada de chá Fairtrade para uma fábrica para seu processamento, a fábrica só poderá vender como Fairtrade o volume equivalente do chá processado.

Abaixo mostra a diferença entre rastreabilidade física e o balanço de massa num único local de produção. A flecha azul representa o fluxo de produtos Fairtrade e flecha vermelha indica o fluxo de produtos não Fairtrade pela fábrica (neste exemplo o rendimento de processamento é 100%).

Rastreabilidade física:



Balanço de massa em um só local de produção:





Se você implementa o balanço de massa, o produto resultante Fairtrade deve ser o mesmo tipo e qualidade dos produtos Fairtrade que foram entregues para seu processamento. Isso significa que, se um(a) produtor(a) vende chocolate Fairtrade elaborado com cacau de alta qualidade, os ingredientes Fairtrade comprados não podem ser grãos de cacau de baixa qualidade; se um(a) produtor(a) vende açúcar orgânico Fairtrade, o ingrediente comprado não pode ser açúcar não orgânico e, se um(a) produtor(a) vende chá verde Fairtrade, o ingrediente comprado não pode ser chá negro Fairtrade.

Quais requisitos de rastreabilidade se aplicam a minha organização de produtores(as)?

As regras sobre rastreabilidade são divididas em três seções:

- **Requisitos de rastreabilidade documental:** aplicam-se a todos(as) os(as) produtores(as).
- **Requisitos de rastreabilidade física:** aplicam-se a todos(as) os(as) produtores(as) exceto produtores(as) de cacau, açúcar de cana, suco de frutas e chá que eles(as) próprios processam.
- **Requisitos de balanço de massa:** aplicam-se aos(as) produtores(as) de cacau, açúcar de cana, suco e chá sem rastreabilidade física.

Referências

1. Manual de treinamento COLEACP: Rastreabilidade

https://training.coleacp.org/pluginfile.php/4150/mod_data/content/30371/coleac001-pip-module-2-uk-pp.pdf

2.2 Abastecimento

Requisito básico

Requisito de desenvolvimento

2	Comércio	Aplica-se a	Ano			
2.2	Abastecimento		0	1	3	6
2.2.1	Vender o produto que você tem em existências (de até 12 meses), quando você obtém a certificação	Organização				

Por que é importante?

Quando você obtém a certificação Fairtrade por primeira vez, pode vender os produtos recentemente colhidos ou armazenados, que tenham sido produzidos / colhidos durante os 12 meses anteriores à certificação. Isso permite que sua organização consiga fazer o máximo possível com sua nova certificação e comece a vender como Fairtrade, sem ter que esperar a próxima colheita / produção.

O que devo fazer?

Se você vender efetivamente algum de seus estoques quando obtiver a certificação por primeira vez, deverá demonstrar na documentação que esses produtos foram produzidos / colhidos durante os 12 meses anteriores à certificação. Os documentos para comprovar incluem:

- Registros de compra / coleta para os produtos provenientes dos membros
- Registros de processamento (números de partida / lote, proporção de resultados)
- Registros de armazenamento (armazenamento próprio, armazém externo, quando aplicável)
- Registros de venda (vendas locais e internacionais)



Você também deve cumprir com os requisitos de rastreabilidade (seção 2.1) e comprovar que os produtos Fairtrade somente provêm dos membros (através de registros detalhados e listas dos membros).

2.3 Contratos

Requisito básico Requisito de desenvolvimento

2	Comércio	Aplica-se a	Ano			
2.3	Contratos		0	1	3	6
2.3.1	Assinar contratos de compra vinculativos	Organização				
2.3.2	Não assinar novos contratos Fairtrade se você ou o seu comprador foram suspensos	Organização				
2.3.3	Parar de vender qualquer produto Fairtrade se você ou o seu comprador perderem a certificação	Organização				
2.3.4	NOVO 2019 Cumprir todos os elementos da transação estabelecidos no contrato	Organização				

Por que é importante?

Todas as vendas Fairtrade devem estar reguladas através de contratos escritos acordados por ambas partes. Quando um contrato é assinado, existe uma responsabilidade mútua para ambas partes para cumprir com seus termos. Isso garante que os acordos comerciais e expectativas fiquem claros e possam contribuir para relações comerciais de longo prazo entre o(a) produtor(a) e o(a) comerciante (incluindo moinhos, processadores, etc.).

O que devo fazer?

Os contratos assinados são vinculativos para ambas partes – tanto para produtores(as) como para comerciantes – e só podem sofrer alterações se ambas partes concordarem. Por parte do(a) produtor(a), isso garante que as entregas sejam feitas completas, em tempo e com a qualidade esperada, de acordo com os termos do contrato. No caso de circunstâncias excepcionais, que impeçam você entregar os produtos de acordo com o acordado no contrato, você deve informar para o comprador, o mais rápido possível, e tentar encontrar uma solução, bem como chegar a um acordo.

Seus contratos devem refletir claramente:

- Quanto produto é vendido
- Qual é a qualidade exigida
- Quanto e quando o comprador(a) deve pagar
- Como e quando o produto deve ser entregue

Descertificação

Se você ou seu comprador(a) perder a certificação, o contrato Fairtrade é automaticamente invalidado e você não poderá vender de acordo com o contrato Fairtrade, nem assinar novos contratos.



Suspensão

Se você ou seu comprador(a) for suspenso(a) por Fairtrade, você deve cumprir o contrato existente, conforme acordado. No entanto, os(as) comerciantes e as organizações de produtores(as) suspensos(as) não podem assinar novos contratos Fairtrade, exceto com uma organização com a que tenham uma relação de negócio existente (e então, somente se permite até 50% do volume comercializado com eles no ano anterior).

2.4 Uso dos selos da marca registrada FAIRTRADE

Requisito básico



Requisito de desenvolvimento



2	Comércio	Aplica-se a	Ano			
2.4	Uso dos selos da Marca registrada Fairtrade		0	1	3	6
2.4.1	Obter autorização antes de usar qualquer um dos selos da marca Fairtrade na embalagem dos produtos por atacado ou em material promocional externo	Organização				
2.4.2	Assinar um contrato com FI ou com a ONF, se você deseja vender diretamente aos produtores para o uso dos selos da marca	Organização				

Por que é importante?

É necessário formalizar o uso da marca Fairtrade para que não use de forma inapropriada. Isso ajuda a proteger a integridade do Selo, inclusive entre os(as) consumidores(as).

O que é material promocional externo?

Os materiais criados para promover os produtos Fairtrade que as organizações produzem e comercializam fora da organização.

Posso utilizar os selos da Marca registrada FAIRTRADE?

Se você desejar utilizar os selos da Marca registrada Fairtrade internamente, não precisa de autorização, mas sim deve cumprir com as diretrizes da Marca registrada para produtores(as). Isso inclui o uso em:

- Cartazes e folhetos (com informação para os membros)
- Pinturas murais
- Ativos financiados com o Prêmio Fairtrade para indicar projetos do Prêmio Fairtrade



Se você desejar utilizar os selos da Marca registrada Fairtrade em material promocional externo, pode fazer, mas antes deve pedir autorização a Fairtrade International (artwork@fairtrade.net). Isso inclui o uso em:

- Caixotes, barris, sacas ou outra embalagem para exportação / transporte de produtos por atacado.
- Catálogos, faturas, fichas de informação de produtos, materiais de comércio justo, sites ou qualquer outro material para ser utilizado fora da organização – em cada caso, sempre que o selo da Marca registrada



Fairtrade esteja claramente vinculado ao produto certificado e não seja utilizado como sua própria identidade.

É importante que você use o selo da Marca registrada FAIRTRADE como um selo de certificação que se refere a seus produtos certificados. Existem diretrizes específicas para o uso dos selos da Marca registrada para produtores(as), além de um breve guia para buscas rápidas. Os links para ambos serão adicionados na seção “[Fairtrade para produtores\(as\)](#)” do [site de Fairtrade International](#) no final de outubro de 2020. Além disso, você sempre pode recebê-los, solicitando através do e-mail artwork@fairtrade.net

A menos que você tenha um contrato de licença (veja mais informação abaixo), não pode utilizar os selos da Marca registrada Fairtrade:

- Em produtos de consumo que serão vendidos em lojas locais ou em qualquer produto de consumo acabado Fairtrade.

Posso utilizar a logomarca comercial Fairtrade (ou a logomarca circular que usa Fairtrade International)?

Não, a logomarca circular, denominado logomarca comercial Fairtrade, forma parte da identidade corporativa de Fairtrade International. Só pode ser usado pela organização em Bonn, seus membros e seus membros associados.



Se já estou usando o selo da Marca registrada Fairtrade em folhetos / nosso site / outro material promocional externo, o que devo fazer?

Você deve escrever para Fairtrade International (artwork@fairtrade.net) para obter mais informação sobre como usar o selo da Marca registrada Fairtrade adequadamente e para averiguar os passos a seguir.

Se um auditor descobrir que já estou usando o selo da Marca registrada FAIRTRADE sem autorização, minha organização será suspensa ou descertificada?

Se você está utilizando o selo em qualquer material promocional, conforme descrito acima, deve escrever para artwork@fairtrade.net para solicitar autorização. Se você estiver usando a marca de acordo com as normas, receberá a autorização correspondente. Caso contrário, você deverá demonstrar para o auditor que foram implementadas as alterações necessárias. Se você ainda está esperando a resposta de Fairtrade International, será suficiente demonstrar que solicitou a autorização para utilizar o selo.

Você não deve temer a descertificação devido ao uso indevido do selo da Marca registrada Fairtrade, se você entrar em contato com nosso Coordenador de material gráfico. Fairtrade International oferece uma ampla gama de soluções. Sem dúvidas, é sempre mais fácil entrar em contato com o Coordenador do material gráfico antes de utilizar o selo da Marca registrada Fairtrade, para conhecer o que está permitido e o que não.

Posso usar o selo da Marca registrada FAIRTRADE em produtos de consumo acabados sob minha própria marca?



Se você tiver um contrato de licença e recebeu a aprovação do material gráfico por parte de Fairtrade International, então sim.

Se você quiser usar o selo da Marca registrada FAIRTRADE em produtos acabados que vão ser vendidos para os(as) consumidores(as) sob sua própria marca, seja em lojas locais ou em outros lugares, então primeiramente deve assinar um contrato de licença com Fairtrade International. Depois de fechar o contrato, você receberá orientação sobre como usar corretamente o selo da Marca registrada na embalagem. Para mais informações, escreva para license@fairtrade.net.

Para perguntas sobre a utilização do selo da Marca registrada FAIRTRADE, suas diretrizes e processos de aprovação, escreva para artwork@fairtrade.net.

3. Produção

3.1 Gestão das práticas de produção

Requisito básico

Requisito de desenvolvimento

3	Produção	Aplica-se a	Ano			
			0	1	3	6
3.1	Gestão das práticas de produção					
3.1.1	Informar para os membros sobre o Critério	Organização				
3.1.2	Identificar os riscos de não cumprimento	Organização				
3.1.3	Novo 2019 Atualização das avaliações de risco (como mínimo, a cada 3 anos)	Organização				
3.1.4	Novo 2019 Definir e implementar procedimentos para monitorar e avaliar o desempenho e o cumprimento dos membros	Organização				
3.1.5	Novo 2019 Implementar um Sistema de gestão interna (se você for uma organização de 2º ou de 3º grau)	Organização				
3.1.6	Novo 2019 Implementar um Sistema de gestão interna (se você for uma organização de 1º grau com mais de 100 membros)	Organização				

Por que é importante?

O manejo das práticas de produção ajuda as organizações de pequenos produtores a monitorar o desempenho dos membros e a identificar necessidades de apoio. Pode ajudá-los a melhorar a forma de fazer as coisas, preparar o caminho para o cumprimento dos Critérios Fairtrade, como organização, e estabelecer relações comerciais com compradores(as).

O que devo fazer?

Os requisitos para GPP (Gestão das Práticas de Produção) seguem um enfoque gradual. Antes de obter a certificação Fairtrade, você deve informar para seus membros sobre os requisitos ambientais e trabalhistas que são aplicados (3.1.1). Você pode escolher como fazer isso, por exemplo, através de



capacitação, agricultores(as) líderes e/ou tradução dos requisitos relevantes para o idioma local. Durante a auditoria, devem ser mostradas para os auditores as evidências das atividades realizadas, por exemplo, a lista de participação das oficinas, relatórios dos requisitos ou requisitos traduzidos.

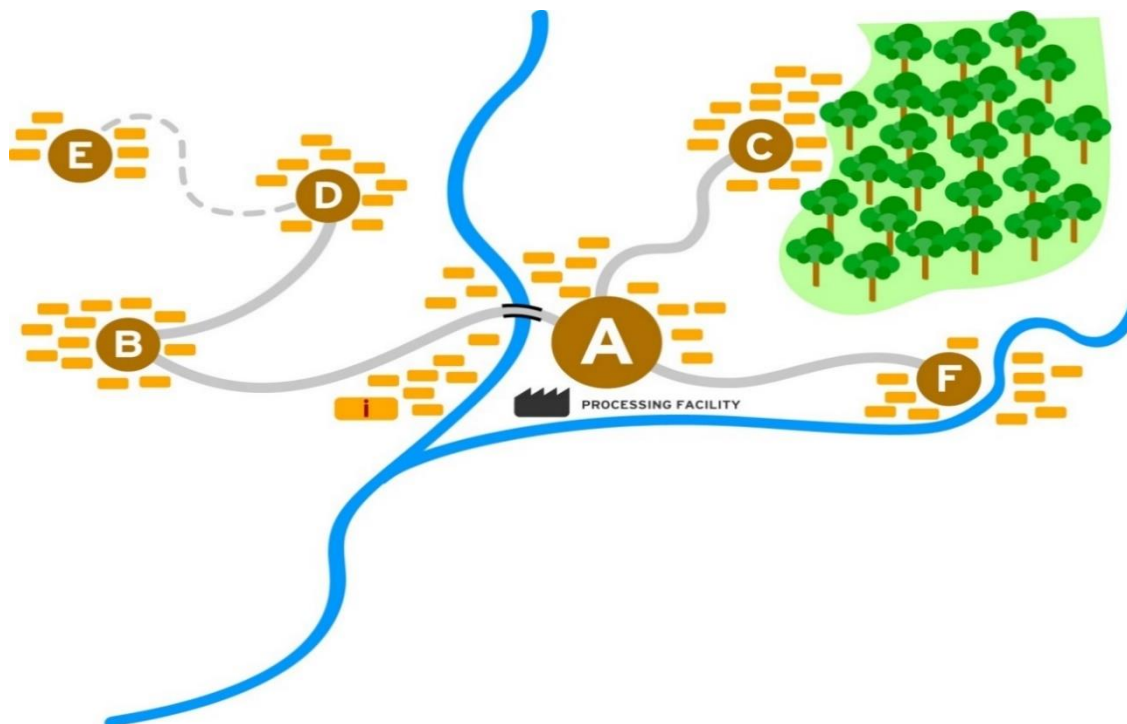
Em uma segunda etapa, a partir do primeiro ano da certificação, sua organização deve identificar periodicamente (a cada três anos) em quais aspectos os membros correm risco de não cumprir os requisitos ambientais e trabalhistas (3.1.2).

O que é uma avaliação de riscos?

Uma avaliação de risco é a avaliação da probabilidade que tem seus membros de não poder cumprir com os requisitos.

Se você tiver um sistema de gestão interna, a avaliação de riscos pode ser parte deste sistema e deveria ser baseada na informação proveniente das avaliações da propriedade (consulte os dados da avaliação da propriedade na seção sobre o sistema de gestão interna, abaixo). Mesmo que você não tenha um sistema de gestão interna, a realização das avaliações da propriedade é uma boa prática em relação ao cumprimento do Critério.

A informação que contribui para a avaliação de riscos pode vir da comunidade, de suas próprias experiências ou dos membros, ou dos debates da Assembleia geral. A informação para suas avaliações de riscos também pode ser coletada com os(as) líderes agricultores(as), os(as) líderes da comunidade, com entrevistas aos grupos destinatários ou ser identificados pelos comerciantes, a sociedade civil, meios de comunicação, inspeções do governo ou por outros meios. Você é livre para escolher como documentar a identificação dos riscos. Por exemplo, poderia ser um mapa de sua área que indique as características que podem causar problemas em algumas populações. Aqui está um exemplo de como pode ser uma avaliação de riscos.





Comunidade A: Escritórios centrais da organização. Instalações de processamento com mais de 10 trabalhadores: aplicam-se todos os requisitos de trabalho, condições de saúde e segurança no trabalho que podem ser melhoradas. As instalações de processamento descarregam águas residuais no rio – risco de contaminação. + Membro 1: um grande produtor com mais de 10 trabalhadores, aplica-se os requisitos de trabalho.

Comunidade B: Nenhum risco identificado.

Comunidade C: Perto de uma floresta intacta (considerado como de Alto Valor de Conservação) – risco de expansão das propriedades locais e extração ilegal de madeira.

Comunidade D: Os terrenos estão em encostas íngremes – risco de erosão.

Comunidade E: Muito isolada, não há trabalhadores suficientes na época de colheita e não há escolas – risco de trabalho infantil.

Comunidade F: A única que não é orgânica e muito dependente dos pesticidas – risco de utilização de materiais proibidos e risco de incumprimento das medidas de segurança.

Você deve repetir este procedimento de identificação de seus riscos, pelo menos, a cada 3 anos (3.1.3) ou, se for necessário, com mais frequência. A decisão sobre a frequência da avaliação pode depender do número e o tipo de problema detectado durante a avaliação anterior ou do número e o tipo de não conformidades recebidos durante a auditoria. Identificar periodicamente seus riscos pode ajudá-lo a detectar suas próprias debilidades e fortalezas das capacidades internas para melhorar continuamente seu sistema. Também poderia servir de preparação para a auditoria Fairtrade, já que você pode identificar e agir com antecedência nos pontos fracos.

Como posso monitorar o desempenho dos membros?

O requisito 3.1.4 trata sobre a implementação de um procedimento para monitorar e avaliar o desempenho dos membros em relação aos requisitos de produção. Um procedimento de monitoramento e avaliação pode ser tão simples como um pedaço de papel com uma declaração de cada membro da organização sobre seu desempenho em relação com o Critério, incluindo número de trabalhadores(as) contratados(as) e contratantes de emprego ou gestores de emprego envolvidos. Também pode começar com uma pesquisa com uma parte dos membros e, gradualmente, incluir o restante dos membros. Também pode formar parte do sistema de gestão interna, se houver.

Lembre-se de que, se você já possui algum tipo de gestão interna, por exemplo, um sistema de controle interno (para ter um registro de cumprimento especificamente com os Critérios Fairtrade ou outros requisitos de outra certificação pertinente), isso também permite monitorar o desempenho e o cumprimento dos membros, o que pode ser suficiente para cumprir o 3.1.4.

O que é um sistema de gestão interna?

Um sistema de gestão interna começa com uma base de dados com a informação sobre seus membros e sua produção, incluindo a participação de contratantes ou gestores de emprego que contratam aos(as) trabalhadores(as), bem como os(as) trabalhadores(as) envolvidos(as) em todas as etapas agrícolas, a localização dos membros (por exemplo, se estão próximos de áreas protegidas ou de corpos de água, etc.) e suas práticas agrícolas. Esta base de dados permite que sua organização de produtores(as) tenha uma ideia clara de seus membros e possa analisar riscos, desafios e oportunidades. É importante



saber, antes da coleta dos dados, qual é o seu objetivo específico. Por exemplo, seu objetivo pode ser entender melhor as necessidades dos membros (incluindo as necessidades agrícolas) e agir de acordo com isso, registrar e prever a produção ou monitorar e avaliar o cumprimento dos capítulos de produção do Critério por parte dos membros. Conhecer seus objetivos com antecedência pode ajudá-lo a entender que dados você precisa coletar e evitar a coleta de dados que não vai utilizar.

Ter um sistema de gestão interna bem articulado pode ajudá-lo a otimizar a eficiência e gerar confiança nos sócios de negócios, que cada vez mais exigem com mais frequência sistemas de monitoramento e resposta e relações comerciais fortes.

Os princípios gerais para um sistema de gestão interna funcional são:

- Uma descrição documentada do SGI
- Uma estrutura de gestão documentada
- Uma pessoa responsável
- Um regulamento interno
- Inspetores internos identificados
- Capacitação do pessoal, do inspetor interno
- Protocolos de inspeção anual
- Uso de sanções internas
- Lista dos(as) cultivadores(as) atualizada periodicamente

Quem precisa de um sistema de gestão interna?

Um sistema de gestão interna pode ser útil para todas as organizações de produtores(as). Mas, de acordo com o Critério de Comércio Justo Fairtrade para Organizações de Pequenos Produtores, somente as Organizações de produtores(as) de segundo e terceiro grau devem implementar um sistema de gestão interna (3.1.5). Para as organizações de primeiro grau com mais de 100 membros, é um requisito de desenvolvimento (3.1.6).

Um sistema de gestão interna também pode ajudá-lo a cumprir outros requisitos do Critério, inclusive nos seguintes temas:

- Manter registros de fluxos e de rastreabilidade dos produtos (2.1.2 – 2.1.8)
- Identificar os riscos e monitorar o desempenho (3.1.2 – 3.1.4)
- Informar e realizar auditorias financeiras sobre o uso do Prêmio (4.1.6 e 4.1.10)
- Planejar e receber sessões de capacitação para os membros sobre vários temas do capítulo de produção

Que tarefas estão envolvidas?

Sistema de gestão: Uma pessoa deve ser responsável de gerenciar o sistema de gestão interna e de planejar as atividades a ele relacionadas – poderia ser, por exemplo, a mesma pessoa responsável da certificação (1.1.2). Esta pessoa deve garantir a descrição e a estrutura documentada de seu sistema de gestão interna, que inclui planos, regulamentos, políticas, funções e responsabilidades de todos os envolvidos. Mais pessoas podem estar envolvidas para ocupar-se das tarefas listadas abaixo.

Gestão dos dados: Os gestores de dados têm que ser capazes de extrair e atualizar a informação, certificar-se de que a base de dados é segura e ter cópias de segurança.



Coleta de dados: Precisa de dados de vários níveis de sua organização de produtores(as), em particular, uma grande quantidade de dados coletados diretamente dos membros. Os coletores de dados precisam ter uma compreensão técnica sólida das perguntas e dos Critérios Fairtrade. Com o objetivo de estabelecer uma boa relação com os membros, os coletores de dados devem explicar o propósito e o valor da coleta de dados, bem como as normas de sua organização sobre a proteção de dados (ver abaixo). Isso aumentará a confiança dos membros na organização, e desta forma os membros estão melhor dispostos em apoiar com informação precisa, honesta (e provavelmente sensível), sem se preocupar com o que acontece com essas informações. Se os coletores de dados são jovens (idades entre 18 e 24 anos), eles podem precisar de apoio em forma de capacitações especializadas. Quando sejam coletados dados sobre trabalho infantil trabalho forçado e violência baseada no gênero, é importante que os coletores de dados e a administração recebam informação sobre as formas de coleta e de registro da informação relacionada com os direitos. Uma melhor prática sugere que habitualmente sejam duas pessoas (um homem e uma mulher) que participem na coleta desses dados e que toda a coleta de dados relacionados com esses aspectos cumpra requisitos de proteção e segurança quando sejam identificados casos e que tenham que responder as pessoas afetadas por este tipo de prática inaceitável não conforme.

Análise dos dados: A coleta dos dados não serve de nada se não são analisados. Os analistas de dados devem ser capazes de interpretar os dados, compreender bem os aspectos técnicos dos dados e propor recomendações como resultado. A análise de dados é indispensável para completar a avaliação de riscos, verificar o cumprimento da lei nacional e dos Critérios Fairtrade e para propor atividades de apoio para os membros.

Assistência técnica: Para apoiar os membros na realização de melhorias ou na superação de desafios identificados, líderes agricultores, responsáveis de extensão ou outro pessoal de apoio pertinente podem proporcionar assistência técnica através de oficinas ou formações individuais. Uma boa compreensão técnica, o conhecimento dos Critérios Fairtrade e ter habilidades comunicativas (ser capazes de escutar e de explicar de maneira simples e clara) são aspectos essenciais para esta tarefa.

Gestão do cumprimento: Pelo menos uma vez por ano, os membros pertinentes da equipe (que tenham boa experiência técnica e conheçam os Critérios Fairtrade) devem realizar inspeções internas nas propriedades para verificar o cumprimento dos Critérios Fairtrade. As inspeções devem corresponder com o regulamento interno (ver sistema de gestão), que pode incluir sanções, se sua organização assim o decidir.

Formação do pessoal: O pessoal que trabalha em algumas das tarefas antes mencionadas precisará capacitação sobre como usar o sistema de gestão interna e sobre como abordar os membros sobre o tema de dados, etc.

Vamos precisar contratar novo pessoal?

Se você ainda não tem um sistema de gestão interna, precisará algum trabalho inicial para configurá-lo, mas não é necessário contratar novo pessoal para executar o sistema de gestão interna. Outras tarefas cobertas nesta seção podem ser distribuídas entre o pessoal pertinente, por exemplo, os coletores de dados devem ser aqueles que tenham mais contato com os membros e mais conhecimentos técnicos. Uma vez pronto e em execução, o sistema de gestão interna deveria ajudar a sua organização de produtores(as) a funcionar de maneira mais eficiente e, portanto, economizar tempo e esforço a longo prazo.



Precisaremos um novo programa informático?

Não precisa um programa informático específico. Se você já está utilizando algum para o sistema de controle interno, é correto seguir utilizando-o, desde que inclua também qualquer elemento da lista anterior que falte em seu sistema. Você pode decidir investir em um sistema de gestão de dados específicos, mas os programas como Excel ou Access são suficientes.

Podemos ter um sistema de gestão interna no papel?

Se a implementação de um sistema eletrônico de gestão interna for difícil, uma versão no papel é válida, mas leva mais tempo administrar e pode limitar as possibilidades das análises dos dados.

Você pode decidir o modo de coletar os dados, ou seja, pode ser coletado no papel e depois inclui-los manualmente na base de dados eletrônica ou pode coletá-los de maneira eletrônica.

Como podemos coletar a informação que precisamos dos membros?

Você pode coletar dados por vários métodos, seja através de grupos focais ou questionários que os membros deverão preencher (em formato papel ou eletrônico). Se você usar questionários, recomenda-se estruturar as perguntas de maneira clara e, se já tem ideia do tipo de resposta que receberá, pode propor perguntas de múltipla escolha e perguntas de sim ou não. Este tipo de questionário é mais fácil de completar e facilita a análise dos dados. Se os membros têm dificuldades para preencher ou para dar informação, talvez sejam necessários workshops/oficinas para explicar alguns detalhes.

Com que frequência devemos coletar os dados?

Isso depende da frequência com que os dados mudam: se forem relacionados com a produção, serão necessários ser coletados a cada temporada; enquanto, por exemplo, se a informação for relacionada aos lares muda, os(as) agricultores(as) poderiam informar sobre as mudanças no momento que ocorrem. Uma boa prática é imprimir folhas de dados e pedir para que os membros verifiquem e atualizem seus dados pessoais e os de sua propriedade a cada ano na Assembleia geral.

Como garantimos a proteção dos dados?

Você deve ter regras claras sobre como coletar, manter e usar os dados, e compartilhá-los de maneira transparente com os membros. As regras devem ter uma resposta clara sobre:

- Onde os dados serão guardados (ou seja, a base dos dados ou pastas)
- Segurança dos dados (ou seja, se estarão com chave ou protegidos com uma senha)
- Quem terá acesso a eles e com quem serão compartilhados
- Como os dados serão usados
- Confidencialidade dos dados

Que dados devemos coletar?

Em primeiro lugar, você deve conhecer claramente seus objetivos com o sistema de gestão interna (por exemplo, aumentar a produção, responder publicamente os riscos conhecidos e/ou melhorar o cumprimento dos Critérios Fairtrade). A partir daí, deve decidir que dados precisam para atingir esses objetivos. A coleta dos dados leva tempo, portanto, não serve de nada coletar dados que você não vai precisar.



Recomenda-se as seguintes categorias de dados (levando em consideração a legislação local em relação à privacidade):

Os dados pessoais podem incluir:

- Código individual de cada membro
- Nome completo
- Data de nascimento
- Gênero
- Nacionalidade ou status migratórios
- Número do celular
- Nível educacional
- Data de inscrição com a organização de produtores(as)

Avaliação da propriedade

Os dados de avaliação da propriedade constituem na principal informação que se precisa sobre cada propriedade para colocar em funcionamento um sistema de gestão interna dentro de sua organização de produtores(as). Embora você não tenha um sistema completo de gestão interna, os dados da avaliação da propriedade podem ser muito úteis também para realizar as avaliações de riscos (3.1.2). Os dados podem incluir as seguintes categorias:

Dados da avaliação da propriedade

Informação dos lares

- Número de membros na casa (idade, gênero, ocupação)
- Número de pessoas que vivem na área ao redor da casa onde vivem os membros, incluindo a participação na atividade da propriedade

Área de produção da propriedade

- Localização das(s) propriedade(s): comunidade, distrito, região, coordenadas GPS
- Posse da terra (proprietário ou parceiros)
- Tamanho total da propriedade e área de produção
- Localização em relação às áreas protegidas de alto valor de conservação
- Disponibilidade escolas, clínicas médicas ou outros serviços sociais nas áreas de produção

Trabalho agrícola e observações

- Número de membros da família que trabalham na propriedade (idade, gênero, outras ocupações)
- Número de membros da família que participam na rotação de colheitas (idade, gênero, tarefas)
- Número de trabalhadores permanentes e sazonais na propriedade
- Número de contratantes e de agentes de emprego que localizam trabalhadores(as)
- Densidade da plantação
- Idade das árvores
- Presença / risco de doenças
- Acesso a / uso de material vegetal
- Gestão da sombra
- Condição / fertilidade do solo
- Uso sustentável de resíduos orgânicos
- Níveis de poda e remoção das ervas daninhas praticados
- Adoção de agrorreflorestamento
- Reflorestamento
- Acesso a / uso de fertilizantes
- Manejo integrado de pragas adotado (incluindo medidas de segurança)

Custo da produção e renda

- Custo dos insumos (plântulas, pesticidas, fertilizantes, equipamento)
- Custo do trabalho (permanente e sazonal)
- Outros custos de produção
- Rendas a partir das vendas
- Outras rendas
- Prêmio recebido

Atividades de apoio


- Capacitação recebida (temas abordados, data e instrutor)
- Equipamento emprestado (data e condições)


Registros de cumprimento dos Critérios Fairtrade

- Resultados das inspeções internas e das avaliações de risco, incluindo medidas corretivas
- Alguma sanção recebida

3.2 Desenvolvimento ambiental

Gestão ambiental

Requisito básico  Requisito de desenvolvimento 

3	Produção	Aplica-se a	Ano			
3.2	Desenvolvimento ambiental					
	Gestão ambiental		0	1	3	6
3.2.1	Designar uma pessoa para o cumprimento dos requisitos ambientais	Organização				



Por que é importante?







Já que os(as) produtores(as) individuais devem seguir vários requisitos que estão relacionados com o desenvolvimento ambiental, é útil ter um enfoque coordenado e bem gerenciado.

O que devo fazer?

Você deve designar uma pessoa para ser responsável de gerenciar esta tarefa. Esta pessoa deve poder organizar qualquer ação que seja necessária (capacitação, sensibilização) para garantir que todos os membros possam cumprir com os requisitos de desenvolvimento ambiental.

Manejo das pragas e uso de materiais perigosos

Requisito básico  Requisito de desenvolvimento 

3	Produção	Aplica-se a	Ano			
3.2	Desenvolvimento ambiental					
	Manejo das pragas e uso de substâncias perigosas		0	1	3	6
3.2.2	Capacitar os membros em Manejo integrado de pragas	Organização				
3.2.3	Os pesticidas são aplicados de acordo com o conhecimento sobre pragas e doenças	Membros				
3.2.4	Capacitar os membros e trabalhadores(as) no manuseio seguro de substâncias perigosas	Organização				
3.2.5	Garantir que membros e trabalhadores(as) utilizem equipamento de proteção individual	Organização				
3.2.6	Novo 2019 Conscientização sobre os riscos que representam as substâncias perigosas	Organização				
3.2.7	Pesticidas não são aplicados em locais próximos à atividade humana	Org e Membros				



3.2.8	Os pesticidas não são aplicados em locais próximos à atividade humana ou fontes de água (no caso de fumigação aérea)	Org e Membros							
3.2.9	Minimizar riscos no armazenamento central das substâncias perigosas	Organização							
3.2.10	Novo 2019 Minimizar os riscos no armazenamento de substâncias perigosas	Membros							
3.2.11	Novo 2019 Rotular todas as substâncias perigosas	Membros							
3.2.12	Planejar a fumigação e evitar acidentes e derramamentos	Membros							
3.2.13	Não reutilizar os recipientes dos químicos perigosos para armazenar ou transportar comida ou água	Org e Membros							
3.2.14	Novo 2019 Limpeza e armazenamento de recipientes de químicos perigosos	Org e Membros							
3.2.15	Seleção de pesticidas	Organização							
3.2.16	Não usar substâncias da Parte 1 da Lista de Materiais Perigosos (Lista vermelha)	Org e Membros							
3.2.17	Os materiais da Lista laranja somente são utilizados sob determinadas condições	Org e Membros							
3.2.18	Garantir que os membros não utilizem materiais da Parte 1 da Lista de Materiais Perigosos (Lista vermelha)	Organização							
3.2.19	Novo 2019 Minimizar o uso de herbicidas	Organização							

O que são os pesticidas e as substâncias químicas perigosas?

O termo pesticida refere-se a inseticidas, herbicidas, fungicidas, acaricidas, biocidas e algicidas. O termo substâncias químicas perigosas refere-se a substâncias químicas que representam um perigo para o ambiente, para a saúde das pessoas ou para ambos. Os pesticidas e químicos são frequentemente usados nos locais de trabalho agrícola. Além disso, também são consideradas substâncias perigosas os combustíveis, desinfetantes e emissões como pós ou fumaça.

“As substâncias perigosas são (1):

- nocivo/tóxico – que causa danos temporários ou permanentes às funções corporais
- corrosivo – que causa dano nos tecidos vivos
- irritante – que causa irritação local nos tecidos vivos
- sensibilizantes – que causa uma reação alérgica
- cancerígeno – que causa câncer
- mutagênico – que causa danos genéticos
- tóxicos para a reprodução”

Qual é o enfoque de Fairtrade com relação ao uso de pesticidas e substâncias químicas perigosas?

Alguns pesticidas são extremamente perigosos para a saúde humana e para o ambiente. A Estratégia Ambiental de Fairtrade pretende possibilitar os(as) produtores(as) a enfrentar seus desafios ambientais, fortalecer seus meios de subsistência e contribuir para um planeta mais sustentável.



Os principais objetivos do enfoque de pesticidas são:

- proteger a saúde das pessoas que participam na produção dos cultivos Fairtrade; e
- apoiar a implementação de boas práticas agrícolas para avançar rumo a produção sustentável.

O enfoque se concentra em:

- usar quantidades mínimas de pesticidas graças à adoção do manejo integrado de pragas (MIP);
- usar pesticidas com pouca toxicidade;
- manipular os pesticidas adequadamente para evitar os riscos, ao reduzir a exposição das pessoas.

A intenção dos requisitos desta seção é:

- minimizar os riscos de manipulação de pesticidas controlando o risco de exposição dos membros e dos(as) trabalhadores(as) com substâncias perigosas, prevenir acidentes e evitar os riscos a longo prazo;
- promover o uso das ferramentas de manejo integrado de pragas, e
- reduzir, o máximo possível, as quantidades de pesticidas usados.

Como classifica Fairtrade os pesticidas e as substâncias químicas perigosas?

Fairtrade exige que os(as) produtores(as) evitem usar os piores pesticidas na produção de seus cultivos Fairtrade. Os pesticidas são substâncias tóxicas por natureza, mas alguns são mais perigosos que outros e são de diferentes maneiras. Alguns podem ser muito tóxicos em pequenas quantidades e outros podem causar doenças, como câncer. A classificação do perigo dos pesticidas pode ser baseada nestas características e alguns pesticidas podem apresentar vários e diferentes tipos de perigos. Existem listas e organizações diferentes que tratam sobre os piores pesticidas.

Fairtrade inclui em seus Critérios uma lista de pesticidas perigosos conhecida como Lista de Materiais Perigosos (LMP). A LMP de Fairtrade International tem três partes:

Parte 1: A Lista vermelha

É uma lista 'proibida' e inclui materiais que não devem ser usados em produtos Fairtrade.

Parte 2: A Lista laranja

É uma lista 'restrita' que inclui uma lista de materiais que somente podem usar sob as condições especificadas no documento da LMP

(https://files.fairtrade.net/standards/Hazardous_Materials_List_EN.pdf), seu uso é restrito. Fairtrade International monitorará o uso dos materiais desta lista. Os operadores devem estar conscientes de que o uso de alguns desses materiais deve ser eliminado gradualmente até 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2022, conforme indicado na lista. O uso do restante dos materiais da lista pode ficar proibido eventualmente, portanto, motivamos a abandonar seu uso.

Parte 3: A Lista amarela

É uma lista 'sinalizada' e inclui materiais que estão sinalizados como perigosos e devem ser usados com extrema precaução. Fairtrade International não prescreve condições suplementares para o uso desses materiais. Os materiais dessa lista podem ser potencialmente movidos para a Lista vermelha (proibida) ou para a Lista laranja (restrita), conforme novas informações sobre os perigos que representam sejam conhecidas. Fairtrade International irá monitorar a classificação que realizam os



organismos internacionais (PAN, OMS, FAO) desses materiais, portanto, alguns podem ser proibidos no futuro. Incentiva-se os operadores a abandonar seu uso.

Como a LMP foi formada?

Os requisitos relacionados com a LMP (3.1.15 – 3.2.19) aplicam-se a todos(as) os(as) produtores(as) certificados(as) Fairtrade.

A LMP foi formada com base nas informações da Rede de Ação contra Pesticidas (PAN, por suas siglas em inglês) a lista Internacional de Pesticidas Altamente Perigosos (HHP, por suas siglas em inglês), que reúnem os acordos internacionais entre os governos e as listas de organizações multilaterais, tais como:

- POP: Convenção de Estocolmo sobre Contaminantes Orgânicos Persistentes (COP): “um tratado global para proteger a saúde das pessoas e do meio ambiente frente a substâncias químicas que permanecem intactas no ambiente por longos períodos de tempo, são distribuídas geograficamente, acumulam-se no tecido adiposo das pessoas e animais e tem efeitos adversos na saúde humana ou no meio ambiente. A exposição a Contaminantes Orgânicos Persistentes pode derivar em graves efeitos para a saúde como câncer, malformações congênitas, disfunções no sistema imunológico e reprodutivo, maior suscetibilidade às doenças e inclusive redução do nível de inteligência” (1).
- PIC: Convenção de Roterdã sobre o Consentimento Fundamentado Prévio para certos produtos químicos e pesticidas perigosos no comércio internacional (CFP), também conhecido como a Convenção PIC. Seu objetivo é garantir o intercâmbio de informação no comércio internacional em relação aos pesticidas que estão proibidos, retirados ou severamente restringidos em, pelo menos, dois países de duas regiões, por motivos ambientais ou de saúde (2).
- Lista da Organização Mundial da Saúde (OMS) de pesticidas extremamente tóxicos, categoria 1a
- Lista da Organização Mundial da Saúde (OMS) de pesticidas altamente tóxicos, categoria 1b

Para obter mais informações sobre a Lista de Materiais Perigosos de Fairtrade e sobre as listas de referência nas quais ela se baseia, você pode consultar o documento completo em:

https://files.fairtrade.net/standards/Hazardous_Materials_List_EN.pdf

O que devemos fazer?

Como organização sua função é estar informado sobre os pesticidas que seus membros usam e informar aos(as) produtores(as) sobre os requisitos relacionados com o tipo de pesticidas que são utilizados no cultivo Fairtrade, especificamente os que formam parte da Lista LMP. É importante que o organismo de certificação tenha acesso a esta informação.

A importância deste aspecto é que ajuda a organização a explicar melhor os requisitos aos(as) produtores(as) e a explicar que esses pesticidas representam um grande perigo para sua saúde. Também é importante porque a organização de produtores(as) pode explicar melhor os requisitos da certificação para os(as) produtores(as). Especificamente, sua organização deve apoiar aos(as) produtores(as) na identificação dos pesticidas proibidos nos Critérios Fairtrade, bem como aqueles que só podem ser usados sob condições específicas e estritas, e o enfoque sobre a necessidade de reduzir seu uso no plano de eliminação, que será monitorado. Espera-se que o conhecimento sobre os materiais da LMP e a identificação dos(as) agricultores(as) que os utilizam ajudará nos esforços para identificar substitutos disponíveis e na promoção de intercâmbio de boas práticas

O que é o Manejo integrado de pragas?

A FAO define Manejo Integrado de Pragas (MIP) como:



“Ponderação cuidadosa de todas as técnicas disponíveis para combater as pragas, com a respectiva integração de medidas apropriadas para diminuir o desenvolvimento de populações de pragas e manter a utilização de pesticidas e outras formas de intervenção a níveis economicamente justificáveis, reduzindo ou minimizando os riscos para a saúde humana e o ambiente. O MIP destaca o crescimento de cultivos saudáveis com a menor alteração possível dos ecossistemas agrícolas e incentiva os mecanismos naturais de controle de pragas”.

Quando você e seus membros introduzem medidas de MIP, Fairtrade recomenda gerenciar seus sistemas de produção através do uso dos atributos naturais presentes em seus campos e de seus conhecimentos tradicionais. O MIP oferece, a você e para seus membros, a oportunidade de reduzir as quantidades de pesticidas utilizados, uma vez que esses materiais são uma das muitas ferramentas de controle, não a única

O MIP é composto de três etapas básicas: 1) prevenção, 2) monitoramento e 3) controle

Prevenção

O MIP começa antes mesmo de plantar o cultivo. A implementação do MIP exige conhecimentos baseados na produção de cultivos desde um enfoque de ecossistema. A proteção refere-se à necessidade de que os(as) produtores(as) conheçam as condições que afetam o desenvolvimento do cultivo, suas pragas e doenças potenciais, bem como seus inimigos naturais. Este conhecimento permitirá plantar de uma maneira que evite problemas futuros para o cultivo.

Alguns dos aspectos que você pode levar em consideração são o local onde será plantado, a distância do plantio entre as plântulas, a presença de outros cultivos ou de vegetação natural, a direção do vento e da sombra. A higiene é outro exemplo de medida preventiva, eliminar a folhagem antiga ou doente, por exemplo, pode ajudar a reduzir a presença de fungos causadores de doenças. Outras medidas preventivas incluem a rotação de cultivos, cobertura do solo, misturar a compostagem com o solo ou a implementação de técnicas de cultivo que reduzam ao mínimo o desenvolvimento de pragas e doenças ou que favoreçam o desenvolvimento de inimigos naturais.

O MIP baseia-se na observação cuidadosa do cultivo e do campo onde cresce, com o objetivo de identificar pragas e doenças, bem como inimigos naturais. Entender que para alguns cultivos é possível tolerar um certo nível de pragas ou doenças, desde que não cause danos econômicos significativos, é um conceito chave. Entender qual é este nível ou limite e como as pragas interagem no campo com seus inimigos naturais, é a base do manejo integrado de pragas, que depende demasiado dos pesticidas. Inclusive na agricultura convencional, o controle de pragas e doenças não devem depender completa ou principalmente dos pesticidas. Quando não é possível controlar o problema com medidas preventivas e alternativas de controle, e quando existem riscos de danos econômicos, a partir daí é quando os pesticidas deveriam entrar para ter um papel preponderante no controle das pragas. Para cada cultivo e condições de crescimento, você deve identificar o nível no qual a população das pragas ou a presença de doenças se torna um risco econômico para o cultivo.

Monitoramento e controle

O monitoramento periódico das populações de pragas, doenças e inimigos naturais no cultivo e no campo é necessário para manter sob controle problemas potenciais e para planejar que tipo de intervenção é necessária e quando. Intervenções referem-se a medidas preventivas e de controle. O



controle não deve depender excessivamente dos pesticidas, mas incluir outros tipos de controle, sejam eles físicos ou biológicos.

As medidas físicas de controle incluem o uso de armadilhas coloridas que atraem os insetos. As medidas biológicas de controle incluem o uso de inimigos naturais. O uso de controle químico (pesticidas) deve ser reduzido em termos de quantidades, como parte do MIP. Também se espera que os pesticidas sejam utilizados de maneira adequada para que sejam mais eficientes e, em particular, para evitar a resistência. Quando os pesticidas são usados, existe o risco de que as pragas ou doenças desenvolvam resistência a eles, especialmente nos casos em que os pesticidas são usados com frequência e não em rotação com outros materiais. Quando as pragas e doenças desenvolvem esta resistência, então os pesticidas não podem controlar a população de praga. Normalmente este fenômeno traz consigo a necessidade de usar maiores quantidades de pesticidas.

O que posso fazer para promover o Manejo Integrado de Pragas?

Sua organização de produtores(as) deve proporcionar ou facilitar capacitação para os membros sobre o Manejo Integrado de Pragas específico para o cultivo Fairtrade (requisito de desenvolvimento 3.2.2).

A capacitação deve abranger:

- Condições de desenvolvimento do cultivo
- Ciclo de vida das pragas e doenças, bem como suas condições de desenvolvimento e seus efeitos sobre o cultivo
- Inimigos naturais
- Medidas preventivas, como:
 - Uso de material vegetal livre de pragas e doenças
 - Evitar os campos com histórico conhecido de presença de pragas e doenças
 - Consideração da densidade das plantas
 - Consideração de outras condições climáticas e da sombra
 - Evitar os campos onde o solo está inundado
- Medidas de controle incluem métodos de controle físico, químico e biológico e como utilizá-los de maneira integrada
- Como os pesticidas afetam as pragas e doenças e como criar um programa de rotação de pesticidas
- Metodologias de monitoramento, incluindo:
 - um método para definir o nível de população da praga e da doença que têm um impacto econômico sobre o cultivo;
 - uma descrição dos métodos de monitoramento, como o número de plantas para serem verificadas, sua distribuição e densidade e como são tomadas as decisões de controle com base a essas informações.

Também é uma boa prática ter diferentes estratégias de controle sem depender muito de uma específica, especialmente dos pesticidas.

O que devo fazer para minimizar os riscos relacionados com os pesticidas e com as substâncias químicas perigosas?

Sua organização de produtores(as) deve garantir que os pesticidas e outras substâncias químicas perigosas sejam manuseados adequadamente, de maneira que se evite a exposição de pessoas a essas substâncias perigosas. Portanto, você deve cumprir alguns regulamentos relacionados com a venda / distribuição, o armazenamento e a manipulação de agroquímicos, incluindo que os operadores(as) com a formação adequada sejam os(as) que realizem as tarefas associadas à



distribuição, o armazenamento e a manipulação dos pesticidas e outras substâncias químicas perigosas, bem como a realização de programas de formação educacional que sirvam para desenvolver competências, melhorar as habilidades dos membros e trabalhadores(as), bem como promover a conscientização.

Você deve treinar os membros sobre as questões relacionadas com as substâncias químicas que afetam ou podem afetar sua saúde. Isso significa compartilhar informação sobre os riscos associados ao armazenamento e a manipulação dos pesticidas e substâncias químicas, sobre o conteúdo dos rótulos, sobre como agir em caso de acidentes e derramamentos, sobre a forma adequada de descarte de embalagens vazias e sobre o uso do Equipamento de Proteção Individual (EPI)

O que é a manipulação adequada?

Ser cuidadosos em todas as atividades em que os(as) produtores(as) participam quando são utilizados pesticidas e substâncias químicas perigosas, como são produzidos, tratamento pós-colheita, processamento, armazenamento e transporte. Também devem ser cuidadosos no momento de limpar derramamentos e acidentes. Para garantir o manuseio adequado dos pesticidas e de outras substâncias químicas perigosas, você deve dar para os membros diretrizes claras sobre a embalagem, o transporte, o transvasamento, armazenamento, envio, aplicação, derramamento e eliminação das embalagens e resíduos.

Embalagem: Você deve armazenar os pesticidas em sua embalagem original. É importante que

- o conteúdo não seja derramado durante a manipulação, armazenamento, empilhamento, carga e descarga;
- o conteúdo não se deteriore ou estrague;
- o conteúdo seja rotulado ou marcado com o selo original (veja abaixo).

Rotulagem: O objetivo do rótulo é garantir que você saiba o que tem numa embalagem ou recipiente e que você saiba como utilizá-lo e descartá-lo adequadamente. A maioria dos pesticidas e substâncias químicas perigosas tem requisitos de rotulagem comparáveis.

Para garantir uma manipulação correta, você deve explicar para os membros todos os rótulos (veja abaixo) e/ou as folhas de dados de todos os materiais utilizados. Você pode pedir para o seu fornecedor uma folha de dados de segurança química. A tradução para seu idioma dos conteúdos principais da folha de dados também pode ser útil (ou a tradução a um idioma que todos(as) entendam). Os rótulos devem indicar:

- o nome comercial do produto,
- material genérico (ingredientes ativos),
- fórmula do que está na embalagem,
- concentração e dosagem em que deve ser usado,
- para que exatamente ele pode ser usado

Sua organizado deve garantir, sempre que for possível, que os pesticidas sejam utilizados unicamente para os cultivos designados.

A seção de treinamento sobre os rótulos deve incluir informação sobre os símbolos e palavras de advertência.



Símbolos de perigo: Os símbolos visuais de perigo/advertência nos rótulos dos pesticidas indicam o tipo de dano que pode resultar o mau uso ou um manuseio incorreto do pesticida. Advertem ao operador(a) o nível de perigo (pela forma exterior do símbolo) e o tipo de perigo (pelo “desenho” central).

Inflamável



O símbolo “fogo” é um aviso de que o pesticida é inflamável ou facilmente combustível. Manter o pesticida longe de fontes de calor, faíscas ou chamas. Não fumar quando estiver misturando ou aplicando o produto.

Explosivo



O símbolo de “granada explodindo” indica que o pesticida pode explodir, por exemplo, pesticidas embalados sob pressão. As condições explosivas podem ser geradas também usando Roundup ou Rustler (glifosato) em um tanque de fumigação de aço galvanizado.

Corrosivo



O símbolo “mão corroída” indica que o pesticida é corrosivo para a pele e os olhos. A substância química é um ácido ou uma base (substâncias caustica) e pode queimar a pele. Proteger a pele e os olhos quando for usar esses produtos.

Veneno



O símbolo de “caveira e ossos cruzados” indica que a substância química é um veneno, caso entre no organismo. Manter o produto fora de alcance das crianças. Aplicar medidas apropriadas quando for utilizar produtos venenosos para reduzir os riscos.

Transporte: O transporte adequado dos pesticidas inclui:

- Os produtos em embalagem de boa qualidade proveniente dos fornecedores; não devem aceitar do fornecedor embalagens danificadas ou que estejam com vazamento;
- Os veículos que transportam um produto não devem danificar a embalagem (por exemplo, por pontas afiadas ou pregos);
- Devem evitar as colisões desnecessárias ou quedas violentas já que isso pode estourar ou danificar;
- Qualquer informação que seja proporcionado com os pesticidas, como rótulos, informação adicional ou folhas de dados, deve ser transportado junto com eles;
- Deve ser evitado o empilhamento aleatório durante o transporte (por exemplo, as embalagens de produtos líquidos devem ser transportadas com a tampa virada para cima e as cargas mais pesadas não devem ser colocadas na parte de cima);
- Os pesticidas devem ser mantidos isolados de outros materiais que sejam transportados no mesmo veículo. Isso se refere especialmente à separação da água e dos alimentos dos pesticidas transportados;
- Embalagens danificadas pela água devem ser protegidas do mau tempo (por exemplo, chuva) através de um telhado ou cobertura impermeável;
- Os pesticidas não devem ser transportados junto com o motorista de um veículo e sempre separados das pessoas, alimentos e água, por exemplo, armazenar os pesticidas no baú do veículo; os motoristas devem ter um cuidado especial. Eles devem ser competentes e tomar precauções, sempre que for possível, caso haja derramamento, e evitar contaminar quem estiver ajudando.

Transvasamento: Os pesticidas devem ser transvasados de uma embalagem a outra somente em casos excepcionais. Quando for necessário, a embalagem que receber o pesticida deve ser:



- a embalagem do fabricante, quando possível, que tenha contido anteriormente o mesmo produto;
- da mesma qualidade que a embalagem original;
- adequadamente rotulado ou marcado com o nome comercial da substância ou do ingrediente ativo, de preferência mantendo o rótulo original;
- completamente limpo e vazio;
- não encher demais com o líquido porque pode provocar o derramamento.

Derrame: o derrame de pesticidas não é apenas perigoso, mas também um desperdício de recursos. Deve ser evitado sempre que for possível, mas se acontecer, deve agir imediatamente. As ações em caso de derrame devem incluir:

- medidas imediatas para evitar que o derrame contamine uma área maior;
- manter as pessoas, animais e veículos longe do lugar;
- usar um equipamento de proteção individual (EPI) adequado (veja abaixo);
- secar o agroquímico com material absorvente (por exemplo, areia seca, terra ou aparas de madeira), eliminar a matéria contaminada (por exemplo, com uma escova e uma pá) e descartá-lo de forma que minimize os riscos para a saúde;
- descontaminar qualquer resíduo do derrame incluindo o que sobrou nos veículos ou no equipamento, lavando e escorrendo a água contaminada em local seguro ou absorvendo-a;
- tomar banho ou lavar-se imediatamente ao terminar.

Eliminação: as seguintes regras gerais devem ser levadas em consideração no momento de eliminar os resíduos:

- Nunca “somente se livre” aleatoriamente dos resíduos agroquímicos.
- Nunca descarte agroquímicos que possam causar um risco para as pessoas ou para o ambiente.
- Sempre que for possível, os resíduos devem ser eliminados através de uma empresa ou pessoas com autorização para manusear resíduos. Pode obter informação sobre a eliminação com o fornecedor, a autoridade local ou um líder comunitário.
- Os resíduos devem ser eliminados o mais rápido possível e não devem ser acumulados.
- O operador deve ler o rótulo da embalagem ou pacote para ver se tem alguma indicação concreta sobre a eliminação de resíduos.
- Nunca devem reutilizar as embalagens vazias. Todas as embalagens devem ser cuidadosamente limpas antes de ser descartada. É melhor limpá-las de acordo com as instruções do rótulo. Se não houver instruções, deve-se fazer um triplo enxágue das embalagens. Certifique-se de que a água usada para enxaguar não contamine o ambiente, principalmente a água potável.
- As embalagens para líquidos devem ser esvaziadas antes da limpeza. Depois de sua limpeza, deve furar as embalagens em vários lugares para inutilizá-las e armazená-las em local seguro até que seja eliminado. Os pacotes de agroquímicos em pó devem ser sacudidos dentro de um recipiente de mistura ou do tanque para aplicação.
- Em alguns casos pode ser permitido queimar os pacotes levemente contaminados como forma de eliminação. Mas os vapores e as fumaças que são gerados poderiam, no entanto, representar um sério risco para a saúde e é por isso que deve perguntar para o fornecedor de agroquímicos antes de realizar qualquer atividade que não seja uma operação mínima. A legislação nacional também deve ser consultada sobre esta ação.

Armazenamento e compra: os agroquímicos são mais vulneráveis ao roubo, vandalismo, a má utilização acidental ou deliberada e aos efeitos das condições climáticas extremas durante o armazenamento. Para facilitar a supervisão e o manejo dos agroquímicos usados, uma melhor prática (sempre que possível) é armazenar os agroquímicos centralmente em um único local e, além disso, centralizar a compra dos agroquímicos para toda a organização de produtores(as), sob a responsabilidade de um(a) encarregado.



Os locais de armazenamento não devem estar localizados:

- em áreas onde pode ocorrer inundações ou com potencial para poluição de fontes subterrâneas de abastecimento de água (por exemplo, poços ou perfurações);
- em áreas altas de captação para abastecimento de água; ou
- em áreas sensíveis desde o ponto de vista ambiental.

Você deve certificar-se de que qualquer edificação que use para armazenar agroquímicos:

- seja de construção sólida, resistente ao fogo, temperaturas extremas e ação química e impermeável aos líquidos;
- tenha entradas e saídas adequadas com portas resistentes ao fogo que se abrem para o exterior, quando possível;
- retenha os derrames e descargas para proteger o ambiente externo;
- mantenha-se seco e resistente a temperaturas extremas;
- tenha iluminação adequada;
- tenha ventilação adequada para extrair o ar viciado ou contaminado;
- esteja adequadamente sinalizada com um sinal de advertência/símbolo de perigo (por exemplo, a caveira com ossos cruzados) e seguro contra roubos;
- esteja bem organizada para que os agroquímicos possam ser armazenados facilmente de forma segura e organizada com rótulos claramente visíveis.

Outras considerações:

- deve ter uma fonte água disponível nas imediações, mas não dentro da área de armazenamento;
- deve existir um registro dos agroquímicos que são armazenados e mantidos separados em um lugar acessível em caso de emergência, como fogo ou uso não autorizado;
- Instalações de primeiros socorros devem estar disponíveis para tratar de ferimentos leves e possível contaminação da pele e dos olhos;
- deve estar proibido fumar e fazer fogo dentro da área de armazenamento. Deve ter disponível um extintor de incêndio, para casos de emergência;
- próximo da área de armazenamento deve ter banheiros equipados com lavatórios e água corrente limpa, sabão e toalha;
- deve ter disponível um espaço separado e ventilado para o EPI e para a roupa pessoal. Este espaço pode ser um armário ou cacifo privado e não deve estar dentro da área de armazenamento dos agroquímicos;
- devem fazer um triplo enxague das embalagens vazias e armazená-las em uma área segura com resíduos de agroquímicos, nunca devem usar para armazenar alimentos, água ou outras substâncias que possam ser consumidas por pessoas ou animais. Inclusive uma pequena quantidade de resíduo de agroquímicos pode provocar uma doença grave ou morte;
- os agroquímicos só devem ser distribuídos nos equipamentos de aplicação em cima de uma superfície com solo plano da área de armazenamento. Os esgotos devem conduzir a uma área de contenção de agroquímicos para evitar contaminar o ambiente circundante.

Equipamento de Proteção Individual (EPI): A cada ano, muitos(as) trabalhadores(as) agrícolas falecem, são envenenados ou sofrem danos devido à ingestão de agroquímicos. Os agroquímicos mais tóxicos são perigosos inclusive em quantidades muito pequenas. A contaminação pode ocorrer por inalação, contato com a pele, lábios, boca ou por ingestão acidental. A maioria dos pesticidas apresentam um risco para as pessoas que pode ser controlado se são tomadas determinadas medidas. A medida mais importante é seguir as instruções que proporciona o fabricante no rótulo ou na folha de dados de segurança dos materiais (MSDS). O EPI faz referência a qualquer vestimenta, equipamento ou dispositivo projetado para proteger da exposição dos pesticidas. Os elementos necessários dependerão



dos efeitos nocivos do agroquímico e da forma como é usado. Na prática, a informação que se proporciona junto com o agroquímico geralmente especificará o nível do EPI necessário.

O EPI adequado, seu uso e manutenção são essenciais para a proteção no manuseio de agroquímicos perigosos. Normalmente, está especificado no rótulo do próprio produto químico. Em caso de dúvida, deve buscar assessoria e deve levar em consideração os seguintes pontos no momento de escolher um EPI:

- As vestimentas utilizadas não devem absorver líquidos.
- As vestimentas devem ser resistentes aos agroquímicos.
- As vestimentas devem caber corretamente, sem deixar espaços, para evitar a exposição.
- As vestimentas devem ser laváveis e não ter pontos onde as substâncias possam ficar “presas”.
- O EPI deve ser confortável e não impedir realizar as tarefas.
- Os respiradores devem dispor do cartucho ou filtro adequado.
- As vestimentas protetoras que usem para começar o trabalho devem estar limpas, secas e em um bom estado.
- As vestimentas que são usadas no começo de cada jornada devem estar limpas, seca e em boas condições.
- As vestimentas devem caber corretamente. Por exemplo, quando usam luvas com uma roupa de uma só peça (macacão) impermeável, é uma boa prática que as luvas sejam colocadas por dentro das mangas da camisa para que o líquido que goteja não molhe as luvas por dentro.
- O EPI deve ser descontaminado depois do uso. As luvas e as botas devem ser lavadas antes de retirá-las para evitar autocontaminação.
- A roupa protetora deve ser guardada em um quarto limpo, seco e bem ventilado separada de outras roupas.

Exemplos típicos de EPI:

- Proteção para a cabeça (por exemplo, chapéu ou capacete)
- Luvas de proteção (por exemplo, luvas com manga)
- Proteção respiratória
- Proteção da cabeça, dos olhos e do rosto (por exemplo, óculos, máscaras e protetores faciais)
- Botas
- Cabines para as máquinas

Referências

1. A Convenção de Estocolmo sobre poluentes orgânicos persistentes, O que são os COP?

<http://chm.pops.int/Convention/ThePOPs/tabid/673/Default.aspx>

2. A Convenção de Roterdã sobre os PIC: A Convenção sobre o procedimento de consentimento fundamentado prévio informado aplicado a certos agrotóxicos e substâncias químicas perigosas no comércio internacional

<http://www.pic.int/TheConvention/Chemicals/AnnexIIIChemicals/tabid/1132/language/en-US/Default.aspx>

3. A recomendação da OMS sobre a classificação dos pesticidas de acordo com seu perigo

https://www.who.int/ipcs/publications/pesticides_hazard/en/

4. Rede de Ação contra Pesticidas, A Lista de Listas – Catálogo de listas de pesticidas que identificam aqueles associados com impactos particularmente prejudiciais para a saúde. Rede de Ação contra Pesticidas, Reino Unido.

3ª edição, 2009. https://www.pan-europe.info/old/Campaigns/pesticides/documents/cut_off/list%20of%20lists.pdf



5. Descrição geral dos símbolos de advertência/perigo: <http://www.agriculture.alberta.ca> O uso desses materiais por parte de Fairtrade International ocorre sem nenhuma afiliação ou com o apoio do Governo de Alberta. A confiança no uso de Fairtrade International desses materiais é responsabilidade do usuário final.

6. FAO, Manejo Integrado de Pragas: <http://www.fao.org/agriculture/crops/core-themes/theme/pests/ipm/en/>

7. Organização Internacional do Trabalho: Saúde e segurança no uso de agroquímicos: um guia, 1991: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---safework/documents/instructionalmaterial/wcms_110196.pdf

8. Grupo Internacional de Associações Nacionais de Fabricantes de Produtos Agroquímicos, 1982 GIFAP, CropLife: Pictogramas para rótulos de agroquímicos.

Solo e água

Requisito básico



Requisito de desenvolvimento



3	Produção	Aplica-se a	Ano			
3.2	Desenvolvimento ambiental					
	Solo e água		0	1	3	6
3.2.20	Novo 2019 Identificar os terrenos em risco de erosão do solo	Organização				
3.2.21	Capacitar os membros de lugares onde tenha identificado o risco de erosão do solo	Organização				
3.2.22	Capacitar os membros sobre o uso adequado de fertilizantes	Organização				
3.2.23	Novo 2019 Implementar medidas para melhorar a fertilidade do solo	Membros				
3.2.24	Novo 2019 Fazer uma lista das fontes de água para irrigação e processamento	Organização				
3.2.25	Informar-se sobre as fontes de água na área	Organização				
3.2.26	Novo 2019 Capacitar os membros em uso sustentável da água	Organização				
3.2.27	Novo 2019 Os membros seguem práticas que melhoram a gestão dos recursos aquíferos	Organização				
3.2.28	Minimizar o impacto negativo das águas residuais das instalações centrais de processamento	Organização				
3.2.29	Capacitar os membros em águas residuais e riscos para a saúde	Organização				

O que é a erosão do solo?

A erosão do solo é um tipo de degradação do solo. Outros tipos de degradação incluem a salinização, a perda de nutrientes e a compactação.

Em geral, a erosão do solo significa que o solo para propósitos agrícolas é perdido. A erosão do solo é um processo natural. Por exemplo, o solo é naturalmente perdido pela água (por exemplo, a chuva o



desprende e transporta) e o vento. Os animais e atividades humana também tem um impacto na erosão do solo. Em particular, as atividades agrícolas: a lavoura, o pastoreio excessivo, as práticas de cultivos inapropriadas, o pobre manejo de fertilizantes e/ou o corte das árvores, tem um grande impacto na erosão do solo. Todas estas atividades aceleram o processo de erosão. A erosão “acelerada” do solo significa que o solo é removido mais rápido do que reabastecido através dos processos de formação do solo. Isso pode afetar tanto as áreas agrícolas como o ambiente natural.

As consequências típicas da erosão do solo conduzem para a alta de fertilidade do solo e, portanto, a perda de produtividade, desertificação e inundações. Os solos férteis são muito importantes para a sustentabilidade dos sistemas de produção.

O que são as águas residuais?

Em geral, as águas residuais são águas que foram utilizadas em residências, locais industriais, propriedades comerciais e nas propriedades rurais. As águas residuais abrangem uma ampla gama de contaminantes potenciais com diferentes concentrações.

O que devo fazer?

Primeiro, é importante conhecer se a terra de seus membros está sob risco de erosão do solo, em que área especificamente e quais fontes de água abastecem seus membros para irrigação e o processamento dos produtos Fairtrade. Onde tenha identificado terreno em risco, você deve capacitar os seus membros pertinentes sobre medidas de prevenção. Além disso, é importante capacitar os seus membros sobre o uso dos fertilizantes, como aumentar a fertilidade do solo, bem como sobre o uso sustentável da água e o tratamento das águas residuais, de maneira que possam melhorar o manejo de seus recursos aquíferos e reduzir os riscos para a saúde. Abaixo você encontrará orientações sobre esses temas.

Como posso evitar a erosão do solo e aumentar sua fertilidade?

Você pode evitar a erosão do solo através da:

- rotação de cultivos
- plantar árvores ou aumentar a cobertura vegetal
- criar barreiras quebra-ventos
- cultivos de cobertura
- utilizar acolchoado ou *mulching*

Você pode implementar algumas dessas medidas para evitar a erosão do solo e manter a fertilidade do solo e sua produtividade. Alguns desses elementos são explicados abaixo.

Rotação de cultivos: rotar cultivos é uma parte importante do manejo dos cultivos; faz referência a uma série de cultivos diferentes que são plantados no mesmo campo em uma determinada ordem. Cultivar a mesma coisa no mesmo lugar durante muitos anos geralmente aumenta as pragas e doenças específicas do cultivo e esgota os nutrientes do solo. Com a rotação, um cultivo que priva o solo de um tipo de nutriente é substituído por um cultivo diferente na seguinte temporada, devolvendo o nutriente para o solo ou trazendo outras variedades de nutrientes. As vantagens da rotação de cultivos são:

- Muitos cultivos têm efeitos positivos no cultivo que segue em rotação. Isso pode levar ao aumento da produção.



- A rotação é usada para reduzir as pragas e doenças no sistema de cultivo e para controlar ervas daninhas, inclusive espécies de cultivos asfixiantes, ou adubos verdes como cobertura vegetal.
- A rotação pode gerar também uma melhoria na qualidade do solo. Além disso, os nutrientes se distribuem melhor no solo.
- A rotação de cultivos pode reduzir os riscos, já que as más temporadas podem afetar mais alguns cultivos do que outros.
- A rotação de cultivos pode equilibrar a produção de resíduos alternando os cultivos que geram poucos resíduos com cultivos que geram muitos resíduos duradouros.

Cobertura do solo: existem dois tipos de cobertura do solo, a matéria vegetal viva como cultivos ou coberturas vegetais e o *mulch* ou matéria vegetal morta como resíduos dos cultivos e poda de árvores e arbustos.

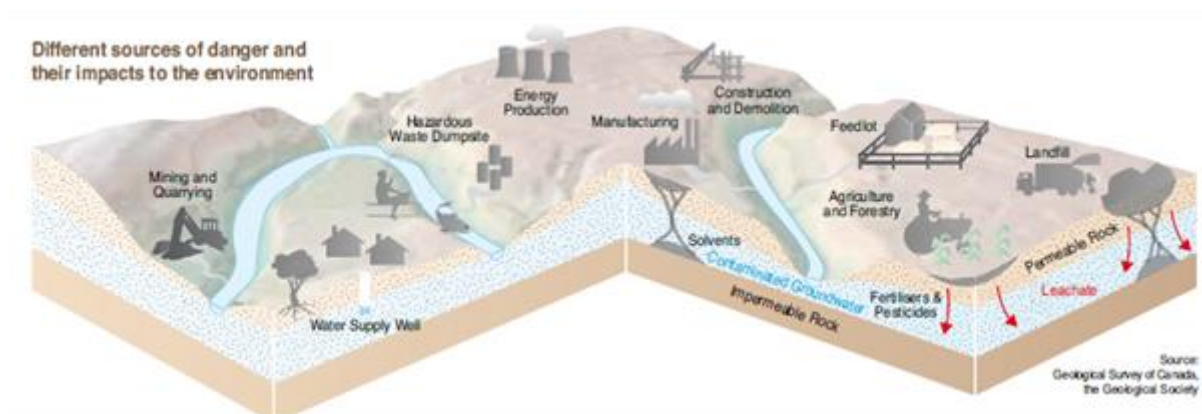
Cultivos de cobertura: plantadas para proteger o solo. A plantação ajuda a manejar melhor o sistema agrícola. As coberturas vegetais incrementam a fertilidade do solo, a qualidade do solo, a biodiversidade e a vida silvestre. Também ajuda a reduzir as ervas daninhas, as pragas e as doenças. Podem crescer durante toda a temporada do cultivo ou podem ser eliminados e deixados na superfície do solo como *mulch*.

Mulch: também usada para cobrir o solo. A cobertura do solo tem muitas vantagens:

- Protege o solo da chuva, do sol e do vento e, portanto, reduz a erosão do solo e protege a capa superior fértil, prevenindo o assoreamento dos rios e lagos.
- Evita que a superfície do solo se impermeabilize e reduza a quantidade de escoamento da água da chuva.
- Suprime as ervas daninhas retardando seu crescimento e reduzindo o número de sementes de ervas daninhas. Isso reduz a quantidade do trabalho necessário para remover as ervas daninhas.
- Aumenta a fertilidade do solo e o conteúdo de matéria orgânica do solo.
- Aumenta a umidade do solo permitindo que mais água se infiltre na terra e reduzindo a evaporação.
- A vegetação em decomposição e as raízes das coberturas vegetais melhoram a estrutura do solo e a torna mais estável – tornando mais difícil que a chuva quebre e arraste.
- A cobertura do solo estimula o desenvolvimento de raízes que, por sua vez, melhoram a estrutura do solo, permitem que mais água entre no solo e reduz a quantidade de escoamento.

Como manejar a água residual das instalações centrais de processamento?

A água é especialmente importante nos processos industriais (por exemplo, a produção, a limpeza, o enxague). Se não são reguladas, as águas residuais industriais têm o potencial de ser uma fonte de contaminação altamente tóxica. O desenho a seguir mostra as diferentes fontes de perigo em relação às águas residuais e seus impactos no ambiente.



O objetivo do manejo das águas residuais é reduzir a quantidade e a extensão da contaminação da água com uma série de medidas. Estas medidas incluem reter a água quando ela tenha sido contaminada, tratar as águas contaminadas e aplicar técnicas para devolvê-la ao meio e reutilizar as águas residuais de maneira segura. Geralmente, as soluções com uma melhor relação custo / benefício se concentram em evitar que os contaminantes entrem no fluxo das águas residuais ou em desenvolver um sistema fechado do uso da água. A indústria também pode ser beneficiada com o acesso das fontes de água mais limpas, com menos impurezas, pois as impurezas podem adicionar custos aos processos produtivos.

Sua organização deveria, em primeiro lugar, identificar se volumes significativos de água são usados no processamento dos produtos agrícolas em uma instalação de processamento central – uma instalação onde é centralizado o processamento em grandes quantidades do produto de diferentes lugares. Se houver uma instalação de processamento central é importante identificar primeiro o tipo de resíduo ou contaminante que está presente na água e, em seguida, identificar os possíveis métodos de tratamento. Sua organização deve implementar métodos de tratamento que evitem a contaminação do ambiente e os riscos para a saúde de produtores(as), trabalhadores(as) e comunidades vizinhas.

Como devo administrar outros tipos de águas residuais?

Outros tipos de águas residuais são, por exemplo, as que provêm de fontes domésticas. Existe o risco de que esta água possa transmitir doenças para as pessoas. Essas doenças podem ser evitadas se as pessoas expostas a estas águas contaminadas conhecem os riscos e, pelo menos, implementam medidas que lhes permitam tratar a água ou evitá-la.

Referências

1. FAO, Ficha de conservação agrícola, 2017: <http://www.fao.org/3/a-i7480e.pdf>
2. Philippe Rekacewicz, UNEP/GRID-Arendal, 2005, Diferentes fontes de perigo e seu impacto sobre o ambiente: <http://www.grida.no/resources/5684>

Biodiversidade

Requisito básico



Requisito de desenvolvimento





3	Produção	Aplica-se a	Ano			
3.2	Desenvolvimento ambiental					
	Proteção da biodiversidade		0	1	3	6
3.2.30	Evitar os impactos negativos sobre as áreas protegidas e sobre as áreas com alto valor de conservação	Membros				
3.2.31	Novo 2019 Sem desmatamento nem degradação da vegetação nas áreas protegidas ou outros ecossistemas de armazenamento de carbono	Membros				
3.2.32	Novo 2019 Implementar um procedimento para prevenir o desmatamento	Organização				
3.2.33	Novo 2019 Tomar medidas para proteger e melhorar a biodiversidade	Org e Membros				
3.2.34	Manutenção de áreas de segurança ao redor de corpos de água e áreas de alto valor de conservação	Org e Membros				
3.2.35	Garantir a sustentabilidade e a sobrevivência das espécies silvestres coletadas em seu hábitat natural (se os membros de sua organização realizam a colheita silvestre)	Org e Membros				
3.2.36	Conscientização sobre as espécies raras ou ameaçadas	Organização				
3.2.37	Conscientização sobre as espécies exóticas invasoras	Organização				

O que é a biodiversidade?

A biodiversidade – ou diversidade biológica – significa simplesmente a diversidade ou variedade de plantas, animais e outros seres vivos em uma área ou determinada região. Os científicos às vezes referem-se à biodiversidade de um ecossistema quando falam de uma área natural composta por uma comunidade de plantas, animais e outros seres vivos em um ambiente físico e químico particular.

Na prática, a “biodiversidade” sugere manter a diversidade das espécies em cada ecossistema ao planejar atividades humanas que afetam o uso da terra e dos recursos naturais. Tudo o que vive em um ecossistema é parte da rede da vida, inclusive os humanos. Cada espécie vegetal e cada criatura têm um lugar na Terra e desempenham um papel fundamental no ciclo da vida. As espécies de plantas, animais e insetos interagem e dependem uns dos outros porque cada um oferece, seja alimento, abrigo, oxigênio ou enriquecimento do solo.

O que são as áreas com alto valor de conservação?

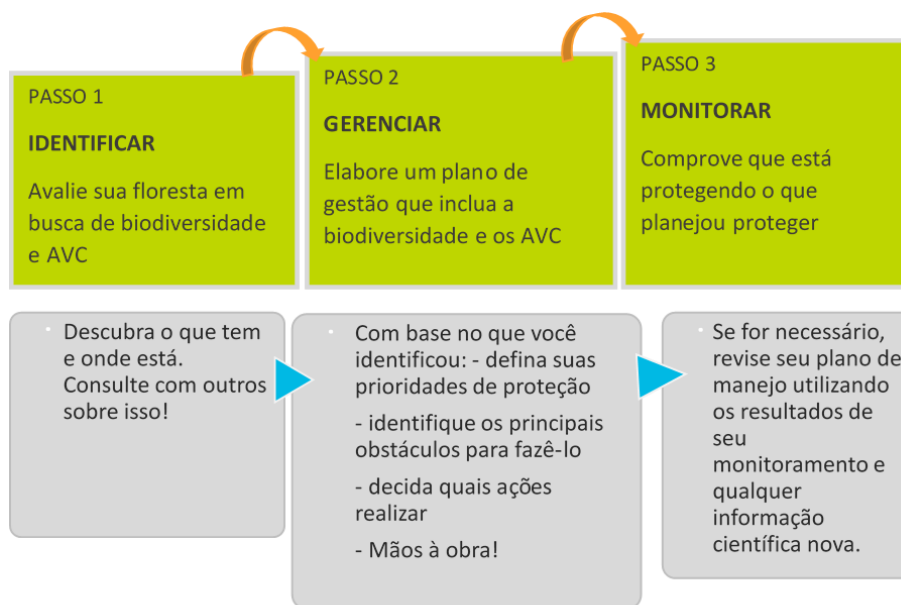
São habitats naturais que têm significado destacável ou importância crucial devido ao seu grande valor ambiental, socioeconômico, de biodiversidade ou paisagístico. “Áreas com alto valor de conservação” é um conceito desenvolvido pelo Conselho da Administração Florestal (**Forest Stewardship Council**) e refere-se a áreas que valem a pena conservar por sua importância em escala local, regional ou global e que podem incluir valores sociais, como os benefícios que uma determinada área proporciona a uma comunidade em termos de importância cultural ou recursos econômicos. Os valores biológicos incluem ecossistemas ou habitats de espécies em perigo. Estas áreas podem ser identificadas habitualmente através da vegetação natural com pouca intervenção da agricultura, silvicultura, indústria, urbanização ou de outros. Você pode identificar inicialmente as áreas com alto valor de conservação graças ao conhecimento disponível dentro da organização e da comunidade vizinha. Pode, talvez, consultar com



os idosos e com pessoas da comunidade que possam ter conhecimento sobre a vegetação natural da região. Para mais informação, consulte www.fsc.org e www.hcvnetwork.org.

A manutenção e a gestão das áreas com alto valor de conservação contribuem para a conservação das espécies de maior valor, dos ecossistemas e das paisagens de uma área ou região, para a proteção das pessoas diante de inundações, avalanches e erosão do solo, para a conservação dos recursos naturais, para a valorização de outros serviços ambientais e produtos florestais, além da madeira, e a conservação do mais valioso patrimônio e identidade cultural. Por exemplo, uma área com alto valor de conservação pode ser uma floresta que ofereça manutenção de fontes de água / água potável para pessoas que não têm acesso a fontes alternativas de água potável ou uma floresta que proteja da erosão e dos deslizamentos, perda de terras produtivas, danos aos ecossistemas, propriedades ou a perda de vidas humanas.

Como posso garantir a conservação das áreas protegidas e das áreas com alto valor de conservação?



Fonte: Red AVC (7)

No contexto dos Critérios Fairtrade, a identificação das áreas AVC propõe garantir o fornecimento seguro e estável de recursos para os(as) produtores(as). É por isso que, o que você decidir, deve estar em correspondência com os valores identificados.

As seguintes seis categorias de alto valor de conservação, que cobrem valores ecológicos e sociais, pode ajudá-lo a identificar áreas potenciais de AVC em sua área:

1. Áreas com concentrações significativas de valores de biodiversidade em nível global, regional ou nacional. Essas são áreas ricas em biodiversidade, tais como floresta com muitas espécies de pássaros ameaçadas globalmente.



2. Grandes extensões paisagísticas em nível global, regional ou nacional, como por exemplo, uma grande extensão de selva baixa mesoamericana, com populações saudáveis de onças, antas, gavião real (harpías) e crocodilos, bem como espécies menores.
3. Áreas que estão dentro de, ou que contêm, ecossistemas raros, ameaçados, ou em perigo, por exemplo, áreas de vegetação de pântano pouco frequentes em nível regional.
4. Áreas florestais que proporcionam serviços ambientais básicos em situações críticas. Por exemplo, a proteção das bacias ou controle da erosão.
5. Áreas fundamentais para satisfazer as necessidades básicas de comunidades locais como áreas de caça ou forrageiras que são essenciais para comunidades que vivem a nível de subsistência.
6. Áreas florestais críticas para a identidade cultural tradicional de comunidades locais como um cemitério sagrado dentro de uma floresta em exploração.

Depois de identificar as áreas protegidas e de AVC, devem avaliar e minimizar as conversões indiretas e a perda de altos valores de conservação; não se deve produzir o desmatamento.

Para apoiar a sua organização de produtores(as) na proteção dessas áreas, você deve ter em funcionamento um procedimento para evitar o desmatamento. Isso pode incluir:

- Mapeamento de áreas protegidas da região e comparar esta informação com a localização das propriedades dos membros para identificar áreas de risco;
- O mapeamento geográfico e os mapas poligonais (incluindo as fronteiras das propriedades) podem ser ferramentas para mapear áreas de risco com mais precisão;
- Identificar se as atividades dos membros impactam negativamente as áreas de risco e, em caso afirmativo, de que forma;
- Sensibilizar os membros sobre as áreas de risco identificadas ou as práticas de produção que têm impactos negativos;
- Promover a implementação de práticas de produção com impacto positivo (ou seja, práticas agroecológicas, troca de boas práticas, áreas demonstrativas, capacitações);
- Monitorar as práticas de produção dos membros e outras atividades nas áreas de risco.

O que é o desmatamento?

Desmatamento refere-se “à conversão das florestas a outro tipo de uso da terra (por exemplo, agricultura, plantações florestais, terra não florestal) ou a redução permanente da cobertura do dossel (ou a cobertura de copa), abaixo do limite mínimo de 10 por cento” (ver Avaliação dos Recursos Florestais mundiais: termos e definições, FAO, 2020).

As seguintes atividades não são consideradas “desmatamento”:

- Quando um cultivo arbóreo é substituído por outro (por exemplo, cacau, café, ou árvores frutíferas);
- Manejo de árvores como parte de sistemas de produção agroflorestais ou hortas;
- Floresta é “terras que se estendem por mais de 0.5 hectares dotadas de árvores com uma altura superior a 5 metros e uma cobertura do dossel com mais de 10% ou de árvores capazes de atingir esta altura *in situ*. Isso não inclui terra que se utiliza primordialmente para práticas agrícolas ou urbanas”.

Como posso evitar o desmatamento?

As práticas agrícolas são uns dos principais motores impulsionadores do desmatamento. Para entender os riscos de desmatamento em que seus membros estão, você precisa de um procedimento que demonstre seu compromisso em evitar o desmatamento. Isso inclui ações que ajude você não apenas identificar as áreas de risco onde as práticas dos membros podem levar ao desmatamento, como



também a monitorar a evolução das práticas ao longo do tempo. Este procedimento pode incluir, por exemplo:

- Mapeamento das áreas protegidas da região e comparar esta informação com a localização das propriedades dos membros para identificar áreas de risco. (O mapeamento geográfico e os mapas poligonais, incluindo as fronteiras das propriedades, podem ser ferramentas para mapear as áreas de risco com mais precisão);
- Identificar se as atividades dos membros impactam negativamente nas áreas de risco e, em caso afirmativo, de que forma;
- Sensibilizar os membros sobre as áreas de risco identificadas ou as práticas de produção que têm impactos negativos;
- Promover a implementação de práticas de produção com impacto positivo (ou seja, práticas agroecológicas, troca de boas práticas, áreas demonstrativas, capacitações);
- Monitorar as práticas de produção dos membros e outras atividades nas áreas de risco.

O que são os ecossistemas de armazenamento de carbono?

Os ecossistemas de armazenamento de carbono são ecossistemas terrestres e aquáticos com capacidade para sequestrar / capturar* e armazenar carbono, manter a qualidade ambiental e proporcionar condições de vida para as plantas e para os animais. Por exemplo, ecossistemas terrestres naturais ou seminaturais são florestas, bosques, pântanos, estepes e savanas. Os ecossistemas aquáticos são os que estão permanentes ou temporariamente inundados, por exemplos, pântanos (humedal), pântanos (ciénaga), marismas, turfeiras, manguezais ou gramas marinhas.

O esgotamento das reservas de carbono pode ser consequência da conversão de ecossistemas naturais em ecossistemas gerenciados, de práticas agrícolas extrativista baseadas em poucos insumos externos e do uso da terra de maneira que degrada o solo.

*Sequestro / captura é “o processo de aumentar o conteúdo de carbono de uma reserva de carbono diferente da atmosfera” (FAO).

O que são zonas de amortecimento (zonas tampão)?

São áreas criadas para fomentar a conservação de uma área ou corpo de água protegido legalmente ou não. As zonas de amortecimento podem ser usadas para melhorar os habitats marinhos, a flora e a fauna silvestre ao fornecer alimento, abrigo e sombra, solos estabilizados pelos sistemas de raízes, reduzindo a erosão e escoamento e criação de planícies inundadas naturais.

Na agricultura, as zonas de amortecimento são áreas não cultivadas que ficam entre duas ou mais áreas, como os campos de cultivos e florestas. Tem o objetivo de melhorar a sustentabilidade do uso da terra e dos recursos aquíferos (por exemplo, evitar a contaminação com pesticidas de corpos de água próximos) e a redução de um impacto negativo na biodiversidade e nos ecossistemas da região constituindo-se em uma barreira natural.

De acordo com suas funções ecológicas, as zonas de amortecimento contribuem na melhoria do ambiente e, portanto, na saúde e no bem-estar dos humanos, um dos principais objetivos de Fairtrade.

Qual deve ser o tamanho das zonas de amortecimento?

O tamanho ideal de uma zona de amortecimento é variável, dependendo dos objetivos, da disponibilidade da terra, dos sistemas tradicionais do uso da terra, das ameaças e das oportunidades.



Do ponto de vista ecológico, quanto maior for a zona de amortecimento e quanto mais protegida for uma extensão de área ou corpo de água, melhor será para a área de conservação e sua biodiversidade, incluindo os processos naturais. Existem vários fatores a serem considerados no momento de planejar o tamanho de uma zona de amortecimento. Por exemplo, muitas espécies precisam de condições ecológicas específicas para certos processos como dispersão de sementes, migração, reprodução, demanda de alimentos, etc. As zonas de amortecimento, em áreas usadas tradicionalmente pelas populações locais com propósitos culturais, como cemitérios ou lugares sagrados, bem como para necessidades de subsistência, podem ser de qualquer tamanho, desde que o tamanho da área seja suficientemente grande para realizar essas atividades.

O tamanho das zonas de amortecimento ao longo dos corpos de água é frequentemente determinado pela lei de cada país. Em geral, a largura de uma zona de amortecimento ao redor ou longo do corpo de água é determinada pela topografia, solo, ecologia, paisagem e tamanho do corpo de água.

O que é a colheita silvestre?

É a colheita de produtos na natureza (por exemplo, plantas medicinais, bagas, frutas silvestres, nozes e sementes, cogumelos, forragens, resina, caça, fibras, etc.) por qualquer motivo cultural e/ou econômico. Quando a colheita silvestre é realizada, a única atividade produtiva na área não cultivada é a própria colheita silvestre. A colheita silvestre sustentável visa garantir a continuidade do uso e da sobrevivência de longo prazo das espécies vegetais e animais e suas populações em seus habitats, respeitando as tradições, as culturas e os meios de vida das comunidades locais.

Os recursos naturais não estão distribuídos de maneira uniforme por toda a terra, portanto, a superexploração da população de determinada planta ou animal, inclusive em uma extensão de terra muito pequena, pode levar à extinção dessas espécies, o que também tem consequências econômicas. Portanto, é necessário ser consciente de que a degradação do meio ambiente e a perda de biodiversidade impactam diretamente aos(as) produtores(as).

Que impacto pode provocar a colheita silvestre no ambiente?

A sustentabilidade da colheita silvestre (ou seja, a forma e a quantidade que um produto ou material é coletado) depende do habitat e da espécie. Isso significa que os critérios são diferentes dependendo do tipo de espécie e dos habitats em que se encontram e que não existe um parâmetro universal para definir a sustentabilidade da colheita silvestre. No entanto, a tabela apresentada abaixo ajuda a identificar o grau de suscetibilidade à superexploração das plantas de acordo com seus tipos, padrões de crescimento, e as partes das plantas colhidas.

	Madeira	Casca	Raiz	Folha	Flor	Fruto / semente
Anual	-	-	Alta	Média	Média	Alta
Bianual	-	-	Alta	Média	Média	Alta
Perene	-	Média	Alta	Baixa	Baixa	Baixa



Arbusto	Média	Média	Média	Baixa	Baixa	Baixa
Árvore	Média	Média	Média	Baixa	Baixa	Baixa

Fonte: FAO (10)

O que são as espécies exóticas e as espécies invasoras?

As espécies exóticas são todas as espécies: plantas, animais, fungos e microrganismos, que foram introduzidos de forma acidental ou intencionalmente em um lugar, área ou região onde não existiam antes de forma natural ou, em outras palavras, são espécies não nativas.

As espécies exóticas invasoras são capazes de se reproduzir rapidamente e competindo com as espécies nativas, danificando o habitat necessário para a sobrevivência das espécies nativas e, assim, ameaçando e degradando a biodiversidade e os ecossistemas locais, afetando negativamente as economias (por exemplo, perda de cultivos, florestas, pastagens, o custo do controle dessas espécies) e o bem-estar das pessoas (por exemplo, doenças infecciosas). O dano anual estimado por causa de espécies invasoras em nível global é de mais de 1.4 bilhões de dólares, o que equivale 5% da economia global (Conservação da natureza, 2011). Para garantir a sustentabilidade dos(as) produtores(as) Fairtrade, é importante evitar a tempo, o quanto antes, a introdução e invasão de espécies exóticas.

Como posso evitar a introdução de espécies exóticas invasoras?

Há vários fatores que devem ser levados em consideração para evitar a invasão de espécies:

O que **não** fazer:

- Introduzir espécies exóticas de outras regiões, países, tipos de habitat.
- Alterar o equilíbrio natural modificando o ambiente através, por exemplo, do desmatamento ou da modificação do curso de um rio, limitando ou eliminando processos naturais. Nesses casos, até mesmo algumas espécies nativas podem se tornar invasoras.

O que **sim** fazer:

- Importar, exportar, transportar, armazenar e comercializar de forma segura organismos marinhos, agentes de controle biológicos, OGM e qualquer outra espécie nativa ou não nativa da flora e fauna.
- Trocar informações e sensibilizar a população local sobre os riscos potenciais e sobre as tendências com relação as espécies exóticas.

Deve levar em consideração que, embora uma espécie pode ser benéfica (por exemplo, agentes de controle biológicos) ou ser pequena em tamanho e quantidade, mesmo assim pode ser invasora.

Referências

1. Convenção sobre a Diversidade Biológica: www.cbd.int
2. Conservação da natureza: espécies invasoras: <https://blog.nature.org/science/>
3. Conservação da natureza: Proteger as plantas e os animais nativos: <https://www.nature.org/en-us/what-we-do/our-priorities/protect-water-and-land/>



4. A lista vermelha da IUCN de espécies ameaçadas: <https://www.iucn.org/resources/conservation-tools/iucn-red-list-threatened-species>
5. Base de dados mundial de espécies invasoras: <http://www.issg.org/database/welcome/>
6. Convenção sobre a Diversidade Biológica, espécies exóticas invasoras: <http://www.cbd.int/invasive/>
7. Rede AVC: www.hcvnetwork.org
8. Conselho de Administração Florestal, áreas AVC: <https://fsc.org/en/details-page/high-conservation-values>
9. Critério internacional para a colheita silvestre sustentável de plantas medicinais e aromáticas: www.floraweb.de/map-pro/
10. Suscetibilidade de plantas e partes de plantas à exploração excessiva: www.fao.org
11. FAO, Avaliação dos recursos florestas mundiais 2020: <http://www.fao.org/forest-resources-assessment/en/>
12. Formuladores de políticas REDD+, impulsores da desmatamento e degradação florestal: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/65505/6316-drivers-deforestation-report.pdf
13. FAO, Florestas e mudança climática: <http://www.fao.org/3/ac836e/AC836E03.htm>

Resíduos

Requisito básico



Requisito de desenvolvimento



3	Produção	Aplica-se	Ano			
3.2	Desenvolvimento ambiental					
	Resíduos		0	1	3	6
3.2.38	Garantir que sus membros mantenham suas propriedades livres de resíduos perigosos	Organização				
3.2.39	Designar áreas para armazenamento e eliminação de resíduos	Org e Membros				
3.2.40	Conscientização sobre resíduos orgânicos e sua eliminação	Organização				

O que são os resíduos?

Existem muitas definições possíveis e muitos tipos diferentes de resíduos. Uma definição simples de resíduos, que se centraliza principalmente nas atividades domésticas, é o material que já não se utiliza ou precisa ou se percebe que não tem nenhum valor. A agricultura pode produzir diferentes tipos de resíduos que podem ser líquidos, sólidos ou gasosos e que podem representar um perigo para as pessoas e/ou danificar o ambiente. Os resíduos podem ser classificados como orgânicos, o que significa que provêm de seres vivos, como plantas ou animais, ou inorgânicos, o que significa que provêm de minerais ou materiais sintéticos como o plástico.

Com frequência, os resíduos terminam em aterros, quando não é social, ambiental ou economicamente viável reduzi-los, reutilizá-los ou reciclá-los.



Das diferentes categorias de resíduos, o Critério Fairtrade dá prioridade a dois tipos: resíduos orgânicos e resíduos perigosos. Os resíduos orgânicos são importantes por dois motivos:

- frequentemente estão presentes em grandes quantidades e podem se tornar em um problema se não são manejados de uma maneira que evite sua acumulação: e
- se esses resíduos se reutilizam ou se reciclam podem ser um fertilizante que pode fornecer nutrientes e contribuir a melhorar a fertilidade do solo ao adicionar conteúdo de matéria orgânica e uma textura melhorada.

Os resíduos perigosos são resíduos que representam um perigo para o ambiente, para a saúde das pessoas ou para ambos.

Os resíduos perigosos podem ser líquidos, sólidos, gasosos ou em forma de lodo. Um resíduo é perigoso se tem uma ou várias das seguintes propriedades: tóxico, explosivo, infeccioso, radioativo, inflamável corrosivo ou reativo.

A variedade das substâncias perigosas utilizadas em nossa vida diária traz consigo uma variedade igualmente grande de efeitos sobre a saúde, efeitos que estão bem documentados. Em alguns casos, estas substâncias podem irritar a pele ou os olhos, dificultar a respiração, causar dores de cabeça e náuseas, ou causar outros tipos de doenças. Algumas substâncias perigosas podem causar efeitos na saúde muito mais graves, como anormalidades de comportamento, câncer, mutações genéticas, disfunções fisiológicas (por exemplo, alterações reprodutivas, insuficiência renal, etc.), malformações físicas e deficiências congênitas.

Como posso implementar um bom manejo dos resíduos?

Você, como organização, deve orientar esforços para reutilizar os materiais, sempre que for possível, e tentar minimizar o uso daqueles que não podem ser reciclados de maneira fácil e adequadamente no sistema agrícola. Pode ser difícil descartar materiais como plásticos, metais pesados, sintéticos ou toxinas de forma ecologicamente correta com o meio ambiente e segura para a saúde. A organização pode trabalhar em sensibilizar os membros para minimizar o uso de tais materiais e certificar-se de que estão descartando de forma segura de acordo com o ponto de vista ambiental.

Você pode ensinar a seus membros a identificar os potenciais resíduos perigosos na propriedade ou na região e explicar os riscos que representam. É importante que os membros entendam que este tipo de resíduos não devem ser deixado como lixo nas propriedades, e sim devem ser colocados em um lugar especialmente designado, onde o risco de ser levado pelos(as) trabalhadores(as), produtores(as) e outros membros da comunidades seja evitado. Você deve trabalhar para sinalizar de maneira clara – de preferência centralizar – as áreas de armazenamento de resíduos e identificar e proporcionar alternativas de eliminação de conjunto com as autoridades locais ou outras entidades. Você pode buscar assessoria para certificar-se de que as alternativas proporcionadas são sensatas ambientalmente.

Você pode proporcionar formação para os membros sobre a importância dos resíduos orgânicos e da matéria orgânica, os métodos potenciais para processar os resíduos orgânicos e conscientizar sobre sua importância para o solo. Algumas formas possíveis de utilizar o resíduo orgânico são com a compostagem e reintroduzi-los nos campos, utilizá-los como *mulch* ou como adubo verde.

Referências



1. Agência ambiental Reino Unido: <https://www.gov.uk/government/organisations/environment-agency>
2. Agência Escocesa para a Proteção Ambiental: <https://www.sepa.org.uk/environment/waste/>

Organismos geneticamente modificados (OGM)

Requisito básico

Requisito de desenvolvimento

3	Produção	Aplica-se a	Ano			
3.2	Desenvolvimento ambiental					
	OGM		0	1	3	6
3.2.41	Não ao uso de Organismos geneticamente modificados (OGM)	Org e Membros				

O que é um organismo geneticamente modificado?

Um organismo geneticamente modificado (OGM), ou geneticamente manipulado, é um organismo cujo material genético foi alterado para receber genes de diferentes fontes com ajuda de técnicas da engenharia genética. Por exemplo, pode ser um novo tipo de cultivo resistente a determinados vírus, pesticidas, herbicidas ou com características que foram alteradas através da engenharia genética.

Qual é o posicionamento de Fairtrade sobre os organismos geneticamente modificados?

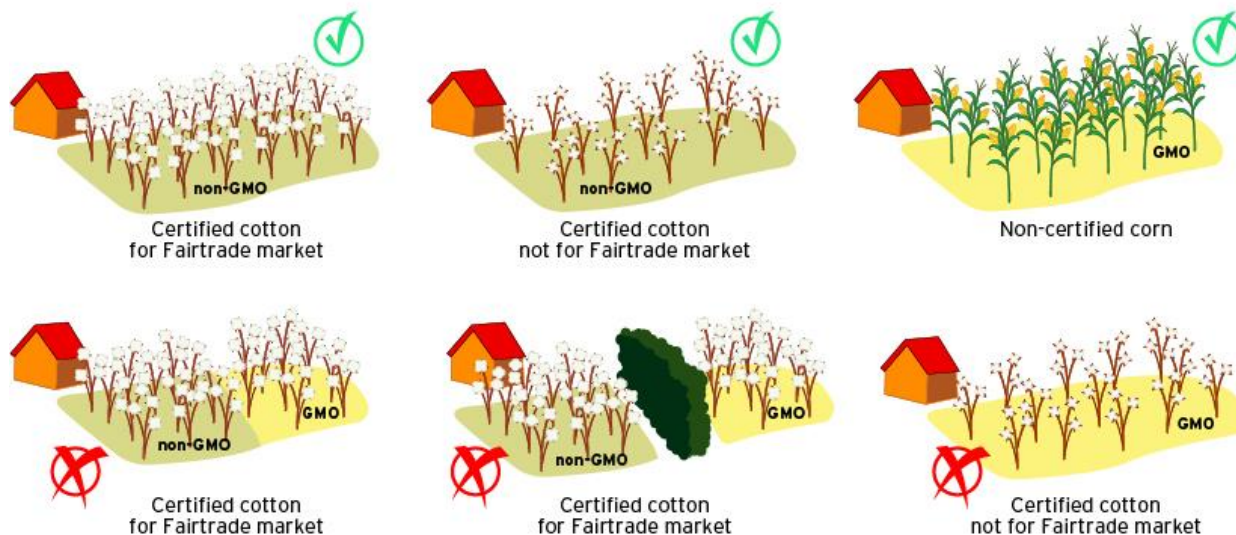
O uso e produção de OGM pode gerar as seguintes consequências: impactos sobre a saúde das pessoas (por exemplo, alérgenos, transferência de marcadores resistentes a antibióticos) e sobre o meio ambiente (por exemplo, a transferência de transgenes por meio da polinização cruzada, redução significativa da biodiversidade) bem como que a produção mundial de alimentos esteja dominada por poucas empresas e cada vez mais dependente das nações industrializadas. Portanto, a produção / cultivo intencional de produtos geneticamente modificados por parte dos(as) produtores(as) Fairtrade está proibido.

Como posso evitar o uso de organismos geneticamente modificados?

Os cultivos não geneticamente modificados podem ser contaminados com OGM através da transferência de pólen de um campo de cultivo vizinho ou durante a colheita, transporte ou processamento. Para poder evitar a contaminação com cultivos geneticamente modificados recomenda-se separar fisicamente os cultivos não transgênicos (potenciais cultivos Fairtrade) dos cultivos transgênicos estabelecendo “distâncias de isolamento” e “barreiras anti pólen”. As distâncias de isolamento são distâncias mínimas necessárias entre os campos transgênicos e não transgênicos, são chamadas zonas de amortecimento e variam de cultivo para cultivo (veja a imagem a seguir).



GMO requirements in this section are applicable to all crops that the organization is certified for even if not intended for the Fairtrade market



and also to other crops grown in the same fields



Normalmente, as barreiras para o pólen são naturais. Podem ser sebes e árvores que têm o objetivo de capturar o pólen e obstaculizar seu movimento. As barreiras para o pólen podem consistir em cultivos convencionais da mesma espécie do cultivo OGM, o qual pode ser ainda mais vantajoso, visto que produzem pólen convencional competitivo que podem competir e vencer o pólen do cultivo OGM. É importante saber que a zona de amortecimento de cultivos convencionais considera-se parte da produção do cultivo OGM.

No entanto, estas barreiras físicas não garantem 100% de exclusão da contaminação de OGM. No caso de alto risco de contaminação de cultivos Fairtrade com OGM, pode ser necessário fazer um teste. Os métodos de teste incluem análise de PCR (reação em cadeia de polimerase), que somente pode ser realizado em laboratórios, e teste de tiras com reagentes (que buscam proporcionar um resultado rápido e determinar se o cultivo está contaminado ou não).

Antes de cultivar, certifique-se de que você e seus membros saibam:

- a origem do seu cultivo e das sementes – as sementes não devem ser OGM;
- sua propriedade – conhecer seus campos para determinar quais são mais ou menos suscetíveis à contaminação de OGM de campos vizinhos;



- seus vizinhos – saber quem cultiva o quê e comunicar a seus vizinhos onde estão seus campos orgânicos e livres de OGM;
- os cultivos vizinhos – ajustar, se for possível, suas datas de plantio para que seus cultivos não OGM não polinizem ao mesmo tempo que os cultivos OGM;
- seu equipamento – conhecer como utilizar e limpar o equipamento, não permita que os equipamentos contaminem um cultivo não OGM;
- seu transporte – inspecione e limpe cuidadosamente os caminhões, certificando-se de que estejam livres de grãos, poeira e outros materiais estranhos;
- seu armazém de produto – inspecione e limpe cuidadosamente as unidades de armazenamento antes de utilizá-las, certificando-se de que as unidades de armazenamento estão separadas e que os cultivos OGM e não OGM não estão armazenados em lugares próximos; e
- sua colheita – você pode enviar amostras do cultivo para análise antes da colheita.

Você e os membros de sua organização podem estabelecer também uma lista de cultivos OGM, fornecedores de sementes (com ajuda das autoridades locais, bases de dados e outros meios de divulgação de conhecimento) registrados em seu país / região para certificar-se de que se evita a contaminação com sementes transgênicas.

Referências

1. Universidade de Minnesota: Um plano para a coexistência, 2004: www.misadocuments.info/GMOlegal-21_web.pdf
2. Métodos de referência da UE para a análise de OGM, base de dados de métodos de detecção de OGM: <http://gmo-crl.jrc.ec.europa.eu/gmomethods/>

Adaptação e mitigação da mudança climática

Requisito básico

Requisito de desenvolvimento

3	Produção	Aplica-se a	Ano			
3.2	Desenvolvimento ambiental					
	Mudança climática		0	1	3	6
3.2.42	Novo 2019 Implementar medidas de adaptação à mudança climática	Organização				
3.2.43	Usar a energia de maneira eficiente nas instalações centrais de processamento onde se utilize energia não renovável	Organização				
3.2.44	Novo 2019 Tomar medidas para reduzir os Gases de efeito estufa (GEE)	Org e Membros				

O que é a adaptação às mudanças climáticas?

A adaptação à mudança climática refere-se aos ajustes necessários dos sistemas ecológicos, sociais ou outro, dos processos ou das práticas para responder aos impactos das alterações climáticas (por exemplo, as mudanças das temperaturas médias, deslocamentos das estações e aumento dos episódios meteorológicos extremos). Quanto mais rápido muda o clima e quanto mais demorados forem os esforços para se adaptar, mais difícil e caro pode ser a adaptação no futuro.



Na agricultura, as medidas de adaptação podem incluir ajustes nas datas de plantio dos cultivos para evitar os períodos de estresse por altas temperaturas, a instalação de dispositivos para a captação e uso da água da chuva, a aplicação de cobertura de solo / *mulch*, o uso de variedades de cultivos resistentes à seca, a diversificação de cultivos e as práticas de poda melhoradas.

O que são os gases de efeito estufa?

Os gases de efeito estufa (GEE) - com sua sigla em espanhol GEI – são gases na atmosfera que absorvem a radiação. Existem muitos GEE, mas os mais comuns na atmosfera são:

- Dióxido de carbono (CO₂)
- Metano (CH₄)
- Óxido nitroso (N₂O)
- Vapor de água (H₂O)

Embora os GEE representem apenas cerca de 1% da atmosfera terrestre, regulam o clima porque retêm o calor. Os GEE aquecem a atmosfera da terra. Este fenômeno é conhecido como efeito estufa. De fato, o efeito estufa é um requisito ambiental essencial para a vida na terra.

Porém, como o volume dos GEE na atmosfera aumenta a temperatura também aumenta, o que cria um efeito de aquecimento similar ao que ocorre dentro de uma estufa, daí vem o nome “efeito estufa”. Isso leva uma mudança nos padrões climáticos e meteorológicos.

- As seguintes atividades (humanas), entre outras, aumentam a concentração dos diferentes gases na atmosfera:
- Queima de combustíveis fósseis (incluindo os combustíveis para os motores dos veículos)
- Determinadas práticas agrícolas e mudanças no uso da terra
- Desmatamento (as árvores utilizam o CO₂ e emitem oxigênio)
- Muitas fábricas produzem gases industriais de longa duração (ou seja, GEE industriais)
- Aumento da população (mais pessoas usam mais combustíveis fósseis para aquecimento, transporte, manufatura e a agricultura aumenta à medida que mais alimentos são necessários)

Qual é a relação entre agricultura e GEE?

A concentração crescente de GEE em nossa atmosfera procede principalmente do desenvolvimento industrial nos países do Norte. Há também uma importante contribuição da redução global das árvores. Muitas florestas são derrubadas para obter madeira e outras para dar lugar à pecuária e agricultura. Existe cada vez menos árvores que desempenham a função de transformar dióxido de carbono em oxigênio. Este é um dos motivos do aumento do GEE em nossa atmosfera. O desmatamento também leva à erosão do solo que libera carbono preso no solo. Também é emitido dióxido de carbono com a utilização de combustíveis fósseis para máquina, transporte, transporte de água de irrigação, etc. Todas essas atividades levam a uma mudança no clima e para o aquecimento global.

A mudança climática e o aquecimento global têm um grande impacto na agricultura. As Organizações de Pequenos Produtores (OPP) são muito dependentes da agricultura e, portanto, do clima. As organizações de produtores(as) podem realizar ações e reduzir os riscos das mudanças climáticas e das emissões de GEE. A mudança climática afeta principalmente as pessoas que dependem da agricultura quando os padrões das estações secas e chuvosas são alterados, causando inundações, secas e deslizamento de terras, entre outros impactos negativos. Ao implementar práticas que sequestram / capturam carbono, como *mulching*, plantar árvores, integrar compostagem no solo, entre



outras práticas, farão com que as propriedades aumentem sua capacidade de manter o impacto da mudança climática sob controle, enquanto os ajuda a reduzir os custos de produção a longo prazo.

Quais medidas posso tomar para reduzir os gases de efeito estufa?

Aqui estão alguns exemplos do que pode ser feito para sequestrar carbono ou reduzir as emissões de GEE da atmosfera:

- Manter solos férteis produtivos com métodos orgânicos e reduzindo a lavoura
- Utilizar cultivos perenes, arbóreos e outros métodos agroflorestais que mantêm uma maior biomassa no sistema do cultivo
- Manter as florestas e pastagens que mantêm depósitos de carbono e protegem as bacias hidrográficas
- Reflorestar os solos degradados

Nos capítulos de [Solo e água](#) e [Biodiversidade](#) são mencionados outros possíveis métodos (por exemplo, usar coberturas vegetais ou implementar zonas de amortecimento).

Como identificar pontos de emissão nas instalações de processamento:

- Estudar as contas de eletricidade
- Identificar os equipamentos que utilizam muita energia e seus tempos
- Identificar onde pode estar ocorrendo problemas
- Tomar decisões de investimento razoáveis em equipamentos que poupem energia
- Comparar com outras edificações, técnicas ou lugares.

Medidas adicionais para reduzir emissões (nos armazéns do produto):

- Melhorar o isolamento
- Selagem dos edifícios
- Instalar um melhor controlador de emissões
- Dispositivos de velocidade variável em ventiladores / bombas
- Motores, iluminação, ventiladores e tubos de alta eficiência
- Tarifas diferenciadas para os períodos de menor consumo
- Recuperação do calor para aquecer água

Sensibilização do pessoal, foco em “desligar”: Você deve introduzir uma cultura de eficiência na organização. Incentivar as pessoas a “desligar” todos os equipamentos e máquinas não essenciais, sempre que possível, incluindo ventiladores, aquecedores de água, luzes, compressores. O equipamento dos edifícios de armazenamento dos cultivos, incluindo trados, luzes, ventilação e aquecedores, devem ser desligados quando não forem necessários.

Fazer uma lista de manutenção: Você pode compilar uma lista de verificação de manutenção das áreas onde a energia é desperdiçada em toda a estrutura do edifício. Um plano completo deveria incluir revisar os painéis e armações das janelas e as luzes do teto; incluir o equipamento e outras partes do edifício como luzes e ventiladores. Certifique-se de que a lista se usa e seja revisada periodicamente.

Revisar periodicamente a configuração dos equipamentos: Certificar-se de que todos(as) saibam como mudar a configuração do aquecedor (calefação) e do equipamento de ventilação (quando possível) e sejam conscientes dos valores corretos para os diferentes produtos, seu nível de umidade e a quantidade do produto no armazém.

Referências



1. UNFCCC, O que significa a adaptação à mudança climática e resiliência climática?:

<https://unfccc.int/topics/adaptation-and-resilience/the-big-picture/what-do-adaptation-to-climate-change-and-climate-resilience-mean>

3.3 Condições de trabalho

Nota: Em todo capítulo sobre as condições de trabalho, existem requisitos e seções sinalizados com *, que se aplicam apenas para você ou para seus membros se:

- você ou seus membros empregam mais de 10 trabalhadores(as)
- e
- pelo menos 10 de seus trabalhadores(as) trabalham mais de 30 horas por semana, pelo menos, um mês durante um ano ou equivalente (por exemplo, durante a época de colheita).

O restante dos requisitos se aplica a todas as organizações de produtores(as), independentemente do número de trabalhadores(as) que você empregue.

Livres de discriminação

Requisito básico

Requisito de desenvolvimento

3	Produção	Aplica-se a	Ano			
3.3	Condições de trabalho					
	Livres de discriminação		0	1	3	6
3.3.1	Sem discriminação	Org e Membros				
3.3.2	Sem teste de gravidez, HIV ou distúrbios genéticos no processo de contratação	Org e Membros				
3.3.3	Sem abusos de qualquer tipo	Org e Membros				
3.3.4	Tolerância zero diante da violência baseada no gênero e outras formas de assédio	Org e Membros				

O que é discriminação?

A Convenção 111 da OIT define a discriminação como qualquer distinção, exclusão ou preferência baseada por motivos de raça, cor, sexo, religião, opinião pública, ascendência nacional ou origem social (entre outras características) “que tenha o efeito de anular ou alterar a igualdade de oportunidade ou o tratamento no emprego e na ocupação”.



A discriminação no emprego tem muitas formas e ocorre em todos os tipos de trabalho. Significa tratar as pessoas de forma diferente devido a alguma de suas características, como a raça, a cor de pele, o gênero ou a idade, etc, tudo isso gera e reforça as desigualdades. Se a liberdade dos seres humanos para desenvolver suas capacidades e escolher e perseguir suas aspirações profissionais e pessoais é limitada, independentemente de suas habilidades, então seus direitos humanos estão sendo negados. Além disso, suas habilidades e competências não podem ser desenvolvidas ao máximo. Isso poderia levar ao abuso e a exploração dos(as) trabalhadores(as) envolvidos(as) e a alterações no resultado do trabalho incluindo, em alguns casos, riscos legais. Eventualmente, isso pode provocar perdas na produtividade para o(a) empregador(a) e gerar frustração nos(as) trabalhadores(as) e, em alguns casos, perda de mercado.

A discriminação das pessoas que vivem com HIV/AIDS é uma preocupação crescente, especialmente entre as mulheres. Esta discriminação pode ter muitas formas, incluindo os exames prévios à contratação que gerem a anulação da contratação, análise de visitantes estrangeiros de longo prazo antes de entrar ao país e, em alguns países, análises obrigatórias para trabalhadores(as) migrantes.

Outras formas de discriminação incluem demissão sem causa médica, notificação ou apelação possível, perda de cargo, negação de benefícios de seguro saúde, redução do salário, abuso, exploração e assédio.

O que é a violência baseada no gênero?

A violência baseada no gênero é um termo geral que abrange qualquer ato prejudicial perpetrado contra a vontade de uma pessoa e que se baseia nas diferenças (de gênero) socialmente atribuídas entre mulheres e homens. A violência baseada no gênero é “a violência que reflete a assimetria existente nas relações de poder entre homens e mulheres e que perpetuam a subordinação e a desvalorização das mulheres” (1). Embora qualquer pessoa possa ser vítima de atos de violência, o gênero é um dos fatores que aumenta significativamente a vulnerabilidade. A maioria dos agressores são homens, enquanto as vítimas podem ser homens ou mulheres.

Outras formas de violência que podem estar relacionadas com ou ocultar a violência baseada no gênero, são a intimidação e o assédio. Outros exemplos que envolvem violência podem ser definidos como:

- Discriminatório – O tratamento injusto ou prejudicial de diferentes categorias de pessoas, em particular, baseando-se por motivos de raça, idade, gênero, orientação sexual, capacidade e/ou região. Os exemplos podem ser: piadas raciais, categorização do trabalho de acordo com o gênero, exclusão de jovens de algumas atividades, por exemplo, reuniões.
- Física – Qualquer ato que cause danos físicos como resultado do uso ilícito da força física. A violência física pode surgir através de agressões mais ou menos graves, privação de liberdade, mutilação genital feminina, matrimônio infantil e homicídio involuntário, entre outros.
- Econômica – Qualquer ato ou comportamento que cause danos econômicos a um indivíduo. A violência econômica pode se manifestar através de danos à propriedade, restrição do acesso de mulheres e jovens a recursos financeiros, educação ou ao mercado de trabalho ou não cumprir com as responsabilidades econômicas, como o cuidado dos membros da família, entre outros.
- De poder – Assédio que se caracteriza pela disparidade de poder entre as pessoas, quando a pessoa em posição de poder exerce controle sobre a pessoa em uma posição hierárquica inferior.
- Psicológica – Qualquer ato que cause danos psicológicos a um indivíduo. A violência psicológica pode ser apresentada através da coerção, difamação, insultos verbais ou assédio, entre outros.



- Sexual – Qualquer ato sexual realizado sobre um indivíduo sem seu consentimento informado. A violência sexual pode se apresentar através de uma violação / estupro ou agressão sexual. Os(as) menores de 18 anos não têm capacidade para consentir sobre atos sexuais.
- Represália – A violência ocorre quando uma pessoa assedia a outra por vingança ou para impedir que a vítima se comporte novamente de determinada maneira.
- *Quid Pro Quo* – "tomar uma coisa por outra" é uma troca baseada no assédio. Um exemplo: oferecer emprego ou benefícios relacionados com o emprego em troca de que uma pessoa adote determinada conduta sexual.
- Terceira parte – Violência exercida por alguém de fora da organização de produtores(as). O agressor, em vez de ser um chefe ou supervisor, é um vendedor, um fornecedor, um cliente ou um sócio da organização de produtores(as).

O que posso fazer para garantir que não ocorra discriminação?

Você não está autorizado(a) a discriminar seus empregados(as) / trabalhadores(as). Isso significa que você não deve, por exemplo, oferecer postos para promover ou demitir empregados(as) ou dar benefícios extras baseando-se na raça, cor de pele, gênero, orientação sexual, deficiência, estado civil, laços familiares, idade, sorologia para HIV, religião, opinião pública, afiliação a sindicatos ou para órgãos de representação de trabalhadores, origem nacional ou social ou qualquer outra característica. As avaliações devem estar baseadas apenas na habilidade para realizar o trabalho em questão. Qualquer pessoa que participe na gestão e supervisão de trabalhadores(as) não pode usar, apoiar ou aceitar castigos inapropriados em forma de agressão física ou comportamento ameaçador, seja com gestos ou linguagem. O ambiente de trabalho deve estar livre de qualquer forma de conduta sexual inapropriada ou abuso, manipulação ou assédio psicológico.

O que posso fazer para garantir que não ocorra violência baseada no gênero?

Em locais onde a violência baseada no gênero (VGB) e outras formas de assédio são endêmicas ou são um risco conhecido publicamente em determinado setor, região ou área, incentivamos você a realizar atividades de resposta em seu Plano de desenvolvimento Fairtrade ou a redigir uma política que proíba claramente os comportamentos intimidantes desde o ponto de vista sexual, bem como um sistema de monitoramento e resposta para evitar a VGB. Se você tiver um sistema de controle interno ou um sistema de gestão interna, pode usá-lo para monitorar e responder periodicamente.

Quando casos são identificados, espera-se que a organização possa remediar a situação através de um enfoque baseado em direitos, que preserve a dignidade e a privacidade da(s) pessoa(s) afetada(s). Isso inclui garantir a segurança prolongada do(s) indivíduo(s), implementar políticas, procedimentos e monitoramento para evitar tanto a VGB como outras formas de violência. Segurança prolongada significa manter a(s) pessoa(s) livre(s) de riscos ou de danos e perigos reais.

Da mesma forma, a política pode estar vinculada a uma política mais ampla contra qualquer forma de discriminação ou à política de gênero. Uma melhor prática é que a organização aumente sua capacidade de entender a VGB e outras formas de violência e fortaleça suas competências para garantir que esse tipo de dano seja eliminado. Onde for possível, recomenda-se buscar o apoio de organizações locais especializadas em direitos para que participem na eliminação dessas práticas.

Referências

1. CEPAL, Nieves Rico, Violência baseada no gênero, 1997: Uma questão de direitos humanos, na SÉRIE MULHER E DESENVOLVIMENTO <https://www.cepal.org/mujer/noticias/paginas/9/27409/genderbasedviolence.pdf>



2. Serviço de assistência técnica OIT: eliminar a discriminação no local de trabalho:
http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---multi/documents/publication/wcms_116342.pdf
3. Convenção 111 da OIT sobre a discriminação (emprego e ocupação):
http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:1813821563333225::NO:12100:P12100_ILO_CODE:C111:NO
4. Por que alguns homens utilizam a violência contra as mulheres e como podemos evitá-lo? UNDP 2013:
https://www.undp.org/content/dam/rbap/docs/Research%20&%20Publications/womens_empowerment/RBAP-Gender-2013-P4P-VAW-Report.pdf

Livres de trabalho foçado e obrigatório

Requisito básico



Requisito de desenvolvimento



3	Produção	Aplica-se a	Ano			
3.3	Condições de trabalho					
	Livres de trabalho foçado e obrigatório		0	1	3	6
3.3.5	Sem trabalho foçado	Org e Membros				
3.3.6	Novo 2019 Remediação em caso de identificação de trabalho foçado	Org e Membros				
3.3.7	A contratação de um(a) trabalhador(a) ou a oferta de alojamento não está condicionada à contratação de seu cônjuge	Org e Membros				

O que é o trabalho foçado?

O trabalho foçado – também conhecido como trabalho obrigatório – é o oposto de trabalho digno. As pessoas menos protegidas, incluindo as mulheres e os jovens, os povos indígenas e os(as) trabalhadores(as) migrantes, são especialmente vulneráveis.

Na Convenção C29 da OIT sobre trabalho foçado, define o trabalho foçado como “todo trabalho ou serviço exigido a um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual o indivíduo não se oferece voluntariamente” (Artigo 2(1)).

O trabalho foçado significa que uma pessoa é obrigada a realizar determinado trabalho ao ser ameaçada com castigo ou com a perda de direitos ou privilégios. Pode-se dizer que existe trabalho foçado quando um(a) trabalhador(a) trabalha por muitas horas em um dia, excedendo o limite máximo estabelecido pela lei nacional ou pelos Critérios Fairtrade. Exemplos das formas mais extremas de trabalho foçado são: tráfico de pessoas com objetivo de trabalho ou sexuais, rapto, violência física significativa ou prisão, também se inclui ameaças de morte destinadas para a vítima ou para sua família. Outras formas envolvem ameaçar as vítimas ou impedi-las de deixar o local de trabalho, com a ameaça de informar para a polícia ou para as autoridades migratórias, quando sua situação laboral é ilegal. Às



vezes, os empregadores também exigem para os(as) trabalhadores(as) que entreguem seus documentos de identidade ou ameaçam confiscar esses documentos para forçá-los a trabalhar.

O trabalho obrigatório, também chamado de servidão por dívidas, existe quando uma pessoa é forçada a trabalhar para devolver um empréstimo através do trabalho direto, em vez de um pagamento real, e quando o empregador faz empréstimos em condições não razoáveis, com taxas de juros excessivamente elevadas.

Muitas vítimas entram em situações de trabalho forçado inicialmente por vontade própria, por meio de fraude e enganos, e depois descobrem que não são livres para deixar o seu trabalho devido a coerção jurídica, física ou psicológica. O consentimento inicial pode ser considerado como irrelevante quando obtido por meio de uma fraude ou engano.

O que posso fazer para garantir que não ocorra o trabalho forçado?

Qualquer forma de trabalho forçado, incluindo o trabalho obrigatório e o trabalho prisional involuntário, está proibido. As pessoas devem ser livres para deixar o seu trabalho em qualquer momento após um período de aviso prévio acordado. Os empregadores não podem obrigar ao(a) cônjuge de um(a) trabalhador(a) a trabalhar com eles. Os(as) cônjuges têm o direito a decidir trabalhar em outro lugar, se quiserem, inclusive se o empregador proporciona moradia para toda a família.

Algumas ideias se você precisar realizar medidas com relação ao trabalho forçado, são:

- Ter uma política transparente e clara “contra o trabalho forçado”, que estabeleça as medidas tomadas para evitar o trabalho forçado e garantir que agricultores(as), gestores(as) de propriedades, trabalhadores(as) e contratantes ou gestores(as) de emprego a conheçam;
- Responder ao trabalho forçado desde uma perspectiva de gênero e levar em consideração que em algumas áreas as mulheres e meninas podem enfrentar múltiplas situações de trabalho forçado;
- Tratar de maneira justa os(as) trabalhadores(as) migrantes. Monitorar as práticas de contratação e as condições de emprego que oferecem os contratantes, os agentes de emprego e as agências que proporcionam trabalho subcontratado, principalmente, transfronteiriço, e descartar aqueles que você sabe que tenham praticado trabalho forçado e práticas abusivas;
- Garantir que os trabalhadores tenham contratos escritos, em uma linguagem que possam entender facilmente, que especifique seus direitos em relação ao pagamento de salários, horas extras, retenção dos documentos de identidade e outros temas relacionados com a prevenção de trabalho forçado;
- Capacitar aos auditores e ao pessoal de recursos humanos e responsável do cumprimento para que possam identificar o trabalho forçado na prática e buscar remediação apropriada;
- Promover acordos e códigos de conduta no setor produtivo (como a agricultura), identificando as áreas onde há risco de trabalho forçado e tomar as medidas de remediação adequadas.

O que é a remediação?

A remediação é “o processo de pôr fim às situações de trabalho forçado e de tráfico de mão de obra e, na medida do possível, corrigir os danos sofridos pelas vítimas” (2). Em outras palavras, a remediação envolve resgatar de maneira segura as pessoas submetidas a situações de trabalho forçado e evitar essas situações – implementar projetos, políticas ou procedimentos, para garantir que a pessoa resgatada não seja substituída por outra e que, assim, o trabalho forçado ocorra novamente.

A remediação efetiva deve seguir um foco baseado nos direitos e responder às necessidades e desejos da(s) vítima(s), quando for possível. No entanto, as considerações sobre as opiniões das vítimas devem ser pesadas com as vulnerabilidades ou medos que elas podem ter devido à própria situação de



trabalho forçado. A remediação deve levar em consideração a compreensão dos ricos em nível local, os pontos fracos e os fatores que levam ao trabalho forçado, recorrer à experiência de organizações associadas e de autoridades nacionais, bem como servir para evitar que sejam produzidos novos abusos.

Para obter mais detalhes sobre como enfrentar os riscos de trabalho forçado, consulte a referência (2).

Referências

1. Combater o trabalho forçado, manual para empregadores e empresas, 2015, OIT: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---declaration/documents/publication/wcms_101171.pdf
2. Ergon, Entender a remediação, Apresentação para Rede de agricultura sustentável (SAN) e a Alianza ISEAL, 2018: https://www.isealalliance.org/sites/default/files/resource/2019-02/Forced_Labour_Remediation_Working_Paper_0.pdf
3. Convenção 29 da OIT sobre Trabalho forçado: http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:3868738281794891::NO:12100:P12100_ILO_CODE:C029:NO
4. Convenção 105 da OIT sobre a Abolição do trabalho forçado: http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:2305803869564939::NO:12100:P12100_ILO_CODE:C105:NO
5. OIT, O custo da coerção, 2009: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---declaration/documents/publication/wcms_106268.pdf

Trabalho infantil e proteção à infância

Requisito básico Requisito de desenvolvimento

3	Produção	Aplica-se a	Ano			
3.3	Condições de trabalho					
	Trabalho infantil e proteção à infância		0	1	3	6
3.3.8	Nenhum(a) menor de 15 anos (ou da idade definida pela legislação local) é empregado(a)	Org e Membros				
3.3.9	As crianças trabalham com suas famílias, com condições estritas	Organização				
3.3.10	Os(as) menores de 18 anos não realizam trabalhos perigosos ou em condições de exploração	Org e Membros				
3.3.11	Remediação do trabalho infantil	Organização				
3.3.12	Se você identificou o trabalho infantil como um risco em sua organização, tome medidas preventivas	Org e Membros				

Por que é importante?



Mais de 108 milhões de crianças, com idades entre 5 e 17 anos, trabalham no setor agrícola em todo o mundo (4). Discriminação, exploração, abuso e pobreza são os motores impulsionadores do trabalho infantil. As meninas, principalmente, estão em desvantagem, visto que frequentemente também realizam as tarefas domésticas, seja antes ou depois de trabalhar no campo. As longas horas no campo impedem as crianças de adquirir conhecimentos e competências através da educação e da formação, que poderia ajudá-las a sair da pobreza.

Fairtrade quer acabar com o trabalho que seja prejudicial para as crianças. Uma das formas mais eficazes de evitar que as crianças comecem a trabalhar muito jovens é estabelecer uma idade mínima – Fairtrade International segue a Convenção 138 da OIT sobre a idade mínima de trabalho.

Nem todo o trabalho que realizam as crianças na agricultura é mau para elas. As tarefas que sejam adequadas para a idade da criança e que não interfiram com o tempo escolar e de lazer e que não constituam exploração ou abuso, podem permitir-lhes apoiar em seus lares, aprender e desenvolver conhecimento e competências sobre agricultura.

Nem todo o trabalho infantil é igual; existem algumas formas de trabalho infantil que são consideradas piores formas. Fairtrade International segue a Convenção 182 da OIT sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil.

O que se entende por formas inquestionavelmente piores de trabalho infantil e trabalho perigoso?

Conforme declarado no requisito 3.3.10, as formas inquestionavelmente piores de trabalho infantil e de trabalho perigoso para as crianças estão estritamente proibidas.

O termo “formas inquestionavelmente piores de trabalho infantil”, de acordo com o estabelecido pela Convenção 182 da OIT, abrange as seguintes categorias:

- Todos os tipos de escravidão ou práticas semelhantes, tais como a venda ou tráfico de crianças, servidão por dívidas ou a condição de servo(a), o trabalho obrigatório ou forçado, incluindo o recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;
- Todas as atividades que envolvam exploração sexual de crianças, como prostituição, participação em materiais pornográficos ou atuações pornográficas;
- Todo envolvimento de crianças em atividades ilícitas, em particular a produção ou tráfico de drogas;
- Trabalhos que possam prejudicar a saúde, a segurança e o bem-estar das crianças.

Exemplos de trabalho infantil perigoso, determinados nacionalmente de acordo com a Convenção 182 da OIT (e com a Convenção 138 sobre idade mínima), que são potencialmente prejudiciais:

- o trabalho que ocorre em um ambiente pouco saudável,
- as atividades que envolvam horas de trabalho excessivamente longas, horas noturnas, manipulação ou qualquer exposição a substâncias químicas tóxicas,
- o trabalho em alturas perigosas, a operação de equipamentos perigosos, e
- o trabalho que envolva castigos abusivos ou seja considerado exploração.

Não existem correções ou melhorias possíveis a nenhuma das situações de formas inquestionavelmente piores de trabalho infantil (visto que, com frequência, estão relacionadas com atos criminosos e são inaceitáveis, por sua própria existência e natureza), no entanto, podem ser feitas melhorias para situações de trabalho perigoso, por exemplo, reduzir as horas de trabalho ou aumentar a segurança. Assim, no momento de determinar se uma atividade específica é “trabalho perigoso” ou não,



é necessário considerar não apenas a natureza do trabalho, como também as circunstâncias das quais são realizados os trabalhos. Espera-se que cada país gere uma lista de trabalho infantil perigoso, que deve ser consultada e respeitada.

O que é a proteção à infância?

A proteção à infância é o termo que descreve as responsabilidades e atividades que são realizadas para evitar ou pôr fim ao abuso, exploração, abandono ou maltrato contra a criança. O abuso e o abandono infantil definem-se como todas as formas de maltrato físico ou emocional, abuso sexual, abandono ou tratamento negligente, exploração comercial ou de outra natureza que resulte em um dano real ou potencial para sua saúde, sua sobrevivência, seu desenvolvimento ou sua dignidade.

Fairtrade está comprometido com a proteção ativa das crianças diante de abusos e exploração que levam às piores formas de trabalho infantil.

A convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Infância define os seguintes princípios orientadores:

Definição de criança (Artigo 1): A Convenção define criança como todo ser humano menor de 18 anos de idade, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, a maioridade seja alcançada mais cedo. O Comitê dos Direitos da Criança, o organismo de monitoramento para a Convenção, recomenda aos estados que revisem sua maioridade, se for menor de 18 anos, e aumentem o nível de proteção para todas as crianças menores de 18 anos. De acordo com os Critérios Fairtrade, uma criança é uma pessoa menor de 18 anos de idade.

Melhores interesses da criança (Artigo 3): Os melhores interesses da criança devem ser a principal preocupação ao tomar decisões que possam afetá-las. Isso significa que todas as decisões que digam respeito à criança devem ser avaliadas e levar plenamente em conta o seu melhor interesse. Todos os adultos devem fazer o que é melhor para as crianças, refletindo as opiniões das crianças em qualquer assunto que as afetem de um ponto de vista dinâmico (Artigo 6). Quando os adultos tomam decisões para o melhor interesse da criança, devem pensar sobre como suas decisões afetarão as crianças e seus direitos. Este princípio se baseia no reconhecimento de que um adulto está em posição de tomar decisões em nome da criança somente por causa da falta de experiência e julgamento dessa criança. O princípio dos melhores interesses aplica-se, em particular, às medidas de remediação de crianças envolvidas no trabalho infantil, bem como na atribuição de orçamento, políticas e projetos destinados para protegê-las e que viabilizem seu bem-estar. As crianças têm o direito de viver com os seus pais (artigo 9) a menos que ambos pais ou o(a) tutor(a) da família violem gravemente os melhores interesses da criança.

Proteção contra qualquer forma de violência (Artigo 19): As crianças têm o direito a ser protegidas contra danos e maus tratos, físico ou mental (as crianças recebem cuidados adequados e proteção contra a violência, o abuso e o abandono de seus pais ou de qualquer outra pessoa que cuide delas).

O que devo fazer?

Você, como organização ou membro individual, não tem permitido empregar (contratar) crianças menores de 15 anos ou mais, de acordo com a idade mínima de emprego. Além disso, você, como organização ou membro individual, não pode envolver menores de 18 anos nas piores formas de trabalho infantil.



É considerada uma melhor prática ter uma Política contra o trabalho infantil e um Procedimento de proteção que estabeleçam as medidas a serem tomadas para remediar, com segurança, o trabalho infantil e para conseguir que os(as) agricultores(as), gestores(as) das propriedades, trabalhadores(as) e contratantes ou agentes de emprego conheçam a Política e o Procedimento. No entanto, se o trabalho infantil for considerado um risco em sua produção, você deve desenvolver uma política e projetos para abordá-lo, incluindo o monitoramento contínuo e repostas ao trabalho infantil. Se você tiver um sistema de controle interno funcional ou um sistema de gestão interna, pode usá-los para comprovar a existência de trabalho infantil e dar resposta.

As crianças podem ajudar seus familiares no trabalho da propriedade rural depois da escola e durante as férias. Caso o façam, devem receber a orientação de um membro adulto da família ou um(a) tutor(a), e isso não deve obstaculizar sua frequência escolar (seja por cansaço ou doença), seu desenvolvimento pessoal ou sua saúde, e o número de horas de trabalho devem estar dentro do limite razoável. O trabalho não deve, de forma alguma, prejudicar o seu desenvolvimento em geral.

As crianças acima da idade mínima de emprego e antes dos 18 anos de idade estão autorizadas a participar de formas dignas de trabalho, onde não sejam vítimas de exploração, nem de abuso. Os(as) jovens entre essas idades que procuram trabalho devem ser capazes de encontrar um emprego digno e desfrutar da oportunidade de adquirir habilidades e conhecimentos.

O que você entende por trabalho perigoso para as crianças?

É um trabalho que provavelmente prejudicará a saúde, segurança ou moral das crianças. Certas indústrias ou tipos de trabalho apresentam riscos específicos, mas qualquer forma de trabalho infantil pode conter riscos que podem prejudicar a criança, dependendo das condições de trabalho. As crianças podem estar diretamente expostas a riscos óbvios como ferramenta afiadas ou substâncias químicas venenosas. Outros riscos para os(as) trabalhadores(as) infantis podem ser menos óbvios, como o risco de abuso ou os problemas que resultam de horas de trabalho excessivas. Quanto mais perigoso for o trabalho, mais extremas serão as consequências. Nenhum(a) empregado(a) menor de 18 anos pode desempenhar trabalho potencialmente perigoso ou trabalhar durante a noite.

É responsabilidade das autoridades competentes, em consulta com as organizações de trabalhadores(as) e empregadores(as), determinar o que é perigoso no contexto nacional. Muitos países estabeleceram listas de trabalho perigoso para as crianças, mas muitos deles devem atualizar essas listas e outros ainda têm essa tarefa pendente.

As crianças podem ajudar os seus pais trabalhando para outros membros (intercâmbio de trabalho)?

Não, somente é permitido o trabalho familiar, o intercâmbio de trabalho é considerado contratação.

Você e seus membros devem garantir que crianças menores de 15 anos apenas ajudem, com condições estritas: elas devem trabalhar apenas depois da escola ou durante as férias e devem estar sob supervisão de um de seus pais ou tutor(a) para que recebam a orientação apropriada em suas tarefas. Além disso, se as crianças não recebem orientação de um de seus pais ou tutor(a) legal é muito difícil para o organismo de certificação verificar suas identidades e, assim, determinar se é um caso de trabalho infantil.



Por favor, leve em consideração que, em nenhum caso, os(as) filhos(as) de trabalhadores(as) podem acompanhar os(as) trabalhadores(as) até as propriedades para trabalhar com eles(as), já que isso é considerado emprego indireto e deve estar proibido; entretanto, os interesses da criança devem ser prioridade. Se os(as) trabalhadores(as) levam seus filhos(as) com eles(as) para as áreas de trabalho porque não têm alguém para cuidar em casa ou porque as áreas do trabalho são mais seguras do que ficar sozinho(a) em casa, a organização e seus membros devem garantir que os(as) filhos(as) dos(as) trabalhadores(as) não contribuam para o trabalho na propriedade. Eles precisam de proteção e que seu bem-estar seja levado em consideração.

O que se entende por área / produto de alto risco de trabalho infantil?

O Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, publica periodicamente uma lista chamada “Lista de bens produzidos com trabalho infantil ou com trabalho forçado” – uma lista pública de bens provenientes de outros países onde cuja produção se acredita que seja produzido com trabalho forçado ou trabalho infantil, em violação das normas internacionais.

Você pode encontrar a lista de 2018 aqui: <https://www.dol.gov/sites/dolgov/files/ILAB/ListofGoods.pdf>

Você deve estar informado sobre as leis nacionais que se aplicam ao seu caso específico. Aqui: https://www.dol.gov/sites/dolgov/files/ILAB/child_labor_reports/tda2018/ChildLaborReportBook.pdf aparecem os perfis de cada país com relação as regulamentações associadas ao trabalho infantil.

Espera-se que as organizações avaliem se há risco de trabalho infantil em seu próprio produto ou região. Em caso afirmativo, deve ser identificado como um risco no requisito 3.1.2. Nesse caso, a organização deve implementar procedimentos para evitar o trabalho infantil. Depende de a organização decidir quais ações serão realizadas. Poderia ser, por exemplo, manter registros de todos(as) os(as) trabalhadores(as) com dados relevantes (como a idade), sensibilizar os membros sobre os direitos das crianças e as regras que são aplicadas para ajudar nas propriedades familiares ou investir na educação primária para todas as crianças.

Se houve trabalho infantil no passado da organização, isso deve ser abordado abertamente por meio de uma política e um programa de remediação que evite que as crianças trabalhem e que as proteja da possibilidade de entrar em piores formas de emprego infantil.

Referências

1. Convenção C138 da OIT sobre a idade mínima:
http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:5853958683686570::NO:12100:P12100_ILO_CODE:C138:NO
2. Convenção C182 da OIT sobre as piores formas de trabalho infantil:
http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:4006753556604218::NO:12100:P12100_ILO_CODE:C182:NO
3. OIT, Perguntas e respostas sobre crianças nos trabalhos perigosos:
http://www.ilo.org/ipecc/Informationresources/WCMS_155246/lang--en/index.htm
4. OIT, Dia mundial contra o trabalho infantil 2019, folheto:
https://www.ilo.org/ipecc/Informationresources/WCMS_672566/lang--en/index.htm






Liberdade de associação e negociação coletiva

Requisito básico



Requisito de desenvolvimento



3	Produção	Aplica-se a	Ano			
3.3	Condições de trabalho					
	Liberdade de associação e negociação coletiva		0	1	3	6
3.3.13	Os trabalhadores são livres de afiliar-se a organizações de trabalhadores	Org e Membros				
3.3.14	Os trabalhadores têm autorização para reunir-se com os representantes dos sindicatos	Org e Membros				
3.3.15	Sem discriminação contra os trabalhadores sindicalizados	Org e Membros				
3.3.16	Se não houver um sindicato reconhecido e ativo em sua área, os trabalhadores são incentivados a eleger democraticamente uma organização de trabalhadores*	Org e Membros				
3.3.17	Os trabalhadores recebem capacitação para melhorar sua conscientização sobre seus direitos e obrigações*	Org e Membros				

* Estes requisitos de desenvolvimento (3.3.16 e 3.3.17) aplicam-se apenas para você ou seus membros se:

- você ou seus membros empregam mais de 10 trabalhadores(as)
- e
- pelo menos 10 de seus trabalhadores(as) trabalham mais de 30 horas por semana por, pelo menos, um mês durante um ano ou o equivalente (por exemplo, durante a época de colheita).

Por que é importante?

O direito de organizar e formar organizações de trabalhadores(as) é o requisito para uma negociação coletiva e um diálogo social sólido.

Além de ser um direito, a liberdade de associação permite aos(as) trabalhadores(as) e aos(as) empregadores(as) unir-se para proteger melhor não só seus interesses econômicos, como também suas liberdades civis tais como o direito à vida, segurança, integridade e a liberdade individual e



coletiva. Como parte integral da democracia, este princípio é crucial para poder fazer realidade todos os demais princípios e direitos fundamentais no trabalho.

A negociação coletiva é um fórum construtivo no qual são discutidas as condições de trabalho e os termos do emprego e as relações entre empregadores(as) e trabalhadores(as) ou suas respectivas organizações. Podem ajudar a antecipar problemas potenciais e estabelecer mecanismos pacíficos para tratá-los e encontrar soluções que levem em consideração as prioridades e necessidades dos empregadores(as) e dos trabalhadores(as).

O que devo fazer?

Você, como empregador(a), deve mostrar, tanto por meio da documentação quanto pela forma em que trabalha, que reconhece o direito dos(as) trabalhadores(as) a que se organizem eles(elas) mesmos(as) e a negociar como grupo suas condições de trabalho com a administração. Os sindicatos não devem encontrar obstáculos para se reunir com os(as) trabalhadores(as) e informá-los(as).

Se não houver um sindicato ativo na área, a organização e os membros incentivam aos(as) trabalhadores(as) a formarem sua própria organização de trabalhadores(as). Durante o horário de trabalho, sua organização de produtores(as) deve realizar sessões de formação para melhorar o conhecimento dos(as) trabalhadores(as) sobre os princípios do Comércio Justo Fairtrade e sobre os direitos e deveres tanto dos(as) trabalhadores(as) como do pessoal administrativo. Os(as) empregadores(as) podem tomar medidas em diferentes níveis:

No local de trabalho:

- Respeitar o direito de todos(as) o(as) trabalhadores(as) de formar e afiliar-se a sindicatos de sua escolha sem medo a represálias ou intimidação, de acordo com a legislação nacional.
- Colocar em prática políticas e procedimentos não discriminatórios relativos à organização sindical, afiliação e atividade de sindicatos em áreas como solicitação de emprego e decisões sobre melhorias, demissões ou mudanças de cargo.
- Proporcionar aos(as) representantes dos(as) trabalhadores(as) instalações apropriadas para ajudar ao desenvolvimento de um acordo coletivo efetivo.

Na mesa de negociações:

- Reconhecer as organizações representativas nos processos de negociação coletiva.
- Proporcionar aos(as) representantes sindicais acesso às pessoas que realmente estão com capacidade de tomar decisões para a negociação coletiva.
- Proporcionar a informação necessária para uma negociação construtiva.
- Tratar todas as soluções de problemas e outras necessidades de interesse para os(as) trabalhadores(as) e a administração, incluindo reestruturação e formação, procedimento de demissões coletivas, temas de saúde e segurança, procedimento de queixas e resolução de conflitos, bem como normas disciplinares.

Na comunidade:

- Levar em consideração o papel e a função das organizações nacionais de representantes de empregadores(as).
- Tomar medidas para melhorar o clima das relações trabalhadores(as)-administração, especialmente nos países sem um marco jurídico e institucional adequado para o reconhecimento dos sindicatos e da negociação coletiva.

Documentos necessários para cumprir o Critério:



- Declaração escrita do direito a afiliar-se a organizações de trabalhadores(as) e de negociação coletiva.
- Justificativa da demissão de algum(a) representante de uma organização de trabalhadores(as) (para enviar ao organismo de certificação).
- Registros de todos os contratos rescindidos.
- Registro das capacitações sobre direitos e deveres dos(as) trabalhadores(as).

Links / referências

1. Convenção 87 da OIT, sobre a liberdade sindical e a proteção do direito de sindicalização:
http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:5968714517915389::NO:12100:P12100_ILO_CODE:C087:NO
2. Convenção 98 da OIT, sobre o direito de sindicalização e de negociação coletiva:
http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:240647090079186::NO:12100:P12100_ILO_CODE:C098:NO

Condições de emprego

Requisito básico



Requisito de desenvolvimento



3	Produção	Aplica-se a	Ano			
3.3	Condições de trabalho					
	Condições de emprego		0	1	3	6
3.3.18	Os salários são pagos de acordo com as regulamentações da Convenção de negociação coletiva (CNC), onde existam, ou de acordo com salário médio regional ou de acordo com o salário mínimo oficial para ocupações semelhantes*	Org e Membros				
3.3.19	Para trabalhos baseados na produção, quotas ou por unidade, paga-se um pagamento equivalente*	Org e Membros				
3.3.20	Os pagamentos são realizados com periodicidade, estão documentados e são feitos na moeda com curso legal*	Org e Membros				
3.3.21	Medidas eficazes em relação aos(as) trabalhadores(as) subcontratados*	Org e Membros				
3.3.22	Novo 2019 Os trabalhadores têm contratos legalmente vinculativos e conhecem seus direitos*	Org e Membros				
3.3.23	Os salários aumentam gradualmente acima da média regional e do salário mínimo oficial*	Org e Membros				
3.3.24	O trabalho regular é realizado pelos trabalhadores permanentes*	Org e Membros				
3.3.25	A licença maternidade, segurança social e outros benefícios são estabelecidos de acordo com as leis nacionais ou com as regulamentações da CNC*	Org e Membros				
3.3.26	Os trabalhadores locais, migrantes, sazonais e permanentes recebem os mesmos benefícios e condições de emprego*	Org e Membros				



*Os requisitos desta seção aplicam-se apenas para você ou seus membros se:

- você ou seus membros empregam mais de 10 trabalhadores(as)
- e
- pelo menos 10 de seus trabalhadores(as) trabalham mais de 30 horas por semana por, pelo menos, um mês durante um ano ou o equivalente (por exemplo, durante a época de colheita).

Por que é importante?

Os salários, o tempo de trabalho, a organização do trabalho, a proteção da maternidade e os acordos para adaptar a vida laboral às exigências da vida fora do trabalho são elementos essenciais da relação de trabalho e da proteção dos(as) trabalhadores(as).

O que devo fazer?

Você e seus membros devem pagar salários que sejam iguais ou superiores aos estabelecidos pela legislação nacional e os acordos oficiais sobre os salários mínimos. Todos(as) os(as) trabalhadores(as) devem ter contratos de trabalho por escrito e receber salários periodicamente, de acordo com o acordado, na moeda com curso legal.

Os contratos devem conter regulamentações claras sobre licença maternidade, provisões da segurança social e benefícios monetários (férias, formação, etc.) e devem estar, pelo menos, ao mesmo nível que a legislação nacional. Os salários dos(as) trabalhadores(as) deverão ir aumentando progressivamente acima da média regional ou do salário mínimo oficial em relação com as rendas adicionais que têm a organização ou os membros por meio de Fairtrade. A administração e os(as) trabalhadores(as) devem negociar os aumentos para atingir níveis de salários dignos. Todos(as) os(as) trabalhadores(as) permanentes devem ter contratos juridicamente vinculativos e entender seu conteúdo, incluindo seus direitos, responsabilidades e salários. Vocês, como empregadores(as), não estão autorizados a oferecer contratos temporários com o objetivo de evitar proporcionar benefícios aos(as) trabalhadores(as) permanentes. Os(as) trabalhadores(as) temporários e migrantes devem ter direito aos mesmos benefícios que os(as) trabalhadores(as) permanentes. Também se aplica para trabalhadores(as) subcontratados(as).

Como a situação dos(as) trabalhadores(as) subcontratados(as) migrantes e temporários são, muitas vezes, particularmente vulnerável, é necessário implementar medidas adicionais (tais como a seleção das agências de contratação de acordo com as orientações pertinentes) para garantir que as condições de trabalho desses trabalhadores(as) também cumpram o Critério.

Referências

1. Convenção 100 da OIT sobre igualdade de remuneração:

http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:81158437850644::NO:12100:P12100_ILO_CODE:C100:NO



2. Convenção 110 da OIT relacionada com as condições de emprego dos trabalhadores das plantações:
http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:2652639710678333::NO:12100:P12100_ILO_CODE:C110:NO

Saúde e segurança no trabalho

Requisito básico



Requisito de desenvolvimento



3	Produção	Aplica-se a	Ano			
3.3	Condições de trabalho					
	Saúde e segurança no trabalho		0	1	3	6
3.3.27	<i>Novo 2019</i> Todos os trabalhadores de campo têm acesso a água potável limpa, independentemente do número de trabalhadores	Org e Membros				
3.3.28	Os processos e locais de trabalho, bem como as máquinas e os equipamentos dos locais de produção são seguros*	Org e Membros				
3.3.29	Os trabalhadores vulneráveis (menores de 18 anos, grávidas, etc.) não realizam trabalhos potencialmente perigosos*	Org e Membros				
3.3.30	Kits e equipamentos de primeiros socorros acessíveis*	Org e Membros				
3.3.31	Os trabalhadores têm acesso a banheiros próximos, limpos, com lavatórios de mãos e chuveiros limpos – os que manipulam pesticidas*	Org e Membros				
3.3.32	Os trabalhadores que realizam trabalhos perigosos recebem capacitação sobre riscos para sua saúde, para o meio ambiente e sobre como administrar acidentes*	Org e Membros				
3.3.33	Visibilidade das instruções de segurança, ao realizar trabalhos perigosos*	Org e Membros				
3.3.34	Fornecimento de equipamento de proteção individual aos trabalhadores que realizam trabalhos perigosos*	Org e Membros				
3.3.35	Os trabalhadores nomeiam um representante responsável pelas questões de saúde e segurança*	Org e Membros				
3.3.36	Medidas para melhorar as condições de saúde e segurança*	Org e Membros				

* Os requisitos de 3.3.28 até 3.3.36 aplicam-se apenas para você ou seus membros se:

- você ou seus membros empregam mais de 10 trabalhadores(as)
- e
- pelo menos 10 de seus trabalhadores(as) trabalham mais de 30 horas por semana por, pelo menos, um mês durante um ano ou o equivalente (por exemplo, durante a época de colheita).

Leve em consideração que o 3.3.27 aplica-se para todas as organizações de produtores(as).



Por que é importante?

Em todas as ocupações, os(as) trabalhadores(as) podem enfrentar uma série de perigos no local de trabalho. O trabalho na agricultura pode representar ameaças para a saúde por muitos motivos, como o uso de produtos químicos, máquinas de processamento e ferramentas afiadas e exposição a condições meteorológicas extremas. Os acidentes e os danos não causam somente sofrimento pessoal, como também importantes custos para o(a) empregador(a) pelo tempo improdutivo dos(as) trabalhadores(as) doentes(as) e pelos sistemas de saúde nacionais. A saúde e segurança no trabalho abrange um amplo leque de perigos no local de trabalho, desde a prevenção de acidentes até perigos mais insidiosos, incluindo gases tóxicos, póis, ruído, calor, estresse, etc. Prevenir as doenças e acidentes relacionadas com o trabalho deve ser o objetivo dos programas de saúde e segurança no trabalho, em vez de tratar resolver problemas depois que tenha sido produzido.

O que devo fazer?

Você deve trabalhar para reduzir, na medida do possível, o risco para a saúde e segurança de agricultores(as), membros e trabalhadores(as). As mulheres que estejam grávidas ou amamentando, os(as) empregados(as) menores de 18 anos e aqueles(as) com problemas de saúde graves não devem desempenhar tarefas potencialmente perigosas. Deve ter equipamentos de primeiros socorros adequados. O pessoal deve ter acesso à água potável, serviços, instalações para lavar as mãos e chuveiros.

É nomeado(a) um(a) representante dos(as) trabalhadores(as) para que possa tratar de temas de saúde e segurança e discuta tais temas com o(a) empregador(a). Proporciona-se capacitação, roupa e equipamentos adequados para garantir que o trabalho seja realizado de forma segura. Toda a informação sobre saúde e segurança é colocada à disposição dos(as) agricultores(as) e trabalhadores(as) com uma linguagem direta e, se possível, com imagens adequadas que ilustrem os requisitos.

Para manter o lugar de trabalho seguro, é importante expor a informação de segurança adequada e melhorar as condições gerais de saúde e segurança. É essencial identificar os riscos aos quais podem estar expostos(as) os(as) trabalhadores(as) em uma determinada situação. A seguinte tabela pode servir como ponto de partida para reconhecer os riscos no local de trabalho:

Exposição	Efeito na saúde	Especificidade da agricultura
Tempo, clima	Desidratação, câibras provocadas pelo calor, insolação ou golpes de calor, câncer de pele.	A maior parte das operações agrícolas ocorre no exterior.
Serpentes, insetos	Mordidas ou picadas mortais ou causadoras de ferimentos.	A proximidade tem como resultado uma alta incidência de casos.



Ferramentas afiadas, equipamento agrícola	Lesões que podem variar de um corte à morte; perda auditiva por máquinas ruidosas.	A maior parte das situações das propriedades requerem uma variedade de habilidades para as quais os(as) trabalhadores(as) dispõem de pouca capacitação formal, há poucos controles sobre os perigos relacionados com as ferramentas e o equipamento.
Trabalho físico, transporte de cargas	Numerosos tipos (geralmente não relatados) de disfunções musculoesqueléticas, particularmente alterações dos tecidos moles, por exemplo, dor nas costas.	O trabalho agrícola envolve condições difíceis e incomodas e o transporte contínuo de cargas excessivas.
Pesticidas	Envenenamentos agudos, efeitos crônicos como neurotoxicidade, efeitos reprodutivos e câncer.	Nos países em desenvolvimento, os produtos mais perigosos são usados com equipamento de proteção individual (EPI) mínimo.
Pós, fumaças, gases, partículas	Irritação dos olhos e das vias respiratórias, reações alérgicas, doenças respiratórias como asma, doença pulmonar obstrutiva crônica e aviolete alérgica extrínseca.	Os(as) trabalhadores(as) agrícolas estão expostos(as) a uma ampla gama de pós e gases procedentes da decomposição de material orgânico, em ambientes com poucos controles de exposição e uso limitado do EPI em climas quentes.
Vetores de doenças e agentes biológicos	<p>Doenças de pele como infecções por fungos, reações alérgicas e dermatoses.</p> <p>Doenças parasitárias como esquistossomose, malária, doença do sono, leishmaniose, áscaris e ancilostomíase.</p> <p>Doenças relacionadas com os animais ou zoonoses, como antraz, tuberculose bovina e raiva (pelo menos 40 das 250 zoonoses são doenças de trabalho na agricultura).</p> <p>Câncer, como o câncer de bexiga causado pela bilharziasse urinária, contraída por trabalhar em áreas inundadas no norte da África e África Subsariana.</p>	<p>Os(as) trabalhadores(as) estão em contato direto com os patógenos ambientais, fungos, animais infectados e plantas alergênicas.</p> <p>Os(as) trabalhadores(as) estão em contato próximo com parasitas no solo, esgotos/águas residuais, ferramentas sujas e moradias rudimentares.</p> <p>Os(as) trabalhadores(as) estão em contato contínuo e próximo com animais durante a criação, manutenção e abate.</p> <p>Os(as) trabalhadores(as) agrícolas estão expostos(as) a um coquetel de agentes biológicos, pesticidas e fumaça de diesel, todos eles ligados ao câncer.</p>

Kits de primeiros socorros:



Primeiro, você deve garantir que os kits de primeiros socorros contenham materiais adequados e suficientes para fornecer primeiros socorros básicos, especialmente para hemorragias, fraturas ou esmagamentos dos ossos, queimaduras simples, lesões nos olhos e feridas menores. Os conteúdos desses kits devem corresponder com as habilidades e necessidades do pessoal de primeiros socorros, à disponibilidade de um médico ou outro pessoal de saúde e a proximidade de uma ambulância ou um serviço de emergência.

Um kit de primeiros socorros relativamente simples inclui, com frequência, o seguinte:

- Curativos adesivos estéreis embalados individualmente
- Curativos (e curativos hemostáticos, quando apropriado)
- Uma variedade de curativos para feridas
- Compressas de gaze esterilizadas para queimaduras
- Pensos oculares estéreis para os olhos
- bandagens triangulares
- alfinetes (alfinetes de segurança)
- tesouras
- solução antisséptica
- algodão
- luvas descartáveis para lidar com sangue
- um cartão com instruções de primeiros socorros

Links / referências

1. Convenção 155 da OIT sobre saúde e segurança no trabalho:

http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:4077794078828488::NO:12100:P12100_ILO_CODE:C155:NO



4. Negócios e desenvolvimento

4.1 Desenvolvimento potencial

Requisito básico Requisito de desenvolvimento

4	Negócios e desenvolvimento	Aplica-se a	Ano			
4.1	Desenvolvimento potencial		0	1	3	6
4.1.1	Novo 2019 Elaborar e começar a implementar um processo para inventariar e analisar as necessidades de desenvolvimento de sua organização	Organização				
4.1.2	Planejar e documentar, pelo menos, uma atividade com a intenção de promover o progresso de seu negócio, organização, membros, trabalhadores, comunidade e/ou meio ambiente (Plano de desenvolvimento Fairtrade)*	Organização				
4.1.3	O plano beneficia a todos os membros da organização (para organizações de 2° e 3° grau)	Organização				
4.1.4	Novo 2019 Você inclui no Plano de desenvolvimento Fairtrade todas as atividades que planejou financiar com o Prêmio Fairtrade	Organização				
4.1.5	Sistema para distribuir as rendas Fairtrade (Preço e Prêmio) entre as diferentes organizações membros (para organizações de 2° e 3° grau)*	Organização				
4.1.6	Novo 2019 Auditoria financeira externa do Prêmio Fairtrade (se o Prêmio for superior a 150.000 EUR/USD)	Organização				
4.1.7	Submeter o Plano de desenvolvimento Fairtrade para aprovação da Assembleia geral	Organização				
4.1.8	Sistema de contabilidade que controle os gastos do Plano de desenvolvimento Fairtrade e do Prêmio Fairtrade	Organização				
4.1.9	Incluir no Plano de desenvolvimento Fairtrade uma nova atividade, depois de concluída	Organização				
4.1.10	Novo 2019 Informar, pelo menos uma vez por ano, sobre o uso do Prêmio Fairtrade	Organização				
4.1.11	Novo 2019 Administrar os fundos do Prêmio de maneira responsável	Org e Membros				
4.1.12	Informar sobre os resultados do Plano de desenvolvimento Fairtrade para a Assembleia geral, a cada ano	Organização				
4.1.13	Os trabalhadores também são beneficiados com o Prêmio Fairtrade	Organização				
4.1.14	Convidar os representantes dos trabalhadores da Assembleia geral (se houver em sua organização)	Organização				
4.1.15	Incluir uma atividade em seu Plano de desenvolvimento Fairtrade para manter as práticas de produção sustentáveis dentro de seu ecossistema	Organização				

* Nota: Dos requisitos 4.1.2 até 4.1.15 aplicam-se apenas quando sua organização tenha vendido em termos Fairtrade e tenha recebido o Prêmio Fairtrade.



Por que é importante?

O Comércio Justo Fairtrade visa gerar empoderamento e desenvolvimento de forma direta para as organizações de produtores(as), seus membros, famílias e trabalhadores(as). Os(as) trabalhadores(as) empregados(as) pela organização de produtores(as) ou por seus membros, bem como a comunidade que os rodeia, também devem se beneficiar da participação em Fairtrade, através de seus salários, melhores condições de trabalho e serviços comunitários, por exemplo.

O que é o Prêmio Fairtrade?

O Prêmio Fairtrade é uma quantia em dinheiro adicional que se paga à organização de produtores(as) além do preço por seus produtos e que serve como ferramenta para o empoderamento e desenvolvimento sustentável desde o ponto de vista socioeconômico e ambiental.

Qual é o objetivo do Plano de desenvolvimento Fairtrade?

As organizações de pequenos produtores têm muitas necessidades de vários tipos, com recursos limitados, é difícil decidir onde investir primeiro para fazer o melhor uso do Prêmio e tirar o máximo proveito de seu impacto. É importante seguir um processo de planejamento adequado, onde você tenha uma visão geral e reflita sobre os efeitos de um investimento a longo prazo. O Plano de desenvolvimento Fairtrade é um documento que reflete como sua organização de produtores(as) pretende usar o Prêmio Fairtrade (ou outras fontes de financiamento, se houver). Desenvolver este plano ajudará a sua organização a investir estrategicamente de maneira que isso contribua a alcançar seus objetivos de desenvolvimento de longo prazo.

No mínimo, o Plano de desenvolvimento Fairtrade deve incluir uma ou mais atividades que sua organização de produtores(as) planeja financiar com o Prêmio Fairtrade, com a intenção de promover o progresso do negócio, da organização, dos membros, dos(as) trabalhadores(as), da comunidade e do meio ambiente.

Nota: Você cria um Plano de desenvolvimento Fairtrade somente após ter vendido em termos Fairtrade e recebido o Prêmio Fairtrade.

O que devemos incluir no Plano de desenvolvimento Fairtrade?

Os Critérios Fairtrade não estipulam o modo em que as organizações de produtores(as) devem usar o Prêmio Fairtrade. No entanto, os Critérios Fairtrade sim exigem que a seleção de projetos e a administração do dinheiro do Prêmio Fairtrade sejam realizadas por meio de processos democráticos, participativos e transparentes. Isso significa que você deve informar para os membros sobre os planos e resultados reais com o Prêmio Fairtrade e que todos(as) possam dar sua opinião sobre o que deveria ser feito com o Prêmio Fairtrade. Se você é uma organização de produtores(as) de segundo ou terceiro grau, você deve garantir que seu Plano de desenvolvimento Fairtrade beneficie a todas as organizações membros Fairtrade e deve documentar seu sistema de alocação.

Recomenda-se que você estabeleça parâmetros de seleção para decidir o modo de alocar esses fundos. Embora sua organização de produtores(as) seja livre para escolher como investir os fundos do Prêmio Fairtrade, Fairtrade aconselha você a pensar sobre as áreas de prioridade estratégicas na seguinte ordem:

Prioridades estratégicas de Fairtrade para o Plano de desenvolvimento Fairtrade

1. Sustentabilidade da organização

Uma organização de pequenos produtores tem necessidades de vários tipos e, para priorizar os investimentos, é importante prever seus efeitos a longo prazo. Com frequência, é necessário fortalecer uma organização antes de que ela possa servir eficazmente a seus membros e comunidades vizinhas. Uma organização forte está melhor posicionada para administrar os negócios com eficiência em nome de seus membros, pois quanto mais rentável for o negócio, mais valores pode criar a organização para seus membros. Portanto, é considerada uma boa prática, ao atribuir o Prêmio, dar prioridade aos recursos que fortalecem sua organização para que possa servir de forma eficaz para seus membros, trabalhadores(as) e comunidades. Os investimentos na sustentabilidade da organização estão em primeiro lugar, depois os investimentos para melhorar o nível de vida dos membros e, finalmente, os investimentos comunitários.

2. Nível de vida dos membros

O bem-estar dos membros é a razão de ser de uma organização de produtores(as), espera-se que os(as) pequenos(as) produtores(as) Fairtrade deem passos firmes em direção a meios de vida sustentáveis, expressos em rendas dignas provenientes da agricultura sustentável. Se a propriedade não gera rendimento líquido necessário para propiciar um nível de vida decente para a família, não pode ser investida em manter a produtividade em níveis adequados. A menos que sua organização de produtores(as) seja capaz de responder satisfatoriamente às necessidades e expectativas de seus membros, senão a lealdade dos membros com sua organização irá enfraquecer, o que, por sua vez, é uma ameaça para sua sustentabilidade. A reciprocidade é necessária entre o fortalecimento da organização e sua capacidade de servir aos membros adequadamente. Assim, uma segunda prioridade para o Prêmio Fairtrade deve ser os membros e seus meios de subsistência.

3. Bem-estar da comunidade

Como os membros e seus trabalhadores(as) formam parte de uma comunidade maior, responder às necessidades da comunidade local também beneficia as famílias dos membros e trabalhadores(as), seja de maneira direta ou indiretamente. Sem necessidades básicas atendidas, as comunidades não podem prosperar, sua organização de produtores(as) deve considerar investir nas necessidades da comunidade, uma vez que os negócios mostrem rendimentos estáveis e seus membros percebam rendimentos dignos.

Neste quadro, você pode pensar em criar parâmetros mais detalhados para cada nível, garantindo que estejam de acordo com sua missão, valores e ambição, ou seja: fomentar o espírito empresarial, empoderar os(as) produtores(as), buscar autonomia comercial, promover a equidade de gênero e a inclusão da juventude, a solidariedade, a inclusão (não deixar ninguém para trás), a responsabilidade social e o cuidado do ambiente.



Nota 1: Como podem ocorrer eventos inesperados potencialmente mortais, resulta sensato reservar alguns fundos para respostas às emergências.

Nota 2: Em casos excepcionais, pode ser necessário usar o Prêmio para cobrir gastos de funcionamento da organização. Isso é um sinal claro de uma prática de negócio não sustentável e só deve ser permitido como medida temporária (ou seja, até dois anos).

Aqui estão alguns exemplos de parâmetros de seleção que você pode considerar:

Área de impacto	Exemplos de parâmetros de seleção
Sustentabilidade da organização	<ul style="list-style-type: none">• Probabilidade de resultados bem sucedidos• Incentivos econômicos externos esperados para os membros• Baixo risco• Possibilidade de cofinanciamento
Nível de vida dos membros	<ul style="list-style-type: none">• Máximo impacto na renda• Possível alcance mais amplo ou aplicação da discriminação positiva• Princípio de solidariedade• Maior rentabilidade possível (benefícios das economias de escala)• Impacto duradouro e/ou sustentabilidade dos fundos (implementação de fundos renováveis)
Bem-estar da comunidade	<ul style="list-style-type: none">• Número máximo de mulheres beneficiadas• As áreas mais pobres e desfavorecidas devem receber atenção primeiro• Satisfação das necessidades básicas em primeiro lugar• Impactos duradouros acima de benefícios de curto prazo

Fonte: Fairtrade International (1)

Depois de definir seus parâmetros para estabelecer prioridades, você pode proceder a realizar uma identificação de necessidades (4.1.1 – exigido para ano 1), cujos resultados você deve levar em consideração no momento de decidir seu Plano de desenvolvimento Fairtrade.

O que é uma identificação de necessidades?

É um procedimento que coleta sistematicamente as necessidades de desenvolvimento de sua organização. As seguintes etapas ajudarão você a identificar as necessidades em cada nível.

Etapa 1: Analisar se sua organização é suficientemente sustentável para garantir sua viabilidade a longo prazo. Você pode verificar por meio das seguintes perguntas:

Sustentabilidade financeira:

- Você é financeiramente independente do financiamento de doadores para suas operações atuais?
- Você tem acesso a recursos financeiros suficientes para comprar a produção de seus membros?
- Você tem benefícios?



Capacidade produtiva:

- Você tem suficientes volumes para comercializar internacionalmente?
- Seu produto atende aos requisitos de qualidade do mercado?
- Você é proprietário de ou tem acesso à infraestrutura que precisa?

Capital social:

- Seus membros (ativos) crescem?
- Seus membros são leais à organização?
- Os jovens estão envolvidos em sua organização?

Capacidades e competências de liderança e administração:

- Você tem as competências e capacidades requeridas em termos de gestão de negócios?
- Sua estrutura de governança é transparente e inclusiva?
- Você prepara a renovação da liderança?

Mercado:

- Você tem suficientes compradores para seu produto?
- Você está em posição de negociar seus contratos em termos satisfatórios?

Se sua resposta a qualquer uma das perguntas acima for “não”, a viabilidade de sua organização poderia estar em risco e deve ser tratada como prioridade.

Etapa 2: Consultar com os membros e suas famílias para ouvir suas necessidades e expectativas sobre a organização. Já que alcançar meios de vida sustentáveis é um objetivo fundamental de Fairtrade, é importante analisar o que se pode fazer para melhorar as rendas dos membros, seja reduzindo seus gastos ou gerando rendas superiores. Você pode avaliar a sustentabilidade dos meios de subsistência de seus membros através das seguintes perguntas:

Rentabilidade da propriedade:

- Você tem rendimentos adequados?
- A eficiência pode ser aumentada para reduzir os gastos da produção?
- Existem possibilidades de adicionar valor a nível de propriedade, ou seja, melhorar a qualidade ou através do processamento?
- Você administra sua propriedade como um negócio?
- As rendas de sua propriedade são suficientes para reinvestir em medidas de produtividade?
- Você ganha renda digna?
- Você pode pagar salários dignos para seus trabalhadores(as)?

Resiliência da propriedade:

- Você adotou práticas agrícolas sustentáveis?
- Sua propriedade é diversificada ou depende de um único cultivo / fonte de renda?
- Até que ponto sua propriedade é resiliente aos riscos climáticos?

Serviços para os membros e suas famílias:

- Você proporciona assistência técnica para seus membros?



- Você proporciona insumos a preços competitivos para seus membros?
- Você proporciona empréstimos para seus membros para investimos na propriedade?
- Você oferece serviços que contribuem para melhorar os níveis de vida de sus membros?
- Você dirige algum de sus serviços especificamente para mulheres e/ou jovens?
- Esses serviços respondem adequadamente às necessidades de seus membros?

Somente os meios de subsistência sustentáveis podem garantir um futuro para os(a) pequenos(as) agricultores(as). As organizações de pequenos produtores desempenham um papel importante na melhoria das rendas dos(as) pequenos(as) agricultores(as) através da criação de economias de escala, a possibilidade de maiores benefícios, a redução de custos através dos volumes, a mobilização de fundos e/ou a prestação de serviços em espécie. O Prêmio Fairtrade pode ser decisivo para financiar estas iniciativas, que vão desde construir plantas de fertilizantes orgânicos até proporcionar assistência técnica, preparar viveiros para renovação dos cultivos, implementar controle de qualidade ou investir em uma instalação de processamento para agregar valor.

Etapa 3: Consultar com mulheres e homens das comunidades vizinhas para identificar suas necessidades. Isso deve ser feito por meio da organização de reuniões ou pesquisas comunitárias, de preferência com homens e mulheres separadamente para entender as realidades específicas de cada gênero; as perguntas podem ser:

Necessidades básicas:

- Suas necessidades básicas (comida, moradia, roupa) estão cobertas?
- Você tem acesso às escolas e serviços médicos acessíveis?
- Você tem acesso adequado a água, instalações sanitárias e eletricidade?
- Você tem acesso aos meios de comunicação e ao transporte público?

Minorias e grupos desfavorecidos:

- Existem necessidades urgentes específicas identificadas pelas mulheres?
- Existem em sua comunidade grupos / pessoas desfavorecidas que requerem atenção específica?

Ambiente:

- Existem riscos ambientais (ou seja, inundações, contaminação da água, desmatamento) que ameacem a comunidade e que você possa evitar ou mitigar?

Como posso realizar uma avaliação das necessidades participativa?

Para ter uma ideia geral correta das necessidades dos membros de diferentes perspectivas, é importante ir até as famílias, perguntar sobre suas preocupações e necessidades e criar espaços onde todos(as) possam compartilhar suas opiniões, ideias e sugestões. Isso reduz a distância – tanto física como mental – que possa existir entre os(as) líderes de uma organização e seus membros. A participação ativa dos membros acentua seu sentido de pertença e, portanto, seu compromisso com a organização.

Ao mesmo tempo, você deverá ser transparente ao comunicar as prioridades estratégicas da organização e das limitações orçamentárias do Prêmio, como um modo de gerenciar as expectativas.



Existem muitas maneiras de realizar uma avaliação das necessidades entre os membros e o enfoque mais apropriado para você dependerá do tamanho, da estrutura de comunicação e dos mecanismos em funcionamento, da distribuição geográfica e da diversidade dos membros, dos meios e recursos disponíveis, da cultura, etc., de sua organização. No entanto, é importante ser inclusivo e certificar-se de ouvir os diferentes pontos de vista, por exemplo, uma perspectiva de gênero e geracional. Portanto, você precisa se comprometer de alguma forma com os diferentes membros das famílias, o que significa que, talvez, deverá preparar reuniões independentes com mulheres ou jovens de maneira que todos(as) se sintam cômodos(as) e não inibidos na hora de se expressar.

Possíveis mecanismos de consulta:

- Pesquisas aos membros
- Reuniões e debates por grupos / grupos focais
- Visitas a casas
- Workshops/Oficinas
- Caixas de sugestões

Que aspecto tem um Plano de desenvolvimento Fairtrade?

Fairtrade International propõe um Plano de desenvolvimento Fairtrade que você pode ver neste link: https://files.fairtrade.net/standards/2015-07-01_EN_Fairtrade-Planning-and-Reporting-templates-SPO.pdf

Este modelo pretende ajudar os(as) produtores(as) a cumprir com os requisitos deste capítulo e é um guia útil para completar o plano. Recomenda-se seu uso, embora não seja obrigatório. Você pode utilizar suas próprias ferramentas para planejar e informar, desde que incluam todos os elementos necessários.

No mínimo, o Plano de desenvolvimento Fairtrade (PDF) deve incluir todas as atividades financiadas com o Prêmio Fairtrade. Se você achar que o plano é uma ferramenta útil de planejamento, é recomendável incluir as atividades financiadas com outras fontes (financiamento externo ou da organização).

O modelo de PDF tem duas seções, a seção de planejamento (seção A) e a seção de informação (seção B). Você pode usar a seção B para informar sobre todas as atividades incluídas na seção A. Se finalmente resultar que as atividades não são realizadas conforme planejado, isso não gera uma não conformidade, desde que haja uma justificativa e o orçamento se ajuste (as mudanças devem ser informadas e aprovadas na Assembleia geral – ver seção abaixo para mais detalhes sobre o relatório).

No ano 3, você deve incluir uma atividade que beneficie aos(as) trabalhadores(as) e também deve convidá-los(as) a participar da Assembleia geral (4.1.14 e 4.1.15 – ambos requisitos de desenvolvimento). No ano 6, você deve incluir uma atividade que contribua para manter ou melhorar as práticas de produção sustentáveis (4.1.16 – requisito de desenvolvimento).

Quem aprova o Plano de desenvolvimento Fairtrade?

Antes de começar a gastar o dinheiro do Prêmio Fairtrade, sua Assembleia geral deve aprovar o Plano de desenvolvimento Fairtrade. Então, uma vez que você tenha realizado as atividades, deve atualizar o Plano e incluir, pelo menos, uma nova atividade para o uso futuro do Prêmio Fairtrade – o novo Plano também deve ser aprovado pela Assembleia geral.



A partir do ano 3 da certificação, você deve informar os resultados do Plano de desenvolvimento Fairtrade para a Assembleia geral a cada ano e documentar a apresentação. No relatório você deve responder às seguintes perguntas:

- As atividades foram realizadas sim / não? Se não, por quê?
- Quando?
- A que custo?
- Os objetivos foram alcançados ou foram necessárias mais ações?

O objetivo deste relatório é permitir que sua organização de produtores(as) avalie o sucesso do seu Plano de desenvolvimento Fairtrade e entender os desafios que teve que enfrentar.

Recomenda-se que as organizações maiores tenham um Comitê do Prêmio. Não é obrigatório, mas pode ajudar a melhorar a participação na concepção do Plano de desenvolvimento Fairtrade e na tomada de decisões sobre o uso do Prêmio. A função do Comitê do Prêmio pode incluir:

- gestão do Prêmio Fairtrade;
- apoio ou organização de consultas com os membros e avaliação das necessidades;
- desenvolvimento de propostas e orçamentos para o uso do Prêmio e apresentação na Assembleia geral;
- monitoramento da implementação do uso do Prêmio; e
- prestação de contas à Assembleia geral sobre o uso do Prêmio.

Como posso garantir que os fundos do Prêmio Fairtrade sejam administrados de maneira responsável e transparente?

Você deve ter um sistema de contabilidade que reflita com transparência os gastos do Plano de desenvolvimento Fairtrade – e em particular do Prêmio Fairtrade.

Administrar os fundos de maneira responsável significa que você aloca os fundos de acordo com o Plano de desenvolvimento Fairtrade aprovado e que você não se envolve em atos de favoritismo ou fraude. Exemplos de favoritismo e fraude (engano intencional para benefício pessoal) incluem: recompensas especiais para alguns membros, ofertas de projetos previamente ajustados, que constituam um desperdício ou que não sejam rentáveis e favoritismo na seleção de projetos.

Se você tiver um Comitê do Prêmio (veja acima) é uma boa prática envolver o comitê para garantir que os fundos são administrados de maneira responsável.

Se o Prêmio Fairtrade que sua organização de produtores(as) recebeu no último ano foi superior aos 150.000 EUR/USD, você deve contratar uma organização independente para realizar uma auditoria financeira de sua conta do Prêmio Fairtrade.

Para conhecer sugestões sobre como usar o dinheiro do Prêmio, você pode consultar a Lista de ideias para o Plano de desenvolvimento Fairtrade International (2). Pode utilizar esta lista para gerar ideias, mas é recomendável que as organizações estabeleçam suas próprias prioridades de acordo com sua situação específica e a de seus membros.

Referências

1. Fairtrade International, Caderno para o desenvolvimento da organização de pequenos produtores, 2016: https://files.fairtrade.net/2016_SPODevelopment_Workbook_online_EN.pdf



2. Fairtrade International, Lista de ideias para o Plano de desenvolvimento Fairtrade, 2011:
http://www.fairtrade.net/fileadmin/user_upload/content/2009/standards/documents/generic-standards/2011-05-10_List_of_Ideas_FDP_SPO_EN_final.pdf

4.2 Democracia, participação e transparência

Requisito básico

Requisito de desenvolvimento

4	Negócios e desenvolvimento	Aplica-se a	Ano			
			0	1	3	6
4.2	Democracia, participação e transparência		0	1	3	6
4.2.1	Novo 2019 A estrutura de sua organização tem uma Assembleia geral, direitos de voto iguais para todos os membros, um Conselho de administração, funções independentes do Conselho e da gerência.	Organização				
4.2.2	Novo 2019 Definir regras claras sobre afiliação e coleta de informação sobre os membros	Organização				
4.2.3	Novo 2019 Respeitar suas próprias regras	Organização				
4.2.4	Realizar uma Assembleia geral uma vez por ano	Organização				
4.2.5	Informar os membros em tempo hábil quando será realizado a Assembleia geral	Organização				
4.2.6	Redigir atas da Assembleia geral, estas atas terão a assinatura do responsável do Conselho.	Organização				
4.2.7	Submeter à aprovação da Assembleia geral tanto o relatório anual, bem como os orçamentos e a contabilidade.	Organização				
4.2.8	Pelo menos uma pessoa gerencia a administração e a contabilidade	Organização				
4.2.9	Registros e livros disponíveis para os membros	Organização				
4.2.10	Conta bancária com mais de um signatário	Organização				
4.2.11	Novo 2019 Estabelecer um comitê de vigilância para supervisionar a administração geral da organização (inclusive o uso do Prêmio) em nome dos membros	Organização				
4.2.12	Novo 2019 Os não membros no Conselho apenas tem função de assessoria	Organização				
4.2.13	Novo 2019 Compartilhe os resultados da auditoria com os membros, após cada auditoria	Organização				
4.2.14	Explique aos membros sobre as maneiras pelas quais você pode participar da organização, para que tenham mais controle sobre ela	Organização				

Por que é importante?

As organizações de pequenos produtores no sistema Fairtrade são cooperativas, associações ou outro tipo de organizações, que se baseiam nos princípios da democracia, participação e transparência, para atender às necessidades comuns dos seus membros e de toda a comunidade. Os laços estreitos de solidariedade entre os(as) pequenos(as) agricultores(as) são a base do desenvolvimento de organizações rurais sólidas, onde os(as) pequenos(as) produtores(as) adquirem autoconfiança e



conhecimentos para estudar seus próprios problemas, tomar decisões informadas e agir de maneira coletiva.

É essencial que as organizações de pequenos(as) produtores(as) Fairtrade tenham estruturas democráticas, regras claras e uma administração transparente, o que permitirá que tanto os membros como a gerência participar ativamente na formulação de políticas e na tomada de decisões e ter o controle efetivo sobre a administração da organização. Isso possibilita as organizações de produtores(as) facilitar o desenvolvimento social e econômico dos membros, garantir que os benefícios de Fairtrade cheguem aos membros e desenvolver seu sentido de pertença à organização.

“Uma organização de pequenos(as) produtores(as) é tão forte como seus membros. Se os membros são fortes, seus líderes também serão. Portanto, desenvolver membros com base forte e empoderada é crucial para garantir a sustentabilidade da organização.” (3)

O que devo fazer?

Você deve implementar o seguinte:

- Regras e normas, como uma constituição, estatutos e/ou políticas internas
- Uma estrutura da organização clara que inclua:
- Assembleia geral
- Um Conselho de administração eleito democraticamente
- Uma separação clara entre o Conselho e a gerência
- Uma administração transparente
- Um Comitê de vigilância / órgão supervisor
- Procedimentos claros que facilitem a participação dos membros

O que é uma constituição?

Uma constituição é um documento legal que descreve as regras internas de uma organização. As regras devem estar de acordo com o marco regulatório correspondente: por exemplo, uma cooperativa deve cumprir a lei sobre cooperativas do país em que opera, da mesma forma, que outras formas de organização têm seus próprios marcos regulatórios que fazem cumprir os princípios de solidariedade, democracia e transparência.

A constituição e os estatutos constituem a espinha dorsal de uma organização, pois definem a estrutura operacional. Se adequadamente redigidos, proporcionam uma direção transparente para o bom funcionamento da organização e para a maneira em que os diferentes órgãos interagem e se comunicam.

As regras e normas internas, desde que reflitam genuinamente a forma como funciona a organização, são uma ferramenta importante para reforçar a boa governança e servir de guia geral para suas operações. Dessa forma, elas descrevem os processos internos para convocar a uma assembleia, realizar eleições e tomar decisões, fornecem clareza sobre a distribuição de funções e responsabilidade e sobre a demarcação de poderes dentro da organização e definem quem pode ser membro e quais são os direitos e deveres dos membros.

Portanto, é fundamental que os membros conheçam o conteúdo da constituição e os estatutos e que a prática da organização corresponda com eles.

Sua constituição deve definir claramente, pelo menos o seguinte:



- O objetivo e as principais atividades de sua organização
- As condições para aceder aos membros, seus direitos e deveres e quem decide sobre a admissão ou exclusão
- A estrutura da organização com uma assembleia geral de membros como a autoridade suprema para a tomada de decisões
- A forma em que os membros são representados por delegados, se aplicável
- Os poderes e responsabilidades dos órgãos de governança, incluindo o Conselho de administração e o órgão supervisor
- Os procedimentos a serem seguidos nas eleições para os órgãos de governança, sua composição e os termos das obrigações
- A frequência das reuniões e a maneira de organizá-las
- Os procedimentos disciplinares e as sanções
- A forma em que o capital da organização cresce e é usado, incluindo as quotas de afiliação e as reservas
- Os procedimentos para reformar a constituição
- Os passos para a dissolução e o que acontece com o patrimônio

Os estatutos e políticas podem complementar a constituição com regulamentos internos e procedimentos operacionais mais detalhados.

O que é uma política?

Uma política é uma declaração que orienta sobre as ações a serem realizadas para alcançar os objetivos de uma organização. É reflexo da filosofia como base da organização. A política estabelece as bases para uma tomada de decisão sólida e permite delegar tarefas operacionais. A política pode abranger todos os aspectos das atividades e relações da organização, a nível interno e externo. Uma organização pode ter políticas que regulam, por exemplo, o equilíbrio de gênero na composição da administração e na renovação da liderança. As políticas devem estar escritas, receber a aprovação do Conselho de administração e ser de conhecimento da organização. Devem ser revisadas periodicamente para determinar se ainda são relevantes ou precisam de atualização.

O que é uma Assembleia geral?

Uma Assembleia geral é o órgão máximo de decisão onde os membros debatem e tomam as principais decisões (com direitos de votos iguais para todos os membros). Na Assembleia geral, os membros podem votar diretamente ou através de um sistema de delegados eleitos, se assim desejar. O sistema se baseia no princípio de que cada membro ou organização tem um número igual ou proporcional de delegados. As organizações de segundo e terceiro grau são controladas democraticamente por seus membros diretos, que estão legalmente constituídos e legalmente associados a organizações de primeiro ou segundo grau. Também há Conselhos de administração eleitos democraticamente a nível de segundo e terceiro grau. A Assembleia geral controla o Conselho de administração, que, por sua vez, controla a gerência e o pessoal.

Uma Assembleia geral deve ser realizada, pelo menos, uma vez por ano e você deve informar aos seus membros com antecedência, de maneira que participem a maior quantidade possível. No mínimo, em cada Assembleia geral você deve:

- debater e tomar decisões sobre os temas / questões mais importantes,
- manter um registro dos participantes,
- lavrar atas (assinadas pelo presidente do Conselho e, pelo menos, outro membro),
- apresentar os orçamentos anuais, os relatórios e as contas para aprovação, e

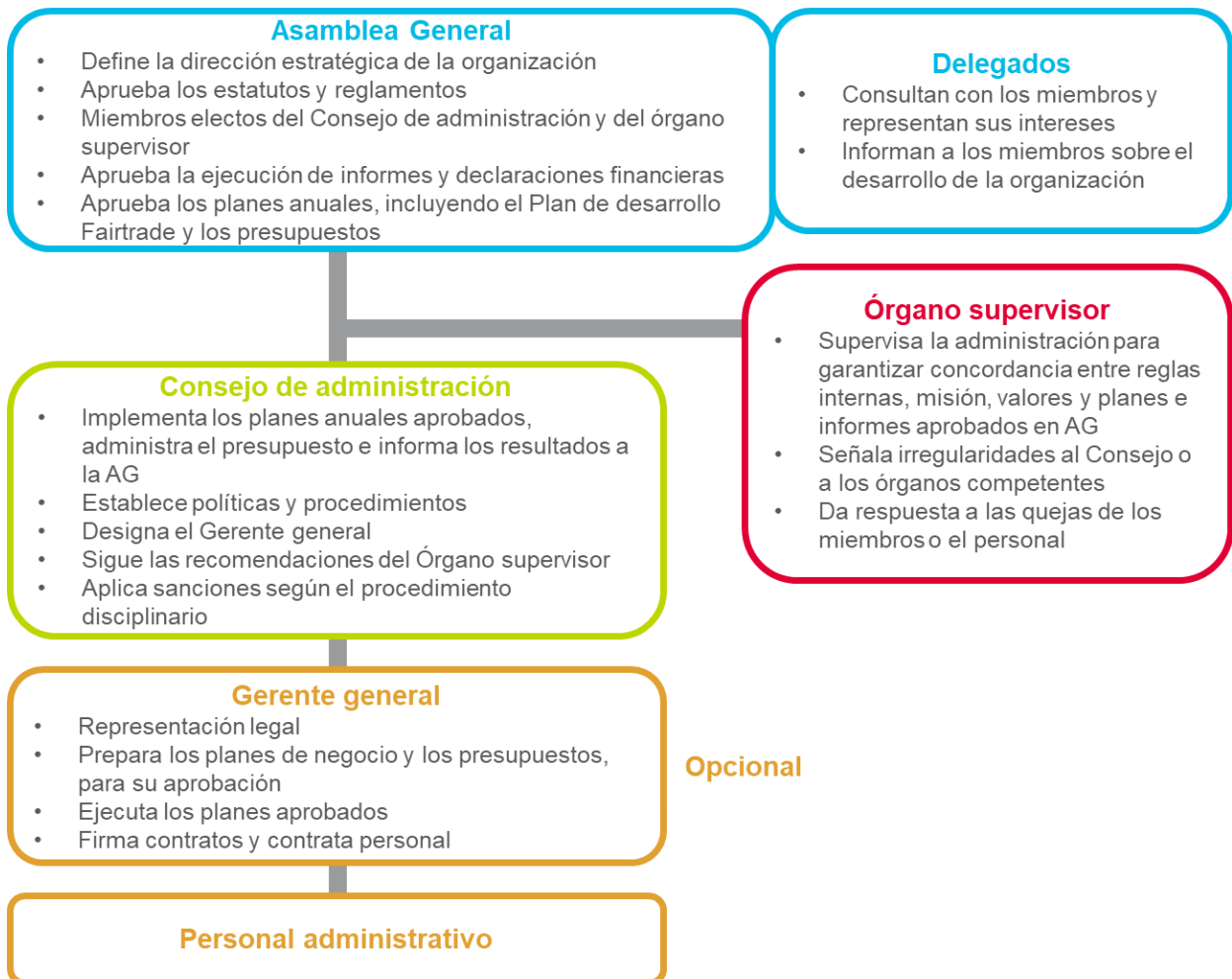


- pedir a aprovação da Assembleia geral para qualquer não membro de seu Conselho (se aplicável).

Qual é a diferença entre as funções do Conselho e da gerência?

O Conselho tem um papel político como líderes eleitos que representam os membros para cumprir a missão da organização, enquanto a gerência tem deveres operacionais para garantir que as decisões do Conselho sejam implementadas. O Conselho define os objetivos gerais da organização e estabelece as políticas, de acordo com a orientação estratégica e os planos anuais aprovados na Assembleia; o(a) gerente e sua equipe, por sua vez, são responsáveis de executar os planos e pelo cumprimento dos objetivos, sempre respeitando as regras e as políticas.

Qualquer falta de clareza nas funções e responsabilidades do Conselho e da gerência pode levar a situações extremas, seja de concentração de poder ou de espaço insuficiente para a tomada de decisões. O Conselho deve prestar contas de suas ações aos membros.



O que é prestar contas?



Prestar contas equivale a transparência: dar informação honesta e verdadeira de maneira oportuna, aberta e compreensível, bem como explicações diretas sobre as decisões tomadas. Uma administração transparente inspira segurança e confiança já que segue políticas e procedimentos claros e bem conhecidos. Evita os mal-entendidos e os rumores prejudiciais e enfrenta o mal-estar potencial ou a desaprovação dos membros, antes que aumentem.

Como podemos garantir que nossa administração funcione de maneira efetiva e transparente?

Para garantir uma boa administração, você precisa de pelo menos uma pessoa responsável pela parte administrativa da organização, incluindo a manutenção de registros, que devem incluir, pelo menos:

- nome do membro,
- informação de contato,
- gênero,
- data de nascimento,
- data de inscrição na OPP,
- localização da propriedade, e
- tamanho da propriedade.

A administração também deve ser responsável pela contabilidade, o que inclui que a organização tenha uma conta de banco (em nome da organização).

Para promover a transparência e prestação de contas, a administração garante que os registros e livros sejam acessíveis a todos os membros. Eles devem ter acesso a toda informação relacionada à organização, incluindo os regulamentos internos, as atas das reuniões, os relatórios do comitê supervisor, as contas e os inventários.

O que é o comitê de vigilância / órgão supervisor?

O comitê de vigilância – ou órgão supervisor – potencializa a transparência da administração através da supervisão geral da administração da organização de produtores(as) em nome membros. Atua em nome dos membros e exerce um controle efetivo e contínuo sobre o Conselho de administração e a gerência. É seu dever comunicar irregularidades detectadas ao Conselho ou aos órgãos competentes e dar seguimento as medidas corretivas. O órgão supervisor funciona também como grupo de especialistas aos quais os membros ou o pessoal podem expor suas queixas.

Para que o comitê de vigilância / órgão supervisor cumpra sua função, seus membros devem conhecer bem seu papel e responsabilidade. Eles devem ter todas as informações pertinentes, ou seja, registros das reuniões, relatórios, contas e contratos para examiná-las. A Assembleia geral elege o comitê de vigilância e ele lhe presta contas.

Como posso fomentar a participação dos membros?

Na medida que os membros da organização se envolvem com a organização de produtores(as) e sua administração, desenvolvem sentido de pertença, controle e melhor compreensão das necessidades e oportunidades. Você deve explicar para os membros o modo de pedir informação, de apresentar uma solicitação para a Assembleia geral e fazer-se ouvir dentro da organização, etc.

Você pode proporcionar esses conhecimentos, compartilhar a informação e sensibilizar sobre esses processos por meio da formação e educação sobre controle interno. Isso pode incluir explicação do



relatório anual e das contas, bem como capacitação sobre o sistema Fairtrade e os Critérios Fairtrade pertinentes, para que os(as) produtores(as) possam entender melhor o sistema Fairtrade e fazer um melhor uso de sua própria representação dentro dele. A extensão do programa de formação depende do tamanho e da capacidade da organização.

Você também deve compartilhar os resultados das auditorias Fairtrade com os membros. Pode fazê-lo de várias maneiras: compartilhá-lo na Assembleia geral ou em outras reuniões, pode fazer de maneira verbal, escrita ou em forma de comunicado. Para mais informações sobre o funcionamento democrático e transparente de uma organização de pequenos produtores, consulte o caderno de desenvolvimento das OPP (2).

Links / referências

1. Recomendação R193 da OIT “sobre a promoção das cooperativas”, 2002:
http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:708918081638844::NO:12100:P12100_ILO_CODE:R193:NO
2. Caderno de desenvolvimento das OPP Fairtrade, 2016:
https://files.fairtrade.net/2016_SPODevelopment_Workbook_online_EN.pdf
3. FAO – Organizações de agricultores: fatores chaves para o sucesso, 2014;
www.fao.org/docrep/019/i3593e/i3593e.pdf

4.3 Livres de discriminação

Requisito básico Requisito de desenvolvimento

4	Negócios e desenvolvimento	Aplica-se a	Ano			
4.3	Livres de discriminação		0	1	3	6
4.3.1	Não se discrimina os membros	Organização				
4.3.2	As regras de afiliação não são discriminatórias	Organização				
4.3.3	Identificar as minorias e os grupos desfavorecidos	Organização				
4.3.4	Novo 2019 Desenvolver e implementar uma política de gênero	Organização				
4.3.5	Realizar atividades para minorias / grupos desfavorecidos	Organização				

Por que é importante?

Para evitar a discriminação nas organizações e para fomentar que os membros sejam mais inclusivos dentro das organizações de pequenos produtores, Fairtrade International segue a Declaração Universal dos Direitos Humanos para acabar com a discriminação. A Declaração rejeita “qualquer distinção de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição” (Artigo 2).

O que é a discriminação?

Discriminar é fazer uma diferenciação injusta no tratamento de uma pessoa sobre a outra com base em critérios que não estão relacionados com sua habilidade ou seu mérito. A discriminação pode estar



enraizada em preconceitos contra pessoas com características diferentes a determinados valores por sua raça, cor, sexo, idade, orientação sexual, deficiência, estado civil, religião, opinião política, idioma, rendas, nacionalidade, etnia ou origem social.

Para uma definição mais detalhada, consulte a seção 3.3 sobre as condições de trabalho.

Como posso evitar a discriminação?

Você deve garantir que nem sua organização de produtores(as), nem seus regulamentos façam distinções entre os membros em termos de participação, direito de voto, direito de ser eleito, acesso aos mercados, acesso à capacitação, a assessoria técnica ou a qualquer outro benefício dos membros e não limita a afiliação à organização com base em critérios discriminatórios.

Você deve identificar minorias / grupos desfavorecidos dentro de sua organização de produtores(as) (requisito de desenvolvimento 4.3.3), de acordo com a renda, área da terra, idade ou gênero e estabelecer programas para melhorar a posição desses grupos dentro da organização, principalmente com relação a contratação, membros do pessoal e do comitê, posições de liderança e participação na tomada de decisões. Uma vez identificados, você deve apoiar ativamente essas minorias / grupos desfavorecidos para que participem e assumam mais responsabilidade na organização (requisito de desenvolvimento 4.3.5). Algumas formas de conseguir isso podem ser, por exemplo, criando um comitê de mulheres ou de representantes de determinado grupo étnico no Conselho.

O que são as minorias / grupos desfavorecidos?

As minorias / grupos desfavorecidos são uma categoria de pessoas que experimentam uma desvantagem em comparação com os membros de grupos sociais dominantes. Normalmente, isso se baseia em diferenças ou práticas visíveis, como etnia, raça, religião, deficiência ou orientação sexual.

O que é a equidade de gênero?

A equidade de gênero é o conceito segundo o qual mulheres, homens, meninas e meninos têm os mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades e todos(as) são livres de desenvolver suas potencialidades pessoais e escolher sem limitações estabelecidas por estereótipos, papéis de gênero rígidos ou preconceitos. Isso não significa que homens e mulheres sejam iguais, mas que seus direitos, responsabilidades e oportunidades não dependam de pertencerem a um ou outro gênero. A equidade de gênero também envolve reconhecer a diversidade e considerar os interesses, necessidades e prioridades dos diferentes grupos de mulheres e homens.

A equidade de gênero é uma questão de direitos humanos e é necessária para – e um indicador de – o desenvolvimento sustentável centrado nas pessoas. Portanto, não é um problema apenas das mulheres, mas, da mesma forma, deve preocupar e comprometer totalmente os homens.

O que é o empoderamento da mulher?

O empoderamento da mulher é uma expansão da capacidade das mulheres para fazer escolhas de vida estratégicas em um contexto onde essa capacidade foi negada a elas.

O que é uma política de gênero?

Uma política é uma declaração que orienta sobre as ações a serem realizadas para atingir os objetivos de uma organização. É um reflexo da filosofia como base da organização. A política de gênero visa



promover o empoderamento da mulher e a equidade de gênero. Em particular, pretende aumentar a participação ativa e igualitária das mulheres em Fairtrade e empoderar ainda mais as mulheres e meninas com a oportunidade de acessar a benefícios de Fairtrade equivalentes.



Esta política também pode estar ligada a uma política mais abrangente contra qualquer forma de discriminação com base na etnia, idade, etc., ou cobrindo outros grupos relevantes (por exemplo, jovens, trabalhadores(as), famílias). Aqui abaixo está um exemplo das principais seções que você pode incluir em sua política de gênero:

Organização de produtores(as) XX – Política de gênero

Declaração de política de gênero: como organização de produtores(as) certificada Fairtrade, socialmente responsável, estamos comprometidos em promover a equidade de gênero e o empoderamento da mulher entre nossos membros, trabalhadores(as) e a comunidade local...

Definições:

- Discriminação é...
- Equidade de gênero é...
- Empoderamento da mulher é...
- ...

Alcance: Esta política aplica-se para todos os membros, trabalhadores(as), práticas e procedimentos de nossa organização...

Objetivo: O objetivo desta política de gênero é frear todas as formas de discriminação de gênero, promover um ambiente de trabalho inclusivo, que ofereça oportunidades iguais para todos(as), sensibilizar sobre a importância da equidade de gênero e do empoderamento da mulher...

Medidas para promover a equidade de gênero e o empoderamento da mulher:

- **Monitoramento e análise de dados:** A gerência usará o sistema de gestão interna para monitorar periodicamente as funções e responsabilidades das mulheres dentro da organização de produtores(as) e identificar necessidades e áreas que podem ser melhoradas...
- **Promoção da participação:** A gerência fomentará ativamente a participação das mulheres na organização (incluindo em cargos de supervisão, no Conselho, etc.)
- **Sensibilização:** A gerência oferecerá sessões de formação para membros e trabalhadores(as) sobre temas cobertos por esta política...
- **Mecanismo de reclamação:** A gerência criará um mecanismo de reclamação para lidar com as queixas relacionadas com a discriminação baseada no gênero...
- **Procedimento em casos de assédio sexual:** A gerência irá introduzir um procedimento a ser seguido em caso de acusações de assédio sexual...

Data da última revisão: XX

Data da aprovação pelo Conselho: XX

Assinaturas pertinentes:



Referências

1. Declaração Universal dos Direitos Humanos: <http://www.un.org/en/documents/udhr/>
2. Instituto europeu para a equidade de gênero, Conceitos e definições: <https://eige.europa.eu/gender-mainstreaming/concepts-and-definitions>